



EDIÇÃO ESPECIAL
Revista do Observatório Brasil
da Igualdade de Gênero

TEMA:

**DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
E IGUALDADE DE GÊNERO**

Junho/2012

Edição Especial

REVISTA DO
OBSERVATÓRIO BRASIL
DA IGUALDADE DE GÊNERO

Tema

Desenvolvimento Sustentável
e Igualdade de Gênero

Dilma Rousseff

Presidenta da República

Eleonora Menicucci

Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Políticas para as Mulheres

Lourdes Maria Bandeira

Secretária-Executiva

Vera Lucia Lemos Soares

Secretária de Articulação Institucional e Ações Temáticas

Tatau Godinho

Secretária de Avaliação de Políticas e Autonomia Econômica das Mulheres

Aparecida Gonçalves

Secretária de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres

Linda Goulart

Chefe de Gabinete

Sônia Malheiros Miguel

Assessora Especial

© 2012. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres

Elaboração, distribuição e informações

Secretaria de Políticas para as Mulheres – Presidência da República
Via N1 Leste s/nº, Pavilhão das Metas, Praça dos Três Poderes
Zona Cívico-Administrativa
70150-908 – Brasília-DF
Fone: (61) 3411-4246
Fax: (61) 3327-7464
spmulheres@spmulheres.gov.br
www.spmulheres.gov.br

Ligue 180 – Central de Atendimento à Mulher

Equipe Técnica do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero

Filipe Hagen Evangelista da Silva
Guaia Monteiro Siqueira
Mariana Mazzini Marcondes

Revisão e Edição

Guaia Monteiro Siqueira

Projeto Gráfico e diagramação

Gráfica e Editora Movimento
Setor Hoteleiro Sul, Quadra 01, Loja 42 - Galeria do Hotel Nacional - Asa Sul
Tel.: 61 3248-2771

Agradecimentos

Julia Simões Zamboni

Distribuição gratuita

1ª Tiragem: 1000 exemplares em agosto de 2012.
5000 exemplares da Revista foram publicados em CD em junho de 2012

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade das autoras e autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista da Secretaria de Políticas para as Mulheres.

É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte.

Dados Internacionais de Catalogação da Publicação (CIP)

Brasil. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres.
Edição Especial da Revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero. 1ª Impressão. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2012. 112p.

1. Desenvolvimento sustentável. 2. Igualdade de gênero. 3. Feminismo. 4. Justiça Ambiental
2. Observatório Brasil da Igualdade de Gênero. II. Secretaria de Políticas para as Mulheres. III. Brasil

Índice

Apresentação	07
Ministra Eleonora Menicucci	

Editorial	09
Equipe Técnica do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero	

Parte 1 – As políticas públicas para as mulheres e o desenvolvimento sustentável em debate

Sustentabilidade e políticas públicas para a igualdade de gênero rumo à Rio +20	15
--	-----------

Ministra Eleonora Menicucci

Pobreza Rural, agricultura e segurança alimentar: os muitos caminhos do empoderamento das mulheres	22
---	-----------

Emma Siliprandi

Políticas para as Mulheres Rurais no Mercosul	31
--	-----------

Andréa Butto

Karla Hora

A contribuição da economia solidária para a autonomia das mulheres	46
---	-----------

Paul Singer

Coluna – A economia solidária e as mulheres	51
--	-----------

Vera Lucia Ubaldino Machado

Política Social de Alimentação e Nutrição: PNAE	52
--	-----------

Albaneide Peixinho

Parte 2- A participação social e as políticas para o desenvolvimento sustentável e igualdade de gênero: as experiências do CONSEA e do CNDM

Participação social: a experiência do CONSEA	59
---	-----------

Francisco Menezes

Índice

Depoimento – Igualdade de gênero e agroecologia	69
Maria Emília Lisboa Pacheco	
Depoimento – Desenvolvimento sustentável, igualdade de gênero e participação social	72
Justina Cima	
Parte 3 – Feministas em movimento	
Feminismo e soberania alimentar	77
Miriam Nobre	
Bate-papo - A mobilização feminista para a Cúpula dos Povos	83
Schuma Schumacher e Joluzia Batista	
Coluna – Mulheres Negras por Justiça Socioambiental	87
Lúcia Xavier	
Entrevista – As trabalhadoras rurais e o desenvolvimento sustentável	89
Carmen Foro	
Mulheres indígenas e a Rio +20	99
Tânia Mara Almeida	
Mural: o que está acontecendo e o que acontecerá...	103
Equipe Técnica do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero	
Anexos	106
1. Programação do Curso Formação em Políticas Públicas para a Igualdade de Gênero com ênfase em Políticas para as Mulheres Rurais e Segurança Alimentar	
2. Informação sobre os países participantes	
Glossário de instituições	111

Apresentação

É com orgulho que a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM/PR) apresenta esta edição especial da *Revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero*, com foco no desenvolvimento sustentável e a igualdade de gênero.

Essa edição especial da revista busca dialogar com o contexto geral em que se encontra o mundo e mais precisamente o Brasil, que receberá no Rio de Janeiro, em junho de 2012, a Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável (Rio +20). A cidade será palco também da Cúpula dos Povos na Rio +20 por Justiça Social e Ambiental.

Esse diálogo busca pautar-se pela pluralidade que deve estar presente no debate sobre o desenvolvimento sustentável e a igualdade de gênero. Pluralidade de temáticas: a realidade dos meios urbanos e rurais, a política para as mulheres, a agroecologia, a inclusão produtiva, a segurança alimentar e nutricional e a economia solidária, consideradas nos níveis local, nacional e internacional.

Pluralidade na compreensão de quem são as mulheres: urbanas, rurais e de comunidades e povos tradicionais, brancas, negras e indígenas, heterossexuais, lésbicas e bissexuais, além de tantas outras identidades que devem ser consideradas para a reflexão proposta nas páginas seguintes.

Pluralidade, ainda, de visões e perspectivas, trazendo vozes que representam os mais diversos espaços de construção da igualdade entre mulheres e homens, como dirigentes e técnicos/as governamentais, acadêmicos/as e militantes de movimentos feministas e de mulheres. Por fim, pluralidade de abordagens, apresentando artigos, colunas, entrevistas, depoimentos e bate-papo.

Esperamos que o material apresentado possa provocar o debate e estimular a reflexão sobre modos de vida verdadeiramente sustentáveis, e sem qualquer forma de discriminação, contribuindo para a construção em curso de uma sociedade mais justa para todas as pessoas. Justiça social que só se torna possível se articulada ao desenvolvimento econômico, ambiental, político e cultural. E que deve, para se materializar no dia a dia das pessoas reais, considerar as desigualdades de gênero, raça, classe e outras formas de desigualdade, que estruturam os desafios que desejamos superar.

A SPM/PR assume, por meio de iniciativas como o Observatório Brasil da Igualdade de Gênero, seu compromisso com a participação e o controle social, que se fortalece por meio da produção e disseminação de dados, estudos e estatísticas sobre as desigualdades que as mulheres vivenciam. Mas também de como o Governo e a sociedade civil vêm planejando, atuando e avaliando políticas para as mulheres concretizando o compromisso com a igualdade de gênero para tornar possível uma sociedade mais democrática e igualitária.

Eleonora Menicucci

Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Políticas para as Mulheres

Presidência da República

Editorial

A oportunidade de contribuirmos para o debate sobre o desenvolvimento sustentável e a igualdade de gênero, pautado em 2012 especialmente em decorrência da realização da Conferência da Rio +20 (Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável), foi a razão que moveu o Observatório Brasil Igualdade de Gênero a realizar essa edição especial de sua revista anual.

participaram de um rico intercâmbio sobre a inclusão produtiva nos meios urbano e rural, a segurança alimentar e a igualdade de gênero, que envolveu 28 palestrantes com as mais diversas trajetórias – representantes de Governo, acadêmicos/as, movimento feminista, demais movimentos sociais, conselheiros/as de diversas instâncias participativas, dentre outros.

O curso **Formação em Políticas Públicas para a Igualdade de Gênero com ênfase em Políticas para as Mulheres Rurais e Segurança Alimentar** foi realizado pela SPM, em parceria com o CONSEA, o MDA e a ABC, entre os dias 27 de fevereiro e 9 de março, para representantes de 29 países da Ásia, África, América Latina e Caribe.

Teve como objetivo oferecer conteúdo teórico e prático de políticas transversais de igualdade de gênero, com base na experiência brasileira na institucionalização de programas e políticas coordenados pela Secretaria de Políticas para as Mulheres, especialmente nas políticas desenvolvidas para as mulheres no âmbito rural e aquelas relacionadas à segurança alimentar.

Mais informações: Vide Anexo.

A proposta surgiu de uma iniciativa bastante inovadora, que foi o Curso Internacional de Formação em Políticas Públicas para a Igualdade de Gênero, com ênfase em Políticas para as Mulheres Rurais e Segurança Alimentar. Ocorrido em Brasília, de 27 de fevereiro a 9 de março, o curso foi resultado de uma parceria da SPM/PR com o CONSEA, MDA e ABC. Representantes de 29 países

Nesse contexto de intensas trocas, a Equipe Técnica do Observatório Brasil Igualdade de Gênero compreendeu a relevância de traduzir aquele processo em uma publicação que permitisse disseminar seus resultados, para além das pessoas que estiveram envolvidas no curso. A proposta seria um panorama sobre políticas públicas inovadoras sobre os temas,

Editorial

a importância da participação social nas mais diversas instâncias, a cooperação regional e, ainda, o protagonismo dos movimentos de mulheres e feministas para que toda essa trajetória fosse, de fato, uma realidade.

A temática do “desenvolvimento sustentável e gênero” já vinha em um percurso de assimilação pelas políticas do Governo Federal. Além disso, o tema estava em discussão no contexto do debate político mais amplo e as reflexões acadêmicas já vinham se debruçando sobre a importância dessa convergência. Entretanto, em 2012, a agenda internacional garantiria uma oportunidade única para que todos/as essas vozes se encontrassem para debater o futuro: A Rio +20. A Conferência, que ocorrerá em junho de 2012 no Rio de Janeiro, projeta-se como uma oportunidade única para que o desenvolvimento sustentável seja discutido na perspectiva da igualdade de gênero, e que, ainda, a luta pela igualdade entre mulheres e homens afirme, definitivamente, a incorporação do desenvolvimento sustentável na sua plataforma política emancipatória.

É nesse ponto que convidamos alguns/mas dos/as palestrantes do curso para integrarem a nossa proposta de disseminar os resultados do Curso Internacional. A essa proposta inicial, somaram-se outros debates que vinham sendo pautados em diversos espaços, e o resultado segue nas próximas páginas. O objetivo dessa

edição especial é prestar sua contribuição para que representantes de Governos, movimentos sociais, acadêmicos/as e cidadãos/ãs em geral possam trazer para o seu cotidiano a reflexão sobre o desenvolvimento sustentável e gênero.

Muitas vozes e muitas mãos: apresentação dos textos, depoimentos, entrevistas e informações da Edição Especial - Desenvolvimento Sustentável e Igualdade de Gênero.

A Revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero – edição especial, traz artigos, entrevistas, depoimentos e colunas que expressam diversas vozes do debate sobre o desenvolvimento sustentável e igualdade de gênero: representantes do Governo, acadêmicos/as, conselheiros/as de diferentes Conselhos, movimentos feministas e de mulheres. Isso porque entendemos que a complexidade do debate proposto pressupõe uma pluralidade de reflexões e trocas sobre seus mais diversos aspectos.

O primeiro texto desta Revista, *Sustentabilidade e Políticas Públicas para a Igualdade de Gênero Rumo à Rio +20*, de autoria da Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, **Eleonora Menicucci**, resgatando os antecedentes do processo de construção da agenda política nacional e internacional em prol da igualdade de gênero. Destaca a importância da criação da Rede de

Editorial

Mulheres Líderes pela Sustentabilidade que, em diálogo com a Política Nacional para as Mulheres e com o processo de conferências nacionais de políticas para as mulheres, insere na agenda da Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, a discussão de estratégias que possibilitem articular os temas ambientais à garantia dos direitos das mulheres.

Convergingo com a Política Nacional para as Mulheres, importantes programas e políticas públicas vêm sendo implementados pelo Estado brasileiro, permitindo uma visão combinada entre a produção e o consumo de alimentos. Nesse contexto, **Emma Siliprandi** analisa, no artigo *Pobreza Rural, Agricultura e Segurança Alimentar: os muitos caminhos do empoderamento das mulheres*, a realidade das mulheres rurais, na articulação entre as esferas produtivas e reprodutivas, identificando os desafios e avanços em relação à promoção da autonomia das mulheres. A autora destaca, ainda, as experiências dos movimentos de mulheres rurais e as experiências de políticas públicas brasileiras, especificamente os incentivos às organizações produtivas das mulheres rurais, esforços para erradicação da pobreza e o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA.

A integração regional é um caminho imprescindível para a construção e implementação de políticas públicas para

as mulheres rurais, como nos mostram as autoras **Andréa Butto** e **Karla Hora** no artigo *Políticas para as Mulheres Rurais no Mercosul*, que analisa a experiência da Reunião Especializada de Agricultura Familiar (REAF) no Mercosul.

Novas alternativas vêm sendo construídas ao modo de produção dominante. A economia solidária vem, na atualidade, projetando-se como um caminho possível para a construção da autonomia das mulheres, como argumenta **Paul Singer**, no artigo *A contribuição da economia solidária para a autonomia das mulheres*. Trazendo informações sobre os principais elementos da economia solidária – como a autogestão, a democratização das decisões sobre a produção e a socialização dos ganhos – o artigo aponta oportunidades para que as mulheres possam assumir o protagonismo em empreendimentos que se pautem pela solidariedade e não pelo lucro. Ainda no contexto da economia feminista, **Vera Lucia Ubaldino Machado** assina a coluna *A Economia Solidária e as Mulheres*, trazendo dados sobre a realidade atual e apontando caminhos para uma economia solidária comprometida com a agenda feminista.

Definir novos paradigmas para o conceito da sustentabilidade é, contudo, uma tarefa que deve ser (e vem sendo) assumida pelo Estado, por meio de equipamentos sociais e políticas que respondam às necessidades de cuidado

Editorial

e da educação infantil, diminuindo a responsabilização das famílias e, dentro delas, das mulheres. O texto *Política Social de Alimentação e Nutrição: PNAE*, de **Albaneide Peixinho**, apresenta essa importante política pública, que deve ser compreendida como um caso exemplar de convergência entre a produção sustentável da agricultura familiar, a alimentação saudável das crianças em fase escolar e a assunção da responsabilidade pelo cuidado pelo Estado, através do oferecimento das refeições realizadas nas escolas.

O desenvolvimento sustentável e a igualdade de gênero não podem ser concretizados sem a garantia da participação social, o que torna essencial conhecermos as experiências dos Conselhos, tais como o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA e o Conselho Nacional de Direitos da Mulher – CNDM. No texto *Participação social: a experiência do CONSEA*, **Francisco Menezes** explicita as experiências do CONSEA, desde 2003, abordando a sua participação em diversas políticas públicas de relevo para a inclusão produtiva e a segurança alimentar e nutricional, tais como o Fome Zero, o PNAE, o PAA, o PBF e o Um milhão de cisternas. Além disso, projeta elementos para pensarmos na importância da democracia participativa na construção do Estado Democrático de Direito.

O CONSEA vem sendo palco de importantes avanços na reflexão sobre desenvolvimento sustentável e igualdade de gênero. Para conhecer

mais dessa experiência, a equipe técnica do Observatório Brasil de Igualdade de Gênero conversou com **Maria Emília Lisboa Pacheco**, presidenta do CONSEA e representante da Associação Nacional de Agroecologia – ANA, que nos deu um depoimento sobre os avanços e desafios para a incorporação das demandas das mulheres na agenda da agroecologia e da sustentabilidade, como é possível conferir nas próximas páginas.

O CNDM, criado em 1985 e tendo sempre atuado de forma pioneira na mobilização para as pautas de igualdade de gênero e garantia de direitos das mulheres, não fez diferente no processo da Rio + 20, tendo sido espaço de importantes debates entre as conselheiras e os/as Ministros/as Eleonora Menicucci (SPM/PR), Isabela Teixeira – MMA e Antonio Patriota – MRE, no dia 30 de maio (vide Mural). Conversamos com a conselheira **Justina Cima**. Ela nos falou sobre a sua participação no CNDM e sua trajetória como militante camponesa, destacando conquistas e desafios para um projeto de Estado e de sociedade que incorpore o desenvolvimento, a igualdade de gênero e a pauta de luta das mulheres rurais. E ainda vai além. Seu depoimento para a nossa Revista está disponível nas próximas páginas.

Na seção Feministas em movimento, **Miriam Nobre**, no texto *Feminismo e Soberania Alimentar*, discute a economia feminista e a importância da reprodução

Editorial

social para a sustentabilidade da vida humana, enfatizando os diferentes projetos para o campo, e a sua articulação com a cidade. Por fim, contextualiza a luta do movimento feminista em relação a esses aspectos, destacando que o movimento assume a tarefa de questionar o próprio funcionamento da sociedade, por estar ela calcada na desigualdade, na exploração e na opressão.

Para conversar sobre a mobilização feminista para a Cúpula dos povos e as pautas que estarão em debate nas atividades no Rio – e para além delas – o Observatório Brasil da Igualdade de Gênero recebeu **Schuma Schumaker** e **Joluzia Batista**. Na oportunidade, elas nos explicaram como estão sendo organizadas as Caravanas que rodarão o país, além de nos contar um pouco mais sobre as expectativas, avaliações e desafios para o debate sobre o desenvolvimento sustentável e a agenda das mulheres.

Ainda no contexto da Cúpula dos Povos, mas com especial atenção à perspectiva das mulheres negras sobre o desenvolvimento sustentável, **Lúcia Xavier** assina a coluna *Mulheres Negras*

por Justiça Socioambiental.

Carmen Foro, Secretária da Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais da CONTAG e conselheira do CNDM, nos concedeu uma entrevista e contou sobre sua inserção no movimento de mulheres do campo e da floresta e sobre as proposições feministas em relação ao desenvolvimento sustentável.

Finalizando esta seção, apresentamos o artigo de **Tânia Mara Almeida**, Mulheres indígenas e a Rio+20, que traz aspectos relevantes para o debate sobre a realidade da mulher indígena, além dos principais desafios em relação ao reconhecimento de identidade política desse grupo de direitos, e sua convergência com a questão da gestão ambiental e territorial em nosso país.

Por fim, na seção “Mural”, apresentamos algumas informações sobre eventos e atividades relevantes que aconteceram ao longo desse período e que ocorrerão na Rio +20 e na Cúpula dos Povos.



Sustentabilidade e políticas públicas para a igualdade de gênero rumo à Rio +20¹

Ministra Eleonora Menicucci²

Início este texto destacando a importância da criação da Rede Brasileira de Mulheres Líderes pela Sustentabilidade, lançada em 8 de novembro de 2011 pela Ministra do Meio Ambiente – MMA, Izabella Teixeira.

Essa iniciativa prevê ações em parceria que possam contribuir para a elaboração de uma agenda pragmática que una esforços, tanto na efetivação de ações que promovam a equidade de gênero, quanto em relação à sustentabilidade. Essas ações devem causar impacto em três diferentes agendas: o empoderamento das mulheres; o incentivo aos negócios sustentáveis; e mudanças nos padrões de consumo e

produção. Por este compromisso, desde o primeiro momento, a Rede contou com o apoio da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República – SPM/PR.

Acredito que devemos aproveitar as oportunidades, tais como a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio +20), que colocam diante de nós, mais uma vez, a possibilidade de articularmos os temas ambientais aos direitos das mulheres.

Acordos internacionais e regionais sobre os direitos das mulheres já vêm, tradicionalmente, indicando essas linhas

1. Este texto é resultado da apresentação da Ministra Eleonora Menicucci – SPM-PR – no encontro da Rede Brasileira de Mulheres Líderes pela Sustentabilidade, organizada pelo Ministério do Meio Ambiente, ocorrido no dia 31 de maio no Auditório Tom Jobim/Jardim Botânico – Rio de Janeiro/RJ.

2. Ministra de Estado Chefe da SPM/PR, nomeada e empossada em fevereiro de 2012. É Professora Titular licenciada em Saúde Coletiva no Departamento de Medicina Preventiva da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais (1974), mestrado em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba (1983), doutorado em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (1990), pós-doutorado em Saúde e Trabalho das Mulheres pela Facultad de Medicina della Università Degli Studi Di Milano (1994/1995) e livre docência em Saúde Coletiva pela Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (1996).

de articulação. A Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher (Beijing, 1995) incluiu um item específico sobre a mulher e o meio ambiente, com três objetivos estratégicos:

a) Envolver a participação da mulher na adoção de decisões relativas ao meio ambiente;

b) Integrar a perspectiva de gênero nas políticas e programas do desenvolvimento sustentável;

c) Fortalecer ou estabelecer mecanismos, em nível nacional, regional ou internacional, para avaliar o impacto das políticas de desenvolvimento e ambientais na vida das mulheres.

Seguindo esta linha, o Consenso de Brasília, aprovado em 2010, quando da realização da XI Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e Caribe destaca em seu preâmbulo a significativa contribuição das mulheres, em toda sua diversidade, à economia nas dimensões produtiva e reprodutiva. Prioriza, ainda, o desenvolvimento de múltiplas estratégias para enfrentar a pobreza e preservar os conhecimentos, incluindo os conhecimentos científicos, e as práticas fundamentais para a sobrevivência e a sustentação da vida, especialmente no que se refere à saúde integral e à segurança alimentar e nutricional.

O Consenso chama a atenção para o fato de que o direito à propriedade

da terra, assim como ao acesso à água, bosques e biodiversidade em geral, é mais restrito para as mulheres que para os homens; que o uso desses recursos naturais está condicionado pela divisão sexual do trabalho; que a poluição ambiental tem impactos específicos sobre as mulheres na cidade e no campo, e que é preciso que o Estado reconheça o aporte das mulheres à conservação da biodiversidade, implemente políticas de ação afirmativa e garanta o exercício de seus direitos neste âmbito.

Para enfrentar os desafios para a promoção da autonomia das mulheres e da igualdade de gênero os países reunidos na XI Conferência Regional sobre a Mulher adotaram uma série de acordos para a ação. Entre esses, os que objetivam conquistar maior autonomia econômica e igualdade na esfera do trabalho, tais como:

A valorização social e o reconhecimento do valor econômico do trabalho não remunerado realizado pelas mulheres na esfera doméstica e do cuidado.

A garantia do acesso das mulheres a ativos produtivos incluindo a terra e os recursos naturais, e o acesso ao crédito produtivo, tanto urbano como rural.

A promoção da autonomia econômica e financeira das mulheres por meio da assistência técnica, do fomento da capacidade empresarial, do associativismo

Sustentabilidade e políticas públicas para a igualdade de gênero rumo à Rio +20

e do cooperativismo, mediante a integração de redes de mulheres a processos econômicos, produtivos e de mercados locais e regionais.

Em relação ao Estado brasileiro, a Política Nacional para as Mulheres define as diretrizes políticas de ação, enfatizando o desenvolvimento sustentável no meio rural e nas áreas urbanas, com garantia de justiça ambiental, soberania e segurança alimentar.

A sustentabilidade tem profunda conexão com as políticas estabelecidas pelos planos nacionais de políticas para as mulheres³, em que a justiça social e a equidade - referenciais para a eliminação

das assimetrias baseadas em relações de poder discriminatórias e desigualdades - são articuladas sob os aspectos econômicos, políticos, sociais, culturais e ambientais.

Considerando essa perspectiva, as discussões e temas da Conferência Rio + 20 se enquadram, para nós, nos marcos dos compromissos do Governo brasileiro com a inclusão da perspectiva de gênero em todo o processo de sustentabilidade econômica, política, social, cultural, em que as mulheres urbanas, rurais, indígenas, ribeirinhas, quilombolas, das florestas e negras estruturam este processo.



3. São dois os planos nacionais de políticas para as mulheres. O I PNPM, publicado em 2005, construído com base nos resultados da I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, e o II PNPM, aprovado pela II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, em 2007.

Desde 2005, a SPM/PR vem desenvolvendo uma importante ação diretamente ligada à primeira agenda da Rede - o empoderamento das mulheres - o “Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça”. Esse programa busca promover a igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres nas organizações públicas e privadas e instituições por meio do desenvolvimento de novas concepções na gestão de pessoas e na cultura organizacional. O Programa Pró-Equidade é uma iniciativa do Governo Federal que conta com o apoio da ONU Mulheres e da OIT e está em sua 4ª edição.

O Programa tem como objetivos: conscientizar empregadores/ase e estimular as práticas de gestão que promovam a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres; reconhecer publicamente o compromisso das organizações com a equidade de gênero e raça no mundo do trabalho; criar a rede pró-equidade de gênero e raça; e construir um banco de dados de boas práticas de gestão. A SPM/PR vem reafirmando a cada edição os desafios colocados pelo Programa, para as 81 organizações atualmente participantes, pautando o tema da sustentabilidade como fundamental para essa nova cultura organizacional.

Ainda em relação ao empoderamento das mulheres, destaco mais uma grande oportunidade de ação para o fortalecimento dessa agenda: as eleições de 2012, que mais uma vez possibilitarão

eleger mais mulheres para as Câmaras Municipais e Prefeituras, além de pautar o tema da igualdade e das políticas para as mulheres nas campanhas e em todo o processo eleitoral.

A segunda agenda da Rede – o incentivo aos negócios sustentáveis – nos coloca outros importantes desafios e, associando-o com o desafio de empoderar as mulheres, destaco um foco importante de atuação: a articulação com as organizações das trabalhadoras rurais.

O empoderamento econômico das mulheres rurais em nosso país ainda enfrenta muitos desafios: a maioria delas trabalha predominantemente para o autoconsumo e sem auferir renda monetária – em um trabalho que é essencial para a segurança alimentar e que gera riquezas não contabilizadas. Elas são as principais responsáveis pela preservação dos bens da natureza e guardiãs de conhecimentos tradicionais, mas permanecem minoritárias no acesso as terras, aos serviços rurais e a outros recursos produtivos.

Mas a realidade acima descrita vem se transformando, em especial a partir de 2003, a política de desenvolvimento implementada no Brasil nos últimos anos foi responsável pela retirada de 28 milhões de pessoas da pobreza, das quais 4 milhões no meio rural. O Governo brasileiro investe cada vez mais para que as políticas públicas para o desenvolvimento

Sustentabilidade e políticas públicas para a igualdade de gênero rumo à Rio +20

rural e a segurança alimentar prezem pela igualdade de gênero e incluam as questões étnico-raciais e de origem geográfica, considerando a autonomia das mulheres em suas distintas facetas – econômica, social, cultural e pessoal – como um dos pilares centrais do novo ciclo de desenvolvimento. Várias destas ações são executadas a partir da implementação de medidas afirmativas, como cotas, além de garantir financiamentos específicos para as organizações econômicas e investimentos na capacitação dos/das gestores/as para atuar com mulheres.

O país vem consolidando uma agenda de promoção de desenvolvimento rural

que integra políticas para as mulheres rurais e as articula com o II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres – II PNPM⁴. São ações conjuntas de distintos ministérios, concentradas em especial no Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA e na SPM/PR.

Os compromissos com a Agenda 21⁵ e a Carta da Terra⁶ elegeram como princípios orientadores de consensos, a necessidade de se efetivarem mudanças nos padrões de produção e consumo, de se garantir o pleno exercício dos direitos humanos e a inclusão das mulheres em todas as dimensões da cultura e da política, e em especial, de se promover o combate à

4. No II PNPM é importante destacar o Capítulo 1 (Autonomia Econômica e Igualdade no Mundo do Trabalho), Capítulo 6 (Desenvolvimento Sustentável no meio rural, na cidade e na floresta, com garantia de justiça ambiental, soberania e segurança alimentar) e Capítulo 7 (Direito à terra, moradia digna e infra-estrutural social nos meios rural e urbano, considerando as comunidades tradicionais). A importância dessas temáticas foi reafirmada na III Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres. Vide <http://www.sepm.gov.br/destaques/documentos/resolucoes-da-3a-cnpm>.

5. A Agenda 21 foi um dos principais resultados da conferência Eco-92 ou Rio-92, ocorrida no Rio de Janeiro, Brasil, em 1992. É um documento que estabeleceu a importância de cada país refletir e se comprometer, global e localmente, sobre a forma pela qual os governos, empresas, organizações não-governamentais e todos os setores da sociedade poderiam cooperar no estudo de soluções para os problemas sócio-ambientais. Cada país desenvolve a sua Agenda 21 e no Brasil as discussões são coordenadas pela Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Nacional (CPDS).

6. A Carta da Terra é uma declaração de princípios éticos fundamentais para a construção, no século 21, de uma sociedade global justa, sustentável e pacífica. O projeto da Carta da Terra começou como uma iniciativa das Nações Unidas, mas se desenvolveu e finalizou como uma iniciativa global da sociedade civil, divulgada em 2000 como a “Carta dos Povos”.

pobreza, o que dialoga com a terceira agenda da Rede – as mudanças nos padrões de consumo e produção.

Para além do combate à pobreza, o enfrentamento a todas as formas de violência é condição necessária para um mundo efetivamente sustentável, sendo imprescindível que o projeto de sustentabilidade em discussão repudie a violência contra as mulheres.

A Lei Maria da Penha, sancionada em 2006, reconhecida como marco histórico de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra as mulheres, já tem significativo alcance nos espaços urbanos das cidades. Mas a garantia aos direitos previstos na Lei ainda é um grande desafio para as mulheres do campo e da floresta. Além disso, cabe ressaltar que a violência contra as mulheres do campo e da floresta ultrapassa e muito a esfera doméstica e familiar, sendo considerado como um dos maiores desafios o combate à exploração sexual e tráfico de mulheres.

Um importante exemplo para a superação desses desafios foi o estabelecimento em 2011 dos princípios, diretrizes e ações nacionais para o enfrentamento a violência contra as mulheres do campo e da floresta⁷. Dentre elas, podemos citar a implantação, ainda neste ano, de 54 Unidades Móveis

que desenvolverão, próximas ao local onde vivem as mulheres rurais, ações de prevenção, acolhimento e tratamento às vítimas de violência familiar e doméstica, além de disseminarem informações sobre os direitos previstos na Lei Maria da Penha. No caso das mulheres das florestas, a SPM ainda estuda estratégias que possibilitarão o acesso aos serviços itinerantes, com a perspectiva de atendimento do maior número possível de mulheres.

Da mesma forma, os processos de desenvolvimento devem ser combinados com a superação das dificuldades e precariedades no acesso aos serviços públicos de saúde, garantindo o pleno exercício dos direitos sexuais e reprodutivos, como o planejamento familiar, a gestação, parto e puerpério com uma assistência com qualidade. O projeto de sustentabilidade com recorte de gênero deve enfrentar com firmeza a redução da morte materna independente da causa que leve ao óbito, pois é inadmissível que mulheres morram por causas evitáveis.

O direito à educação é um ponto central para o debate do desenvolvimento sustentável, o que torna intolerável uma educação discriminatória, sexista e racista.

E não é possível, ainda, conceber um mundo sustentável que conviva com a

7. Os princípios, diretrizes e ações para o enfrentamento citados podem ser acessados em <http://www.sepm.gov.br/publicacoes-teste/publicacoes/2011/campo-e-floresta>.

Sustentabilidade e políticas públicas para a igualdade de gênero rumo à Rio +20

diferença salarial existente entre mulheres e homens, pois apesar da entrada de milhões de mulheres no mercado de trabalho nos últimos 30 anos, a diferença salarial permanece. O que demonstra a urgência da superação das chamadas “barreiras de gênero”. Essa presença no mundo do trabalho traz à tona a urgência da participação das mulheres em termos de acesso a oportunidades e distribuição de poder, decisões, responsabilidades, bens e riquezas.

Pensar o desenvolvimento sustentável com a inclusão das mulheres significa reconhecer o trabalho doméstico, como trabalho decente - como qualquer outro trabalho. Também reconhecer a ação de cuidado e o autoconsumo, ainda concentrados nas mulheres, como elementos de sustentação da vida cotidiana que devem ser compartilhados pelos homens e por toda a sociedade.

Para nós isso se vincula a um novo paradigma de desenvolvimento, em que sustentabilidade, e desenvolvimento econômico se associam de forma estrutural à igualdade, à distribuição da riqueza e a uma igual distribuição do trabalho e dos bens.

As alternativas a serem construídas precisam levar em conta o compartilhamento do trabalho e das riquezas, de forma que o uso dos bens naturais deixe de ser concentrado social e geograficamente, no mundo e no interior dos países.

O engajamento de Governos e sociedade civil em uma agenda de desenvolvimento sustentável repercutirá, seguramente, para que os debates da Conferência possam efetivar uma pauta que, além dos temas indispensáveis, tais como os modelos energéticos, associem o desenvolvimento com a distribuição da riqueza e as propostas de um futuro com igualdade.

Ao mesmo tempo, a ativa participação das mulheres e de entidades representativas em favor da igualdade de gênero é um componente que pode fazer a diferença nessa Conferência.

Assim, reafirmo em nome da Presidenta do Brasil, Dilma Rousseff, nosso compromisso com as mulheres em contribuir para que o debate sobre o desenvolvimento econômico considere as dimensões ambiental, social, cultural e política da igualdade entre mulheres e homens. Para que possamos viver numa sociedade mais justa e verdadeiramente sustentável.





Pobreza Rural, agricultura e segurança alimentar: os muitos caminhos do empoderamento das mulheres¹

Emma Siliprandi²

Como solicitado pela organização deste painel, comentarei algumas experiências em curso no Brasil, procurando apontar tanto os avanços alcançados como alguns desafios que permanecem em pauta, do ponto de vista de promoção da autonomia das mulheres rurais.

Como é sabido, o Brasil é um país de grande extensão territorial e é um grande produtor agrícola, participando do mercado internacional como exportador de vários produtos. As condições de produção no campo brasileiro são, no entanto, bastante diferenciadas.

Por um lado, temos regiões de agricultura intensiva, onde predominam as monoculturas, estruturadas em grandes propriedades, com uso de tecnologias de ponta e com altos índices de produtividade; mas temos também regiões deprimidas economicamente, com deficiências em infra-estrutura

produtiva e onde o acesso dos produtores e das produtoras rurais – no que se refere às informações, financiamentos, assistência técnica, mercados – é bastante precário. Mesmo nas regiões mais dinâmicas, as condições de vida da população são muito diferenciadas, em função da concentração da terra e da renda. Ademais, o modelo produtivo baseado na grande propriedade traz conseqüências gravíssimas do ponto de vista ambiental, que recaem sobre toda a população, pela perda da biodiversidade, pelo desmatamento e pela contaminação dos solos, da água e do ar com os produtos químicos utilizados nas lavouras. Vale lembrar que o Brasil é o campeão mundial no uso de agrotóxicos, muitos dos quais proibidos em seus países de origem, o que tem provocado reações críticas de vários segmentos da sociedade.

Convivemos, por outro lado, com um grande contingente de famílias que vivem

1. Este texto foi preparado para o Painel “O empoderamento das mulheres rurais e seu papel na erradicação da fome e da pobreza”, parte da 55ª. Sessão da Comissão sobre o status das Mulheres (CSW) da UN Women, ocorrida na Sede da ONU, em Nova York, em 24 de fevereiro de 2011. O texto em inglês pode ser obtido em <http://www.un.org/womenwatch/daw/csw/csw55/panels/CSW56-theme-panel-Siliprandi,Emma.pdf>.

2. Pesquisadora, Núcleo de Estudos e Pesquisas em Alimentação (NEPA), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Brasil. E-mail: emma.siliprandi@gmail.com ou emma@unicamp.br.

Pobreza Rural, agricultura e segurança alimentar: os muitos caminhos do empoderamento das mulheres

e trabalham no meio rural e não tem acesso a terra; assim como com um número significativo de comunidades étnicas (indígenas, comunidades negras rurais – “remanescentes de quilombos”) que lutam para poder manter as suas tradições culturais, inclusive no que diz respeito à forma de produzir e de comercializar seus produtos. Situações diferenciadas também são vividas por famílias de pescadores artesanais, moradoras das margens dos rios na Amazônia (“ribeirinhos”) e muitos outros produtores e produtoras que combinam a produção agrícola de subsistência e voltada para o mercado com o extrativismo florestal, a criação de pequenos animais e o artesanato.

Esse conjunto de produtores que trabalham em pequenas extensões de terra com base na mão de obra da família constitui a “agricultura familiar”, e é sobre essa categoria de produtores que vou me referir neste texto. Segundo o Censo Agropecuário de 2006 (IBGE), a agricultura familiar brasileira é constituída por 4,3 milhões de estabelecimentos rurais (84,4% do total de produtores agrícolas em nível nacional), que ocupam 24,3% da área, são responsáveis por 38% do valor bruto da produção agropecuária, por 74,4% do total das ocupações rurais, e respondem pela maior parte da produção dos principais alimentos consumidos no país (feijão, arroz, milho, carne de frango, entre outros).

A realidade das mulheres dentro da agricultura familiar é de muito trabalho e pouco reconhecimento. As agricultoras brasileiras ainda hoje sofrem de invisibilidade social como trabalhadoras e como cidadãs. Seu trabalho é considerado uma “ajuda” dentro da família, enquanto o homem é considerado o verdadeiro “produtor rural”; conhecimentos e experiências das mulheres, principalmente no que se refere à produção de alimentos, são menosprezados; a representação pública da família é outorgada ao homem, esperando-se que as mulheres permaneçam restritas ao mundo doméstico.

Ainda elas, têm menor acesso a terra e aos instrumentos de produção; é comum que não recebam remuneração por seu trabalho, pois os ganhos são somados à renda familiar, cujo uso será decidido, na maioria das vezes, pelo chamado “chefe da família”, sem a sua participação direta. A maioria das mulheres não tem poder de decisão sobre aspectos produtivos ou sobre a comercialização dos produtos da unidade familiar, embora contribuam como força de trabalho nas lavouras e criações de animais, e, sobretudo, nas atividades de manutenção da família. Agricultoras ainda sofrem com a falta de documentos civis e profissionais, sem os quais não podem obter benefícios sociais e previdenciários.

Dentro das famílias as mulheres estão permanentemente sobrecarregadas pelo acúmulo do trabalho doméstico com as tarefas agrícolas; além disso, muitas vezes, realizam atividades extras para obtenção de renda, trabalhando como assalariadas em outras propriedades ou dedicando-se à transformação dos produtos agrícolas e ao artesanato.

Por todas essas razões, o acesso das mulheres às políticas de apoio à agricultura é bastante dificultado. Embora o sistema jurídico brasileiro reconheça plenamente a igualdade entre mulheres e homens e condene quaisquer discriminações baseadas no sexo, dentro das famílias, nas comunidades, e em muitas instituições, persiste a visão patriarcal de que o homem é o chefe da família. Essa visão é reforçada por práticas institucionais sexistas que, muitas vezes, apoiadas em normas legais e regulamentos pretensamente neutros, mas, na prática, omissos com relação ao gênero, contribuem para a manutenção de uma cultura excludente com relação às mulheres.

Desde 2003, o Governo federal brasileiro tem se empenhado fortemente em mudar essa situação, reconhecendo as agricultoras como sujeitos de direitos, e implantando políticas de incentivo à sua autonomia. Entre essas, podemos citar medidas para facilitar a obtenção de documentos, linhas de financiamentos específicas para as mulheres, assistência técnica diferenciada, políticas de apoio à

sua organização em grupos produtivos e à comercialização dos seus produtos. Essas medidas são respostas a reivindicações históricas e à ação política de vários movimentos de mulheres rurais, que, desde a década de 1980, vêm conquistando visibilidade social por meio de marchas e manifestações massivas, articulando-se com sindicatos, igrejas, organizações não-governamentais, partidos políticos e setores da extensão rural. No entanto, ainda hoje agentes de instituições como bancos, empresas de assistência técnica e instituições públicas relutam em reconhecer as mulheres agricultoras como beneficiárias diretas das políticas, dificultando ou mesmo impedindo que tenham acesso aos programas existentes.

Vou apresentar aqui dois conjuntos de experiências que estão em andamento no Brasil e que considero relevantes para se pensar políticas de erradicação da pobreza centradas no empoderamento das mulheres rurais. Comentarei brevemente cada uma das experiências, apontando algumas dificuldades enfrentadas pelas mulheres na busca do seu reconhecimento social, e também sugestões de soluções para superação desses entraves.

O primeiro conjunto de experiências é uma iniciativa de organizações da sociedade civil. Trata-se de grupos de mulheres que trabalham coletivamente, dentro de assentamentos de Reforma Agrária e em comunidades rurais, na

Pobreza Rural, agricultura e segurança alimentar: os muitos caminhos do empoderamento das mulheres

produção agroecológica de hortaliças, frutas e produtos processados (queijos, doces, sucos de frutas, biscoitos e pães). Cito como exemplos os grupos “Mulheres Decididas a Vencer”, do Assentamento Mulungunzinho, no município de Mossoró, no Estado do Rio Grande do Norte; e o Coletivo de Mulheres do Assentamento Dandara dos Palmares, no município de Camamu, no Estado da Bahia; a Associação de Mulheres Agroecológicas do Assentamento Vergel, no município de Mogi-mirim, no Estado de São Paulo, entre muitos outros, espalhados por várias regiões do país.

Esses grupos foram formados há cerca de dez anos, por iniciativa das próprias mulheres, com o apoio de sindicatos, de setores da igreja e de organizações não-governamentais; mais recentemente, têm obtido também o apoio de algumas políticas estatais. São grupos relativamente pequenos (cerca de vinte integrantes), mas, ao longo do tempo, foram aumentando em tamanho e em abrangência territorial. Foram criados com o objetivo de buscar alternativas de produção de alimentos para as famílias e também para gerar renda para as suas participantes. A preocupação das mulheres com a qualidade da alimentação e com a sustentabilidade da produção ao longo do tempo fez com optassem por produzir ecologicamente, cultivando uma maior variedade de produtos na mesma área, sem a utilização de agrotóxicos. Foram

pioneiras na produção ecológica em suas regiões.

As mulheres desses grupos enfrentaram muitas dificuldades para se consolidarem enquanto produtoras rurais autônomas. Em primeiro lugar, porque os maridos não concordavam que elas tivessem uma atividade em separado, que não estivesse sob coordenação deles próprios. Em segundo lugar, as mulheres tiveram que convencer as associações dos assentamentos a ceder uma área de terra para que plantassem coletivamente. Note-se que as mulheres não tinham o direito a voto nas assembléias das associações, porque somente poderiam ser associados os titulares do lote – no caso, os maridos. Somente em 2003 criou-se uma norma federal (Portaria 981 do INCRA) que estabelece que todos os títulos de terra em assentamentos de Reforma Agrária devem ser emitidos em nome do casal (homens e mulheres).

As mulheres enfrentaram também dificuldades para obter financiamentos e assistência técnica adequada. O fato de decidirem produzir ecologicamente, por outro lado, apareceu para as comunidades como se fosse um desafio aos maridos, que trabalhavam de forma convencional (não ecológica). Em alguns casos, as atitudes dos homens foram além do simples descrédito, tentando impedir as mulheres de levarem adiante suas iniciativas, chegando mesmo a casos de violência: destruição

das plantações e dos instrumentos de trabalho, proibição das mulheres irem às reuniões, espancamentos.

Esses grupos se consolidaram e atraíram novas integrantes, multiplicando-se em diferentes municípios. Em muitas regiões, se articularam com grupos mistos (formados por homens e mulheres). Criaram redes de produtores e produtoras ecológicas e de economia solidária em escala regional e nacional, e suas representantes participam de eventos em nível nacional e internacional. Alguns grupos conseguiram formalizar-se e iniciaram experiências de venda de seus produtos para mercados institucionais, tais como o Programa de Alimentação Escolar. Hoje essas mulheres são lideranças respeitadas nas comunidades onde atuam, e participam politicamente de fóruns sobre saúde, educação, meio ambiente e desenvolvimento rural de forma ampla.

Depoimentos das lideranças mostram a importância da organização coletiva de mulheres como fator essencial para a superação dos impasses enfrentados em nível familiar e institucional. A organização de grupos de mulheres favoreceu as atividades de formação e de capacitação, a melhoria da autoestima das suas participantes e a capacidade de resistir às adversidades, como por exemplo, a falta de experiência para atuar além dos mercados locais. Também a consciência da opressão de gênero –

o entendimento de que as dificuldades que sentiam não eram específicas de cada uma, ou de sua família – fez com que se apoiassem mutuamente, favorecendo o crescimento de cada uma dentro do grupo. A assessoria de organizações não-governamentais feministas e sensíveis às questões de gênero também foi apontada como um dos fatores fundamentais para dar o suporte necessário à consolidação dessas experiências.

Em segundo lugar, vou comentar uma política governamental federal de apoio à comercialização dos pequenos agricultores, o Programa de Aquisição de Alimentos, criado em 2003, como parte do Programa Fome Zero. Através desse Programa, o Governo compra alimentos diretamente de agricultores familiares (homens e mulheres) e de suas organizações, para serem doados para instituições sociais (hospitais, entidades assistenciais, escolas). Seus objetivos são, por um lado, incentivar a produção de alimentos na agricultura familiar, permitindo a comercialização para o mercado institucional. Por outro, contribuir para o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade pelas populações em situação de insegurança alimentar e nutricional, e colaborar na formação de estoques. Está presente em todo o país e atinge cerca de 100 mil agricultores anualmente.

Pobreza Rural, agricultura e segurança alimentar: os muitos caminhos do empoderamento das mulheres

O Programa de Aquisição de Alimentos vem sendo avaliado positivamente por agentes estatais e pelo público atendido (produtores e entidades que recebem os alimentos) em função dos seguintes fatores: contribui para a diversificação da produção de alimentos nas unidades familiares e para a melhoria da renda e do consumo das famílias de agricultores; ajuda na estruturação (planejamento, gestão) das unidades de produção familiares e de suas entidades associativas, servindo como um estímulo para que participem de novos mercados; melhora a alimentação de setores vulneráveis da população e promove o fortalecimento de redes de solidariedade, pela articulação em torno das políticas de segurança alimentar; e promove o desenvolvimento local, uma vez que, por sua concepção e forma de execução, proporciona o envolvimento de vários segmentos da sociedade e a circulação de recursos financeiros dentro do próprio município ou região.

Um das características do Programa que o torna atrativo para as mulheres é o fato de que permite a comercialização de produtos tradicionalmente vinculados à esfera feminina, cultivados em áreas próximas à moradia ou em áreas não aproveitadas para cultivos comerciais, que normalmente seriam utilizados apenas para o autoconsumo. Alguns desses produtos já eram vendidos pelas mulheres, porém em escala menor, como as aves e os ovos, as hortaliças e as frutas. Há, ainda,

casos em que o Programa cria (ou recria) formas de escoamento para produtos tradicionais que estavam sendo deixados de produzir devido à homogeneização da alimentação moderna, como é o caso de vários tipos de tubérculos e raízes, substituídos pela batata (*Solanum tuberosum*). O Programa tem absorvido mais de 300 produtos diferentes em nível nacional, com muitas variações regionais. As entregas dos produtos podem ser em pequenas quantidades e com periodicidade negociada entre os produtores e as entidades receptoras.

Esse Programa abre ainda uma importante perspectiva para venda de produtos processados, que permitem agregação de valor aos produtos da agricultura familiar, assim como para um conjunto de produtos do extrativismo, que também estão sob responsabilidade das mulheres.

No entanto, a participação formal das mulheres agricultoras como fornecedoras ainda é bastante reduzida (menos de 30% dos contratos). Vários fatores concorrem para essa situação, sendo os mais importantes: as dificuldades enfrentadas pelas mulheres para serem reconhecidas pelos agentes públicos e dentro das famílias como responsáveis pela comercialização dos seus próprios produtos; a falta de documentação pessoal; e a fragilidade das organizações produtivas das mulheres. Pode-se afirmar que, embora as mulheres se beneficiem

com o Programa, muitas vezes a sua participação se dá de forma “anônima” e subordinada, pois mesmo que os produtos estejam sob sua responsabilidade direta, os contratos, na maioria das vezes, são firmados em nome dos maridos, que, com isso, mais uma vez podem ter o controle sobre a renda obtida. É verdade que, muitas vezes, o reconhecimento público de que aquela produção é responsabilidade das mulheres ajuda a pressionar para que mudem também relações no interior da família.

Em que medida essas experiências nos ajudam a pensar políticas de superação da pobreza que, ao mesmo tempo, promovam a melhoria da segurança alimentar das famílias e o empoderamento das mulheres rurais?

Existem demandas históricas das mulheres rurais que ainda precisam ser equacionadas, tais como o acesso aos recursos produtivos, as mudanças na divisão sexual do trabalho e a valorização social das mulheres. Nas políticas existentes, no entanto, é preciso que se criem mecanismos que garantam explicitamente o acesso igualitário entre mulheres e homens às oportunidades e aos benefícios gerados. Um dos principais problemas enfrentados pelas mulheres agricultoras para terem acesso a essas políticas, por exemplo, é a visão prevalente entre os agentes de diversas instituições de que a agricultura familiar é um todo homogêneo, sem tensões no seu

interior. Muitas políticas e programas que são dirigidos genericamente às famílias acabam sendo apropriados somente pelos homens, desequilibrando ainda mais as relações de poder entre os homens e as mulheres. É preciso que haja recursos financeiros, humanos, institucionais e vontade política para permanentemente monitorar se os programas existentes estão promovendo ou não melhorias na vida das mulheres agricultoras.

As experiências comentadas mostram que a formação de grupos produtivos de mulheres que contem com o apoio de instituições e de políticas públicas pode ser uma ferramenta importante para o seu fortalecimento e para a sua inserção nos mercados de produtos agrícolas, melhorando a renda das mulheres, sua autoestima e seu acesso a recursos e oportunidades. No entanto, o caminho em direção à sua autonomia dentro das famílias rurais ainda é longo. Passa também por mudanças no espaço ocupado pelas mulheres rurais no conjunto da sociedade assim como nas instâncias de decisão política.

Hoje os movimentos de mulheres rurais estão chamando a atenção também para a estrutura produtiva na agricultura e suas implicações sobre os temas de segurança e soberania alimentar dos países. Os grandes conglomerados transnacionais da área de alimentação controlam a produção de sementes, de agrotóxicos, a distribuição dos alimentos, cerceando a liberdade

Pobreza Rural, agricultura e segurança alimentar: os muitos caminhos do empoderamento das mulheres

dos agricultores familiares, colocando em risco ao mesmo tempo a saúde das pessoas e do ambiente e comprometendo a capacidade dos países de implantar políticas autônomas. As mulheres vêm denunciando que essas mesmas empresas progressivamente vêm induzindo a práticas mercantis e à dependência a medicamentos como a única forma de se cuidar da saúde das pessoas, impondo às mulheres, por exemplo, contraceptivos invasivos, hormônios sintéticos para a menopausa, além de medidas de controle forçado da população – sem que os fatores de risco para a saúde das pessoas sejam suficientemente avaliados.

Ao mesmo tempo, os movimentos de mulheres vêm construindo experiências alternativas de produção e distribuição de alimentos, tais como as que foram descritas aqui, baseadas em tecnologias limpas, ecológicas, e orientadas pela economia solidária e feminista. Nessas experiências, resgatam os conhecimentos e aportes históricos das mulheres na alimentação e no cuidado dos demais, em uma perspectiva emancipatória e coletiva.

Muitos grupos de mulheres, de fato, focalizam a sua atuação na produção de alimentos (in natura ou transformados); na criação de pequenos animais; na preservação e na adaptação de espécies (por meio de bancos de sementes ou de conservação de material genético nas propriedades); na transmissão de conhecimentos sobre a produção e o uso

de plantas medicinais, por exemplo. São atividades de resistência àquele modelo produtivo baseado na monocultura e no uso intensivo de tecnologias e combustíveis fósseis. Nem sempre essas atividades são valorizadas socialmente, consideradas apenas “atividades marginais” aos cultivos comerciais, considerados “principais” e sob responsabilidade dos homens.

Os movimentos de mulheres rurais vêm dando visibilidade a essas questões, por um lado, valorizando as experiências concretas das mulheres, nos lares, nas comunidades, buscando fortalecê-las como sujeitos dessas experiências; e, ainda, propondo a valorização da alimentação saudável e das questões da saúde das pessoas e do ambiente como parte de um debate político mais geral sobre os sistemas agroalimentares. É preciso reconhecer esses movimentos como interlocutores legítimos do Estado na elaboração e no monitoramento das políticas públicas, respeitando o direito das mulheres de apresentarem suas próprias propostas para o conjunto da sociedade, ou seja, valorizando-as como sujeitos políticos.



Políticas para as Mulheres Rurais no Mercosul

Andrea Butto¹

Karla Hora²

1. Introdução

Este artigo analisa aspectos da experiência recente de formulação e implementação de políticas para as mulheres rurais em âmbito regional, a partir da atuação da Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar (REAF) no Mercosul. Trata-se de uma versão resumida e focada exclusivamente no Mercosul, de artigo mais amplo publicado pela Agência de Cooperação Espanhola AECID.

A REAF é uma instância formal consultiva do Mercosul que congrega representantes de órgãos federais vinculados ao desenvolvimento rural – ministérios de Economia, Agricultura, Desenvolvimento Agrário e Institutos de Terra – e representações da sociedade civil dos países que conformam o bloco. Criada em 2004, a partir de iniciativa do Governo brasileiro, a REAF constituiu-se rapidamente em um espaço de discussão, definição e coordenação de políticas de caráter regional em temas relacionados às formas de reprodução social e material

da agricultura familiar. Por intermédio de recomendações às instâncias superiores do Mercosul, da coordenação de programas e da promoção de iniciativas de intercâmbio e cooperação sobre políticas diferenciadas e específicas para este segmento, a REAF contribui para a superação das assimetrias entre os países, condição para uma efetiva integração solidária.

Trata-se de uma experiência recente, mas que desde seu início incorporou, como uma de suas prioridades, a promoção dos direitos das mulheres no mundo do trabalho. Uma prioridade que se expressa na Agenda de Gênero da REAF, cujo principal objetivo é edificar um novo desenho institucional e implementar políticas de promoção da igualdade e da autonomia das mulheres rurais da região.

As ações em curso desta Agenda avançam para além dos compromissos internacionais assumidos em conferências internacionais do sistema da Organização das Nações Unidas (ONU) e dialogam com novos temas, impulsionados por fóruns internacionais da sociedade civil e

1. Diretora de Políticas para Mulheres Rurais – DPMR (MDA) e conselheira do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM).

2. Arquiteta-Urbanista, Mestre em Geografia, Doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). karlaemmanuela@gmail.com.



dos movimentos de mulheres em defesa da soberania alimentar. Avanços que se materializam, com participação social, na internalização destes compromissos nos âmbitos nacionais, nas ações de garantia do acesso a terra, na “lei regional” da agricultura familiar, e, mais recentemente, em um programa regional de inclusão das mulheres rurais e do feminismo na própria agenda da integração e dos processos de desenvolvimento nacional. Avanços com tempos e intensidades diferenciadas

nos países e que começam a repercutir no Mercosul.

Embora existam processos anteriores de integração regional na América Latina e Caribe – como a Comunidade Andina de Nações e a Comunidade e Mercado Comum do Caribe – o foco na experiência da REAF decorre das possibilidades abertas para o Mercosul a partir de um novo ambiente institucional na região.

Para analisar a experiência recente da REAF de políticas para as mulheres rurais, além do recurso à bibliografia, recorreu-se a documentos e informes produzidos no âmbito da REAF e à própria experiência das autoras na coordenação do Grupo de Trabalho de Gênero da Seção Nacional brasileira, na participação nas sessões regionais da REAF e nas atividades da Reunião Especializada da Mulher – (REM/Mercosul)³.

O artigo descreve a experiência da REAF, abordando a institucionalização de políticas públicas de gênero na agricultura familiar e nos assuntos fundiários, em âmbito regional e dos países. Ao final são feitas considerações finais retomando aspectos dos temas tratados.

3. A Reunião Especializada da Mulher do MERCOSUL (REM), criada em 1998 a partir de reivindicações do movimento de mulheres da região, adquiriu, em 2012, status ministerial, com a decisão nº 24 do Conselho do MERCADO COMUM de dezembro de 2011, que criou a Reunião de Ministras e Altas Autoridades da Mulher do MERCOSUL (RMAAM).

2. A agenda de gênero da REAF

A Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar⁴ foi criada pelo Mercosul em 2004, a partir de proposta do Governo brasileiro já como expressão de uma nova orientação na sua política externa, e de demandas da sociedade civil para tratar de aspectos da reprodução da agricultura familiar afetados pelas assimetrias e desigualdades da região⁵.

Este tipo de estrutura, previsto pelo Tratado de Assunção, tem por objetivo analisar os acordos alcançados nos temas de sua competência e propor recomendações a serem adotadas pelos “Estados Partes”. A REAF constitui-se com a finalidade de promover o comércio intra-bloco de produtos da agricultura familiar e ampliou seu escopo de atuação para as políticas de fortalecimento da agricultura familiar, de promoção da igualdade e de desenvolvimento rural.

A iniciativa contribuiu para dar visibilidade institucional para um setor que vinha sendo desconsiderado nos acordos comerciais sobre agricultura no âmbito do GATT e, depois, na Organização

Mundial do Comércio e que ocupava um lugar subordinado nas dinâmicas agrícolas, especialmente, a partir da intensificação das diferenciações internas no setor agrícola com a implantação de Governos ditatoriais e dos diferentes processos de modernização agrícola (BRUMER e WEISCHEIMER, 2006). Revela-se um setor com importância econômica e social, pois a agricultura familiar na região representa “22,7 milhões de pessoas distribuídas em 5,4 milhões de estabelecimentos familiares”, sendo responsável pela produção de aproximadamente 60% dos alimentos consumidos nos países do bloco e por 10% do PIB da região (BRADY, 2008).

A definição das ações da Agenda de Gênero da REAF partiu de situações nacionais diferenciadas de institucionalização das políticas para as mulheres rurais e do reconhecimento da sua urgência diante da situação econômica e social das mulheres rurais da região.

2.1. Diferentes arranjos institucionais pré-existent

As políticas para as mulheres da agricultura familiar, que é um dos 5 temas

4. Para uma sistematização do histórico, metodologia e registros dos primeiros anos da REAF conferir “Primer Ciclo REAF”, MDA/MRE/FIDA Mercosul, Brasília, 2006.

5. Conferir “Carta de Montevideo” da Confederacion de Organizaciones de Productores Familiares del Mercosur Ampliado (Coprofam, 2003).

da pauta da REAF, são tratadas pelos países em um ambiente institucional mais geral das políticas de gênero com forte influência do modelo europeu, inserindo-as em planos de promoção da igualdade de oportunidades, como assinala RIGAT-PFAUN (2008). Uma influência reforçada pela Cepal e pelas agências de cooperação dos países europeus, em particular da Espanha.

Há distinções nos arranjos institucionais de cada país do Mercosul, na experiência acumulada, na duração, no grau de detalhamento dos planos e do conteúdo das ações propostas⁶. Em geral, a coordenação das políticas para as mulheres é feita predominantemente por autarquias vinculadas a ministérios da chamada área social, com exceção do Brasil e do Paraguai, onde existem secretarias vinculadas diretamente à Presidência da República. Os planos apesar de, em geral, serem instituídos por lei vinculam-se aos mandatos dos Governos. A Venezuela é o único país que conta com uma lei de igualdade de oportunidades para as mulheres, mas não conta com um plano de ação, como nos demais países.

Apesar das diferenças, todos os países da região contam com organismos

governamentais responsáveis pelas políticas de promoção da igualdade de gênero, com variadas interfaces com as demais áreas de Governo. Há, na maioria dos países, mecanismos de diálogo com os movimentos sociais e organizações de mulheres rurais. Entretanto, são poucos os programas e políticas dirigidas às mulheres rurais e os que existem são, em geral, insuficientes, sendo raras as estruturas governamentais específicas.

As iniciativas nacionais de aplicação das recomendações da ONU para a criação de políticas para as mulheres ocorreram em momentos distintos. Inicia-se pela Argentina, na década de 80, seguindo-se do Chile, nos anos 90. O Brasil é um caso tardio de institucionalização, pois até o início da atual década a opção foi por um modelo misto de ação - governamental e da sociedade civil-, e sem distinguir papéis, ambos assumiam responsabilidade pela implementação de políticas para as mulheres. Estratégia que promoveu uma neutralização da ação política de setores dos movimentos sociais de mulheres. Esta é a experiência dos chamados conselhos dos direitos das mulheres (GODINHO, 2007). A Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres foi criada em 2002, mas só

6. Butto e Hora estão em fase de conclusão de outro trabalho que aborda uma análise detalhada dos diferentes arranjos institucionais das políticas para as mulheres nos países do Mercosul.

adquire status de ministério e se vincula à Presidência da República em 2003⁷.

Na Argentina, o Conselho Nacional da Mulher não incorpora ações específicas para a área rural. Neste caso e no Uruguai as ações voltadas para as mulheres rurais se restringiam ao âmbito da cooperação com o Fundo Internacional para Desenvolvimento e Alimentação - FIDA. No Chile, em 1997, na vigência do primeiro Plano de Igualdade foi elaborada uma proposta de política de igualdade de oportunidades para as mulheres rurais e foi constituída a Mesa de Trabalho da Mulher Rural, espaço de participação social das políticas do Ministério da Agricultura.

No caso venezuelano, a Fundação “CIARA – Capacitação e Inovação para Apoiar a Revolução Agrária”, criada em 1996 com a finalidade de propiciar a participação das comunidades rurais na promoção do desenvolvimento endógeno, reconhece o tema gênero como transversal e prevê ações de estímulo e valorização do trabalho produtivo das mulheres rurais. O Brasil e o Paraguai são os únicos países da região que contam com estruturas específicas dirigidas à

promoção da igualdade e a autonomia econômica das mulheres rurais nos ministérios responsáveis por políticas de desenvolvimento rural, além de prever ações nos planos de igualdade daqueles países⁸.

No âmbito sub-internacional do Mercosul há, desde 1998, uma estrutura específica voltada para a análise da situação da mulher, das legislações e das políticas públicas dos Estados-Partes sob o ponto de vista da igualdade, a Reunião Especializada da Mulher (REM). A REM concentrava, até recentemente, sua atenção nos temas da violência contra a mulher e do fortalecimento de uma institucionalidade de gênero na região. Temas relativos à economia apareciam vinculados a um debate mais geral, como por exemplo, na avaliação da forma de inserção das mulheres no mercado de trabalho, na qualificação do trabalho não remunerado e, de forma residual, no debate sobre o livre comércio e sobre o empoderamento econômico das mulheres (RODRIGUES; TAVARES, 2006).

A pauta das mulheres rurais entra na REM com potencial para ampliar

7. Em 2002 foi instituída a Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher – SEDIM, vinculada ao Ministério da Justiça. Em 2003 foi criada, por meio da Medida Provisória 103, a então Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SEPM/PR) com status de ministério. Em 2010 a SPM/PR torna-se órgão essencial da Presidência da República (MP 483), deixando de ser “especial”.

8. No Brasil, essa instância era a Assessoria de Gênero, Raça e Etnia do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, criada em 2003. Em 2010 a Assessoria foi transformada na Diretoria de Políticas para as Mulheres Rurais – DPMR.

o seu próprio protagonismo, a partir de propostas da REAF de iniciativas conjuntas para fortalecer a harmonização e interiorização de políticas específicas.

Este cenário, de ausência e fragilidade de referências institucionais previamente consolidadas nos países e na estrutura de integração regional, evidencia a dimensão dos desafios para a constituição de uma agenda de gênero dirigida à promoção da igualdade e a autonomia econômica das mulheres rurais.

2.2. Uma agenda necessária

Apesar destas dificuldades institucionais há o reconhecimento de que esta agenda além de necessária, é urgente, em decorrência das próprias condições de vida e trabalho das mulheres rurais da região, que compartilham um contexto histórico similar e, que mais recentemente foram impactadas pelas reformas neoliberais.

Agravou-se a situação, que já era frágil, dos estabelecimentos familiares e das mulheres rurais, que, destituídas de uma série de direitos sociais básicos são as principais vítimas do processo migratório, gerando um processo de masculinização do campo. A saída das mulheres jovens das zonas rurais é explicada, em grande medida, pela sua inserção desfavorável na agricultura familiar, relacionada à sua restrita autonomia econômica na gestão e acesso aos recursos produtivos, na ausência de políticas públicas direcionadas, na desvalorização atribuída

ao seu trabalho e à falta de perspectiva no acesso e herança da terra.

Apesar das particularidades inerentes a cada país observam-se elementos comuns, dentre os quais o não reconhecimento do trabalho produtivo desempenhado pelas mulheres rurais e o predomínio em atividades produtivas não remuneradas da agricultura familiar, como o cultivo para o auto-consumo e as atividades reprodutivas.

A invisibilidade do trabalho realizado pelas mulheres nas atividades de produção na unidade familiar evidencia-se na ausência de informações sobre isso nas estatísticas oficiais nos países do Mercosul. Isto reflete no caráter das políticas públicas em curso que enxergam a unidade familiar como um todo homogêneo, sem distinguir as relações de hierarquia e desigualdade de gênero e geração existentes no seu interior. De tal sorte que as mulheres são duplamente afetadas. Primeiro pelas restrições no acesso aos recursos produtivos no interior da família, principalmente em relação à transmissão do patrimônio familiar, e segundo por dificuldades decorrentes da própria ação do Estado, que não favorece o acesso das mulheres às políticas públicas, como os programas de reforma agrária, crédito, assistência técnica e comercialização.

Este diagnóstico pode ser problematizado à luz da economia

feminista e de sua crítica ao modelo econômico hegemônico. Como assinala FARIA (2008), na economia clássica o trabalho reprodutivo passa a ser considerado não trabalho e só há reconhecimento do trabalho realizado na esfera mercantil. Ao priorizar o indivíduo como consumidor desconhece-se o acesso desigual aos recursos, as diferenças de gênero e de classe e ao consolidar a separação entre uma esfera pública – da produção – e outra privada – da reprodução –, reforça-se a idéia equivocada de um suposto destino biológico para a inserção das mulheres, ignorando a importância econômica do trabalho doméstico e a noção de que a reprodução é parte da economia.

2.3 O GT de Gênero na REAF

É neste cenário que a igualdade entre homens e mulheres na área rural integrou-se à agenda da REAF como tema transversal. A referida agenda conta com a participação de representantes dos Governos e de organizações da sociedade civil, dentre elas movimentos de mulheres autônomos, instâncias de mulheres de movimentos sociais mistos e de representação de articulação regional sindical: a COPROFAM. Esta última organização vem, desde 2006, constituindo um processo de articulação

interna das mulheres na organização definindo a pauta e a representação desta articulação, tendo em conta a agenda feminista e a participação das mulheres.

A COPROFAM definiu recentemente temas prioritários: a relação das mulheres com a agricultura familiar e o desenvolvimento sustentável, a soberania alimentar, a ação de seguimento da FAO, o mercosul e a REAF. A respeito da REAF as mulheres integrantes da COPROFAM definem pela atuação nas políticas públicas para as mulheres rurais, no Programa Regional para o Fortalecimento Institucional das políticas de igualdade de gênero na Agricultura Familiar do Mercosul e nas demais iniciativas do GT Gênero da REAF, descritas a seguir.

Coube ao Grupo de Trabalho de Gênero⁹ (GT Gênero) elaborar um plano de ação, sustentado por um diagnóstico sobre a situação das mulheres rurais e das institucionalidades de gênero e suas interfaces.

Como visto anteriormente, embora existam organismos nacionais e alguns instrumentos de internalização de políticas públicas dirigidas às mulheres rurais, sua efetividade é baixa, revelando um frágil ou ausente tratamento dado ao tema pelos

9. Participam deste GT representantes dos governos nacionais e dos movimentos sociais, dentre os quais os movimentos de mulheres trabalhadoras rurais e organizações de mulheres existentes em movimentos sociais mistos.

ministérios com competência para implementar tais políticas.

Um dos primeiros resultados da atuação do GT Gênero, e da própria REAF, foi a aprovação pelo Grupo Mercado Comum (GMC) – a segunda instância deliberativa do Mercosul –, a partir de uma resolução da REAF, de uma recomendação para que os Estados-membros promovam o acesso igualitário das mulheres à terra, atuem para diminuir a ausência de documentação civil e trabalhista e implementem uma política especial de crédito para as mulheres na agricultura familiar e na reforma agrária.

A estruturação da Agenda de Gênero da REAF buscou assentar-se num mútuo aprendizado sobre as diferenças existentes entre os países, resultantes de suas formações sociais e econômicas e de diferentes trajetórias políticas e institucionais. Além do intercâmbio possibilitado pelo funcionamento regular dos espaços da REAF o GT Gênero buscou sistematizar informações sobre a situação e os direitos das mulheres rurais nos casos nacionais, priorizando alguns

temas, em particular, o marco jurídico e normativo e as políticas públicas voltadas para a promoção da igualdade, bem como os instrumentos para sua efetivação. Esforço que foi fundamental para organizar a intervenção nos demais temas tratados pela REAF e para dialogar com as demandas da sociedade civil.

A análise construída, objeto de uma publicação específica (MDA/NEAD 2006), revelou a importância dos temas do acesso à terra, financiamento, assistência técnica, comércio e participação social para a superação das desigualdades impostas às mulheres rurais. Outra frente de atuação priorizada foi a incorporação do recorte de gênero no tema da facilitação do comércio, com a realização de estudos sobre a participação da agricultura familiar nas cadeias produtivas¹⁰, e na discussão sobre a implementação e harmonização dos registros da agricultura familiar¹¹.

2.3.1 Acesso à terra

O reconhecimento do papel central do acesso à terra na promoção da igualdade e da autonomia econômica das mulheres rurais fez com que o tema ganhasse centralidade na agenda de gênero da REAF. Assim, uma das

10. Estudos iniciados nas cadeias produtivas do tomate e da carne suína que analisam a inserção das mulheres, a organização do trabalho reprodutivo e a participação das mulheres na produção e na comercialização.

11. Aprovada em 2007, uma resolução do GMC recomenda que os registros a serem adotados ou que estão em fase de elaboração em cada país considerem a titularidade conjunta obrigatória para homens e mulheres em situação de casamento ou união estável.

primeiras iniciativas do GT foi a proposição de instrumentos legais e administrativos que facilitassem o acesso à terra e a integração deste tema na pauta do GT sobre “Políticas Fundiárias, Acesso à Terra e Reforma Agrária”, associando-se a outros, como a estrangeirização das terras, concentração e uso da terra e a função social da propriedade.

A importância do tema se deparava com um quadro em que os planos de igualdade de oportunidade para as mulheres, referências nacionais para as políticas de gênero, abordavam de forma genérica o acesso das mulheres a terra. Estudo feito pelo GT de Gênero da REAF analisou o marco legal existente na região para garantir o direito das mulheres a terra, às demais políticas de desenvolvimento rural e os dados disponíveis sobre o acesso efetivo à terra e constatou uma situação bastante diversa¹².

Alguns países incluíram o direito igualitário ou a melhoria das condições de acesso das mulheres à propriedade

da terra nos planos de igualdade ou em suas legislações, mas não contam com instrumentos para efetivar o ordenamento jurídico e não contam com informações suficientes sobre a condição das mulheres de proprietária da terra. Nesta situação estão o Uruguai e da Venezuela, países que contam com programas de colonização, regularização e outorga de terras públicas¹³.

Mais recentemente, a Constituição da República Bolivariana reconheceu o tema gênero como eixo transversal do ordenamento jurídico e a Lei de Terras, de 2001 ao estabelecer as bases para o desenvolvimento rural integrado e sustentado e os direitos dos/as camponeses/as faz menção à inclusão das mulheres rurais. Entretanto, os dados sobre as “cartas agrárias” – instrumento de acesso à terra – não permitem qualificar o acesso das mulheres à terra e a efetividade do marco legal (REAF/SN Brasileira, 2008b; HORA, 2008).

12. Para uma análise detalhada do marco legal e dos instrumentos de acesso igualitário a terra nos países do Mercosul ver REAF/SN Brasileira, 2008b e HORA, 2008 e REAF/SN Brasileira, 2008c.

13. No caso uruguaio a previsão está na Lei 31 do Plano de Igualdade de Oportunidade e a responsabilidade para adoção de medidas é do Ministério de Pecuária, Agropecuária e Pesca. No caso da Venezuela a previsão consta da Lei de Igualdade de Oportunidades para a Mulher de 1999.

No Brasil e no Paraguai¹⁴ há programas de reforma agrária, de regularização fundiária e de financiamento para a compra da terra (este último apenas no Brasil), além de legislações específicas que tratam do direito da mulher à terra. Entretanto, apenas no Brasil o direito reconhecido na lei conta com os instrumentos necessários e está sendo efetivamente aplicado (BUTTO; HORA, 2008)¹⁵.

Já a Argentina apresenta uma situação peculiar decorrente das características próprias da estrutura administrativa do país. O Governo nacional não atua no tema do acesso à terra, pois são as províncias, com suas respectivas legislações, que implementam as políticas fundiárias. Não há informações nacionais sobre o acesso das mulheres a terra, mas apenas estudos de caso recentemente realizados com o apoio do Governo Nacional (FERRO, 2008).

No âmbito da Agenda de Gênero da REAF está em curso uma ação conjunta do

Brasil, Venezuela e Paraguai de análise dos procedimentos dos programas de reforma agrária e regularização fundiária voltada para efetivação de medidas legislativas e da garantia do direito das mulheres à terra.

2.3.2 Acesso ao crédito

No tema do acesso das mulheres ao crédito para o financiamento da produção há, também, um quadro bem diferenciado e com poucas ações concretas. As situações existentes podem ser assim ilustradas: compromissos de ampliação do acesso assumido, mas nada foi implementado; medidas restritas à difusão de informações e à capacitação para acessar o crédito geral dirigido à agricultura familiar, consideradas de caráter neutro; existência de linha especial de crédito acompanhada de mecanismos de superação dos obstáculos e de difusão e ampliação do acesso, mas que ainda não resultaram em uma grande escala de beneficiárias. Esta última situação

14. No Paraguai há um novo marco legal a partir de 2002 que se associa ao Plano de Igualdade de Oportunidades, que já previa o acesso igualitário à propriedade da terra. Em 2003, com a criação do Instituto Nacional de Desenvolvimento Rural e da Terra – INDERT, observa-se a aplicação da Lei Nº 1863 de 30 de janeiro de 2002 – Novo Estatuto Agrário – que reconhece as mulheres como beneficiárias das políticas agrárias e desenvolvimento rural, dando preferência aos assentamentos de mulheres chefes de família e facilidades de pagamento para o caso de mulheres titulares de lote.

15. Um marco neste sentido é o II Plano Nacional de Reforma Agrária. O Plano de Políticas para as Mulheres do Brasil prevê a garantia do direito igualitário à terra (titulação conjunta obrigatória, acesso preferencial a mulheres chefes de família), ações de apoio à organização produtiva das mulheres (crédito, capacitação e assistência técnica) e à participação nos espaços de controle social das políticas públicas.

corresponde ao caso brasileiro, que conta com uma linha específica para as mulheres no sistema de crédito do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar – o PRONAF Mulher - e no crédito de instalação dos projetos de assentamento da reforma agrária – Apoio Mulher; além de um programa de apoio à organização produtiva das mulheres, que envolve capacitação, intercâmbio de experiências e assistência técnica especializada e um amplo programa de documentação civil e trabalhista.

No Chile a ênfase está em iniciativas voltadas para eliminar barreiras que impedem o acesso igualitário de homens e mulheres rurais aos instrumentos e programas gerais voltados para a agricultura familiar, como é o caso do Programa de Formação e Capacitação para Mulheres Rurais, desenvolvido pelo Instituto de Desenvolvimento Agropecuário - INDAP e a Fundação PRODEMU. Esta iniciativa destina-se a apoiar grupos de mulheres de famílias que tenham interesse em desenvolver atividades produtivas para melhorar a sua renda (REAF/SN Brasileira, 2008b).

No Paraguai há iniciativas de difusão e outras dirigidas ao setor financeiro para ampliar a concessão de crédito, e o compromisso de flexibilizar as garantias exigidas no caso das mulheres rurais e urbanas de micro, pequenas e médias empresas. Um dos obstáculos identificados é a individualidade do

crédito que, ao ser outorgado ao homem, restringe o acesso das mulheres, cujas necessidades de crédito (pequenas indústrias, artesanato, cuidado de pequenos animais e horticultura familiar) não são necessariamente interessantes para o sistema formal de crédito (CABALLERO, 2009).

Na Venezuela a Fundação CIARA atua também no apoio a atividades produtivas das mulheres, contando com linhas de financiamento público, em particular, do “Banmujer”.

2.3.3 Assistência Técnica

Nos países do Mercosul os sistemas de assistência técnica contam com instrumentos legais e normativos de órgãos especializados ou de projetos especiais de extensão rural voltados para promover a igualdade, mas a cobertura destes serviços ainda é muito baixa, inclusive para o conjunto da agricultura familiar. Observam-se esforços recentes para alterar a orientação dos serviços de assistência técnica e a formação dos profissionais como condição para a democratizar o acesso e contribuir com a autonomia econômica das mulheres rurais.

As situações dos países são, também, bem diferenciadas neste tema. No Uruguai o sistema de extensão rural e assistência técnica do MGAP incorpora de forma débil a dimensão de gênero nas suas ações e o Projeto Uruguai Rural sinaliza para

avanços, pois conta com uma unidade específica de assessoramento para o enfoque de gênero. No Brasil, há uma ação específica no âmbito da política nacional de assistência técnica dirigida às mulheres, integrando a disponibilização de recursos públicos para a contratação deste serviço, a capacitação de agentes de extensão rural e das agricultoras e a articulação com outras políticas de desenvolvimento rural.

Observam-se, ainda, iniciativas voltadas para a comercialização da produção de grupos de mulheres, mas com uma abrangência ainda mais restrita. Apenas no Brasil e no Paraguai existem ações de promoção comercial e de inclusão de mulheres em instrumentos de comercialização, como a criação de espaços para oferecer seus produtos, a realização de feiras e de ações de capacitação.

2.3.4 O Programa Regional de Gênero da REAF

Além de coordenar a inserção das mulheres rurais nos diferentes assuntos tratados pela REAF, o GT Gênero elaborou, a partir da experiência acumulada nas sessões nacionais e regionais, o “Programa de Fortalecimento Institucional de Políticas de Igualdade de Gênero na Agricultura Familiar do Mercosul”, já aprovado

pelos instâncias de direção do Mercosul, voltado para consolidar nos países, com participação social, as orientações e diretrizes comuns aprovadas. É a primeira iniciativa conjunta de caráter regional, envolvendo Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai¹⁶.

Representa um esforço de articulação da REAF com a REM para a internalização de políticas públicas de gênero na agricultura familiar e na reforma agrária e de organismos especializados de promoção de políticas de gênero nos Ministérios da Agricultura e de Desenvolvimento Agrário. As ações conjuntas dos países abarcam a realização de estudos sobre a realidade das mulheres, de oficinas de análise das políticas públicas de apoio à produção e comercialização, a capacitação para agentes e gestores públicos e representantes dos movimentos de mulheres, o intercâmbio entre as mulheres da sociedade civil e de Governos, a difusão sobre as políticas de gênero no Mercosul e o monitoramento e avaliação da Agenda de Gênero da REAF¹⁷.

O Programa tem potencial para superar a dinâmica inicial da REAF de impulsionar ações implementadas autonomamente em cada país, estruturando iniciativas

16. A Venezuela não participa do Programa por não ser formalmente um país membro do Mercosul.

17. MERCOSUL/VI REAF/DT Nº 02/06, anexo VII.

de caráter regional de planejamento, produção e comércio, combinadas com uma maior articulação entre os movimentos de mulheres, entre órgãos governamentais e, principalmente, nos espaços comuns da integração regional.

3. Considerações finais

A institucionalidade existente no Mercosul para buscar efetivar compromissos internacionais e responder às demandas sociais dialoga pouco com a agenda das mulheres rurais, não sendo respaldadas por institucionalidades internas aos ministérios e demais órgãos responsáveis pela implementação de ações finalísticas, e não foram objeto de análise necessária para a sua reformulação com vistas a assegurar a implementação de compromissos firmados (sejam os nacionais ou internacionais).

A Reunião Especializada da Agricultura Familiar – REAF, nos últimos cinco anos, promoveu esforço integrado para diagnosticar estes problemas e construiu medidas efetivas para avançar nesta agenda. Consideramos que através desta integração solidária, as fortalezas existentes em alguns países foram convertidas em insumos para construir agendas coletivas de superação dos limites vivenciados pelos Estados-Partes e foi através deste esforço comum que se dá início a um cenário de maior inclusão da agenda das mulheres rurais na região. É o que aponta o Programa Regional

de Fortalecimento Institucional de Políticas de Igualdade de Gênero na Agricultura Familiar e as ações de democratização da terra também para as mulheres.

A REAF já tomou várias iniciativas que demonstram a sua capacidade de desdobrar debates da integração regional em ações concretas. As prioridades eleitas indicam a necessidade de atender às demandas de inclusão econômica das mulheres e de assegurar a integralidade da ação na área da produção e da comercialização. A estratégia adotada para tal fim (realização de estudos, oficinas sobre políticas públicas e capacitação de gestores, e participação social) indica também que não se busca apenas acumular informação, mas criar ambiente necessário para rever a institucionalidade e envolver as/os distintos personagens que podem transformar a relação das mulheres com o Estado e a economia.

A exceção do Brasil que já conta com uma maior elaboração e efetivação de políticas na área, pode-se concluir que existem organismos centralizados de coordenação de políticas para as mulheres na região que dialogam com a agenda das mulheres rurais, mas a sua efetivação é baixa. São os órgãos específicos voltados para o desenvolvimento rural e criam espaços de diálogos, ou iniciativas ainda que pontuais vinculadas a autarquias ou a projetos de cooperação internacional, na área da assistência técnica, ou do fomento à economia, voltadas para as mulheres rurais. O que demonstra que a

intenção do Programa Regional de analisar de forma crítica as políticas de apoio à produção e comercialização à luz da institucionalidade existente é pertinente e necessária já que a análise destas políticas por si só não garante a sua incorporação no cotidiano da gestão pública.

Referências Bibliográficas

- AGENCIA ESPANHOLA DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO. Igualdad de gênero en la Agricultura familiar del MERCOSUL. Uruguay 2009.
- BRADY, Guilherme Rocha. Participação social e incidência em políticas públicas no Mercosul. 2008. (mimeo.)
- BRUMER, Anita e WEISCHEIMER, Nilson. Agricultura e políticas públicas para as mulheres rurais no âmbito do Mercosul. In MDA/NEAD. Gênero, agricultura familiar e reforma agrária no Mercosul. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006 (Nead Debate 9). p.189-256
- BUTTO, Andrea. Políticas para as mulheres trabalhadoras rurais: um compromisso de todos os dias. In MDA/NEAD. Gênero, agricultura familiar e reforma agrária no Mercosul. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006 (Nead Debate 9). p.87-116.
- BUTTO, Andrea; HORA, Karla. Mulheres e Reforma Agrária no Brasil. In MDA/NEAD. Mulheres na Reforma Agrária. Brasília: MDA, 2008. p.19-38.
- CABALLERO V. Manual de Practicas Alimentarias y Nutrición Básica. ACH-MAG, 2009) in: Campos C.. Situación de la Mujer Rural en Paraguay. 2007. FAO
- COPROFAM. Carta de Montevideo: Propuesta de la Coprofam al Consejo del Mercosur. Montevideo/Uruguay 16/12/2003 (mimeo.).
- GODINHO, Maria do Carmo. A estrutura de Governo e ação política feminista: a experiência do PT na Prefeitura de São Paulo. Mimeo.
- HORA, Karla E. R. Avaliação de normativos que garantem o direito de acesso a terra às mulheres rurais na reforma agrária. Produto de Consultoria ao IICA, 2008. Mimeo.
- INDAP/ODEPA/MUCECH/IICA. Pequeña Agricultura em Chile: rasgos socioproductivos, institucionalidad y clasificación territorial para la innovación. Santiago: INDAP/ODEPA/MUCECH/IICA, 2006.
- LOMBARDI, Rosa Maria. A ocupação no setor agropecuário no período 1993-2006 e o trabalho das mulheres. 2008. Mimeo.
- MDA/NEAD. Gênero, agricultura familiar e reforma agrária no Mercosul. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006 (Nead Debate 9).
- MERCOSUL. MERCOSUL/GMC/ATA Nº 03/08. Encaminha para aprovação o

Programa Regional de Fortalecimento Institucional de Gênero na Agricultura Familiar no Mercosul.

MERCOSUL. MERCOSUL/GMC/P. REC. Nº 01/08. Encaminha solicitação para aprovação de diretrizes para a igualdade de gênero em políticas públicas para a agricultura familiar

MERCOSUL. MERCOSUL/IX REAF REC. Nº 01/08 – Diretrizes para a igualdade de gênero em políticas públicas para a agricultura familiar

MERCOSUL. Resolução MERCOSUR/GMC/RES Nº 11/04. Instituí a Reunião Especializada da Agricultura Familiar.

MERCOSUL. Tratado de Assunção – Paraguai. 1991.

MERCOSUL/REAF. MERCOSUL/VI REAF/DT Nº 02/06. Aprova o Programa Regional de Fortalecimento Institucional de Gênero na Agricultura Familiar no Mercosul.

PRIMER PLAN NACIONAL DE IGUALDAD DE OPORTUNIDADES Y DERECHOS. Políticas públicas hacia las mujeres 2007-2011/ Uruguay. Ministério de Desarrollo Social, Instituto Nacional de las Mujeres

II PLAN NACIONAL DE IGUALDAD DE OPORTUNIDADES ENTRE MUJERES Y HOMBRES 2003-2007. Secretaria de la Mujer – Presidencia de la República. Fondo de Población de las Naciones Unidas, Asunción, Septiembre del 2005

Ley de Igualdad de Oportunidades para la Mujer. mimeo.

FAO. Gobierno de Chile. Ministério de Agricultura. Transversalización del enfoque de género en la institucionalidad del Ministério de Agricultura. Periodo 2000-2006. Santiago de Chile, abril de 2007

REAF. Primer Ciclo: REAF – Reunión Especializada sobre Agricultura Familiar Mercosur. Brasília: MRE / MDA, 2006.

REAF/SN Brasileira. Programa Regional de Fortalecimento Institucional de Políticas de Igualdade de Gênero na Agricultura Familiar no Mercosul. (versão de nov/2008 aprovada pelo CCT/Mercosul). 2008. (mimeo).

REAF/SN Brasileira. Análise da seção nacional brasileira sobre a situação atual do acesso das mulheres à terra: análise dos informes apresentados pelos países sobre as mulheres rurais. 2008b. (mimeo).

REAF/SN Brasileira. Análise da seção nacional brasileira sobre a situação atual do acesso das mulheres à terra: apresentação dos países-membros da MATRIZ sobre o MARCO LEGAL referente ao Acesso à Terra para as Mulheres. 2008c. (mimeo).



A contribuição da economia solidária para a autonomia das mulheres

Paul Singer¹

A economia solidária constitui hoje uma importante alternativa ao modo de produção dominante: o capitalismo. Este tem como motor a competição generalizada nos mercados de capitais, de bens e serviços e de trabalho. Os capitais são propriedade privada de pessoas, famílias, mas principalmente de fundos, bancos de investimento e congêneres, todos visando maximizar lucros a serem realizados nos menores prazos. Esta disputa entre capitais se realiza mediante o acirramento da competição entre os trabalhadores pelos melhores empregos e entre os fornecedores de bens e serviços aos conglomerados globalizados, que dominam a inovação científica e as marcas mais prestigiadas nas principais praças do mundo.

A economia solidária está organizada em empreendimentos que são propriedade coletiva dos seus trabalhadores, que os administram em autogestão, ou seja, com a participação de todos nas decisões em igualdade de poder, cada sócio dispondo de um voto. A receita do empreendimento tem sua destinação decidida deste modo: os trabalhadores reunidos em assembleia resolvem quanto da receita deve ser

distribuído entre os sócios e quanto deve ser colocado em reserva para futuros investimentos; quanto deve ser o valor da retirada mensal e anual de cada categoria de trabalhadores. Esta última decisão obedece a critérios de justiça distributiva adotados por consenso ou por maioria de votos. Cada sócio tem uma quota do capital; os sócios mais antigos têm a quota integral ao passo que os mais recentes ainda estão adquirindo suas quotas em prazos fixados pela assembleia. Mas, ninguém é remunerado pelo valor da sua quota do capital, que quando estão integralizadas são iguais. Por isso, o empreendimento de economia solidária é uma cooperativa de trabalho associado e não de capitais associados, como são os empreendimentos capitalistas. Os seus donos são remunerados exclusivamente pela quantidade e qualidade do trabalho que cada um realiza no empreendimento.

A cooperativa ou associação solidária não distribui e nem acumula lucros, que são por definição a remuneração dos capitalistas. Como na cooperativa não há capitalistas, mas apenas trabalhadores, a categoria lucro não existe e, portanto não é o objetivo desta

1. Graduado em Economia e Administração pela Universidade de São Paulo e doutorado em Sociologia pela Universidade de São Paulo. É, atualmente, Secretário Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e professor titular da Universidade de São Paulo.

espécie de empreendimento. O seu objetivo é garantir aos seus sócios uma paga justa pelo seu trabalho, havendo em geral em seu estatuto um limite máximo para a diferença entre a maior e a menor retirada dos trabalhadores. Este limite varia geralmente entre 4 e 6 vezes, o que é menos de um centésimo da diferença que vigora usualmente nas grandes empresas capitalistas.

Isso explica porque não há competição, mas cooperação entre os sócios das cooperativas de trabalho. Numa cooperativa, o trabalho é dirigido por coordenadores, escolhidos pelos sócios, que decidem livremente como seu trabalho é alocado entre pessoas e equipes e como devem agir para que os objetivos econômicos decididos possam ser realizados. A ajuda mútua prevalece naturalmente, em contraste com o que ocorre nas empresas capitalistas em que pessoas e equipes são levadas a competir por prêmios, promoções e outros incentivos.

A subordinação das mulheres aos homens decorre de preconceitos seculares contra a capacidade e a inteligência das mulheres em comparação com os homens. Tradições, freqüentemente alicerçadas em normas religiosas, destinam as mulheres às atividades domésticas ao passo que aos homens, supostamente mais aptos, cabe prover a subsistência dos integrantes da família. Como as tarefas masculinas supostamente exigem

mais força e mais conhecimentos e sabe-se lá que outras qualidades em comparação com as femininas, a mulher é tida como naturalmente dependente do homem ao qual deve obediência, devoção e lealdade. Estas noções são internalizadas por homens e mulheres, que as apreendem desde cedo observando os comportamentos dos pais e outros membros da família.

No mundo contemporâneo, em que os valores democráticos estão amplamente difundidos, as tradições são freqüentemente desafiadas, sobretudo quando são manifestamente injustas como as conquistas do feminismo demonstram mediante as novas práticas e hábitos fartamente exibidos na vida cotidiana. A luta das mulheres contra a opressão machista já vem sendo travada pelo menos desde a Revolução Francesa, mas conquistou vitórias significativas nos campos profissionais e políticos apenas desde o século XX e só não conseguiu uma vitória definitiva porque a competição desvairada, que o capitalismo neoliberal promove nos últimos decênios, acaba por penetrar no seio da família, aguçando a rivalidade entre cônjuges, irmãos e irmãs, colegas de estudo e de trabalho e tornando a prática da solidariedade cada vez mais rara e difícil.

Em sua fase presente, o capitalismo tende a elevar o individualismo ao máximo como justificativa eficaz da crescente desigualdade que a competição não para de produzir. As estratégias dos que comandam

o capital partem do pressuposto de que a humanidade se divide em duas espécies distintas: os que pelos seus esplêndidos predicados estão predestinados a vencer e os demais que pelas suas fraquezas e insuficiências estão destinados a fracassar, a não ser que se limitem desde o começo de suas vidas a tarefas que seus poucos predicados lhes permitem realizar. Para obter do trabalho assalariado tudo o que ele pode render, cabe ao empreendedor distinguir - o quanto antes melhor - quem pertence ao grupo dos capazes e quem tem que ser relegado ao agrupamento dos demais e alocar oportunidades e incentivos aos primeiros e o que sobra de trabalho simples, repetitivo e ainda não automatizado aos demais, que tendem a ser a maioria.

A luta das mulheres permite que uma parte crescente delas possa demonstrar sua capacidade, principalmente mediante o êxito escolar em graus de ensino cada vez mais elevados. De modo que as novas gerações femininas estão cada vez menos sujeitas à subordinação a outros ou outras, ou seja, a homens ou a mulheres. É claro que a ascensão de mulheres a cargos cada vez mais elevados na política, na economia, na cultura e na arte destrói o tradicional preconceito contra a inteligência, a força e o empenho do gênero feminino, o que tem por efeito a efetiva emancipação de uma parte cada vez mais significativa das mulheres. Mas, uma parcela provavelmente majoritária das mulheres não tem tido ainda a

oportunidade de se emancipar e por isso está condenada a continuar a ser oprimida e sujeita a um sofrimento redobrado pela humilhação decorrente de seu aparente fracasso em ascender quando tantas de suas irmãs o conseguem.

O avanço da economia solidária no Brasil e em outros países da América Latina propicia a um número crescente de mulheres oportunidades de se emancipar, simplesmente porque em cooperativas não prevalece em regra a discriminação e muito menos o antagonismo, tão freqüente em empresas capitalistas, mas também em repartições públicas, nas quais diferenciações hierárquicas e discriminações por gênero, idade, raça etc. continuam sendo praticadas.

O Brasil se caracteriza pela cordialidade do povo como já foi observado por Sérgio Buarque de Holanda e outros estudiosos. Aqui o racismo não é quase praticado abertamente, como ocorre em outros países. E o machismo torna-se prática menos difundida à medida que a escolaridade da população se eleva e o ambiente escolar começa a ser penetrado por valores democráticos. Este é o pano de fundo do florescimento da economia solidária no Brasil desde os últimos decênios do século XX. As políticas sociais, com destaque para o Bolsa Família, premiam as mães que chefiam famílias pobres e lhes abrem oportunidades de se emancipar. São exemplos brilhantes os Programas “Mulheres Mil” e “Elas”, o primeiro desenvolvido pelo Ministério da

Educação e o segundo criado por esta instituição notável que é o Banco Palmas, um banco comunitário inventado pela Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras, uma ex-favela de Fortaleza. O Programa “Elas” oferece a mães de famílias amparadas pelo Programa Bolsa Família, que exercem atividades econômicas, meios de se conhecer e organizar em empreendimentos de economia solidária.

O Programa Mulheres Mil, em boa hora importado do Canadá, oferece a mulheres pobres a possibilidade de se matricular em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e desta forma elevar sua escolaridade (que algumas vezes é nula) e apreender uma profissão. Só isso não garante que as mulheres que participam do programa efetivamente se emancipem, pois um bom número delas - em vez de aproveitar o ensejo de se associar e partir para a luta contra a pobreza em conjunto - preferem um emprego assalariado, o que a formação profissional adquirida deve viabilizar. É claro que para uma mulher pobre obter um emprego com carteira assinada é inegavelmente um grande avanço em relação à sua situação anterior, mas não é em si emancipador. Como empregada, a mulher se sujeita às vicissitudes da competição intracompanhia, que até pode ser ganha por ela, mas nada garante. Qualquer mudança no mercado ou no alto comando da empresa que

a empresa pode lançá-la de volta à disputa insegura dum novo emprego num mercado de trabalho sujeito ao desemprego em massa por fatores aleatórios, que ocorrem em algum ponto do globo e se irradiam aleatoriamente a outros pontos de uma economia mundial cada vez mais globalizada.

Fatalidades desta espécie também atingem cooperativas, mas elas não capitulam facilmente. Cooperativas tendem a se organizar em redes e federações, visando seu progresso, assim como mais segurança contra vicissitudes de mercado que podem atingi-las. Experiências recentes de fortes crises atingindo cooperativas federadas em amplas corporações, como a de Mondragón, no país basco espanhol, revelaram que este tipo de arranjos autogestionários apresenta surpreendente capacidade de reação diante do encolhimento de seu mercado. A surpresa se explica pela solidariedade das comunidades em que os empreendimentos de economia solidária se situam, somada à solidariedade oferecida por outros empreendimentos de economia solidária, menos atingidos pela crise e pelos movimentos de economia solidária do próprio país e eventualmente de outros países.

A integração das mulheres na economia solidária não as emancipa apenas pela maior segurança econômica, que passam a usufruir, mas porque se tornam efetivamente iguais aos

A contribuição da economia solidária para a autonomia das mulheres

outros trabalhadores em direitos, independentemente de gênero, etnia, idade e outras características dos seres humanos que os diferenciam e por isso podem ser motivo ou pretexto para a prática da discriminação. Sendo donas dos seus empreendimentos coletivos, as mulheres ganham autonomia, podendo agir de acordo com suas inclinações e desejos sem receio de colocar em risco o seu lugar na cooperativa de trabalho que lhes pertencem. Como sócias, as mulheres têm a oportunidade de participar das reuniões em que os problemas

do empreendimento são discutidos e soluções são adotadas, o que faz com que se capacitem para participar plenamente como membros ativos da autogestão. Este aprendizado faz com que possam superar a alienação em que homens e mulheres que meramente vendem sua capacidade de produzir ao capital são mantidos. É neste sentido que se pode considerar que o resgate da pobreza de mulheres tanto quanto de homens por meio da inserção na economia solidária é efetivamente emancipador.

A Economia Solidária e as Mulheres

Por Vera Lucia Ubaldino Machado



A Economia Capitalista só considera como trabalho válido o que produz lucro até um nível de rentabilidade dado. As “necessidades não-rentáveis” ou a “parte da vida inválida de viver do ponto de vista capitalista” são relegadas ao trabalho não-remunerado das mulheres. O trabalho invisível das mulheres é um recurso inesgotável do sistema, assim como a natureza.

A Economia Feminista questiona o paradigma da economia dominante, capitalista, seus métodos, a centralidade do mercado no consumo e a divisão sexual do trabalho. Ela propõe que o ser humano e o seu bem viver estejam no centro de toda atividade econômica. Que se mudem as relações de trabalho e de produção e se coloque como um instrumento de superação das relações de exploração e opressão.

A Economia Solidária é uma alternativa ao sistema econômico em que vivemos por ser um jeito diferente de produzir, vender, comprar e trocar o que é preciso para viver. A sua prática é regida pelos valores da autogestão, democracia, cooperação, solidariedade, respeito à natureza, promoção da dignidade e valorização do trabalho humano.

A Economia Solidária é uma das estratégias de enfrentamento à exclusão social e à precarização do trabalho que afetam majoritariamente as mulheres. Trabalha com formas coletivas, justas e solidárias de geração de trabalho e renda, tendo em vista um projeto de desenvolvimento sustentável, global e coletivo.

Juntas, as mulheres buscam as mudanças possíveis de serem feitas no seu cotidiano e nos seus espaços de trabalho.

O trabalho solidário se apresenta como uma possibilidade de geração de trabalho

digno em uma perspectiva melhor em relação ao mercado de trabalho, no qual persiste a presença feminina na informalidade.

Muitas das experiências de economia solidária são animadas por mulheres e destinadas às mulheres. Em face à delicada conciliação entre a vida familiar e a vida profissional, de responsabilidades materiais crescentes, das dificuldades de acesso à propriedade e ao crédito, as mulheres muito frequentemente são as primeiras a se auto-organizarem ou receberem incentivos para organização nas comunidades em que vivem.

Dados extraídos na análise do mapeamento realizado pela SENAES apontam que 68% dos grupos são especificamente formados por mulheres.

Hoje, no Brasil, são aproximadamente 30.000 empreendimentos de Economia Solidária: Cooperativas ou Associações de trabalhadores/as no campo ou na cidade, lojas de consumo, empresas recuperadas administradas pelos operários, agências de turismo, cooperativas de psicólogos, redes de artesãs (aos) e tantos outros empreendimentos, onde em vez da exploração do trabalho há a cooperação e respeito pela mãe natureza em lugar da destruição do ambiente.

Na Economia Solidária, o mais importante é a vida das pessoas.

Ela é uma realidade presente, que abre perspectivas de um futuro diferente, incluindo as pessoas, principalmente as mulheres excluídas do mercado de trabalho e que conformam a cara da pobreza e da miséria em nosso país.

É necessário, para nós feministas, que a Economia Solidária assuma a agenda feminista de romper com a separação entre produção e reprodução.



Política Social de Alimentação e Nutrição: PNAE

Albaneide Peixinho¹

“Um dia, a alimentação deixou o espaço exclusivo do lar e entrou no Estado, tornando-se um problema público”, dito por Josué de Castro, graduado em medicina pela Universidade do Brasil (hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro), em 1929. Foi um cientista de figura marcante que dedicou boa parte de sua vida para chamar a atenção para o problema da fome e da miséria que desde aquela época já assolavam o mundo. Em 1946, Josué de Castro lança o livro “Geografia da Fome”, em que afirmava que as ações da natureza não eram responsáveis pela miséria e pela fome, mas o homem, que gerava impactos de acordo com a forma como este conduzia economicamente seu país. Não obstante, Josué de Castro contribuiu expressivamente para a formulação da política de alimentação escolar, pois entendia dos males que uma nutrição deficiente poderia acarretar em crianças. E defendia a reforma agrária propagando que a agricultura familiar era a melhor forma de fixar o homem no campo e melhorar sua alimentação.

Nesse sentido, o Estado Brasileiro vem desenvolvendo, desde então, sua política de

segurança alimentar e nutricional, a partir de lutas dos movimentos sociais. O conceito de SAN está em permanente construção, é multidisciplinar e está relacionado aos diferentes interesses de diversos segmentos da sociedade, mudando de acordo com a organização social e as relações de poder.

O conceito de SAN ganhou força a partir do final da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), com a constituição da Organização das Nações Unidas (ONU) em 1945, apesar de ser discutido desde a Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Passou-se a entender que era necessária uma larga produção de alimentos capaz de matar a fome de todos os cidadãos, independente da forma da produção.

Surge então a Revolução Verde, que estimulou a produção de alimentos, usando sementes de alto rendimento, fertilizantes, pesticidas entre outros que eram dependentes de insumos químicos. O fato é que, além de não ser ecologicamente sustentável, o aumento da produção de alimentos não foi suficiente para o extermínio da fome. De acordo com a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), a cada

1. Mestranda em nutrição; Coordenadora-Geral do Programa Nacional de Alimentação Escola (PNAE/FNDE/MEC).

ano morrem de fome 5 milhões de crianças (2004). A resposta mais apropriada, de acordo com o relatório “Como alimentar al mundo en 2050”, seria trabalhar a distribuição da terra e da água, desenvolvendo a agricultura de maneira sustentável.

No Brasil o conceito afirmado pelos movimentos sociais e reafirmado em Mali, durante o Fórum Mundial de Soberania Alimentar (2007), diz o seguinte:

(...) a Soberania Alimentar é o direito dos povos de decidir seu próprio sistema alimentar e produtivo, pautado em alimentos saudáveis e culturalmente adequados, produzidos de forma sustentável e ecológica, o que coloca aqueles que produzem, distribuem e consomem alimentos no coração dos sistemas e políticas alimentares, acima das exigências dos mercados e das empresas, além de defender os interesses e incluir as futuras gerações.

Cada aspecto incorporado ao conceito de SAN foi arduamente debatido, e

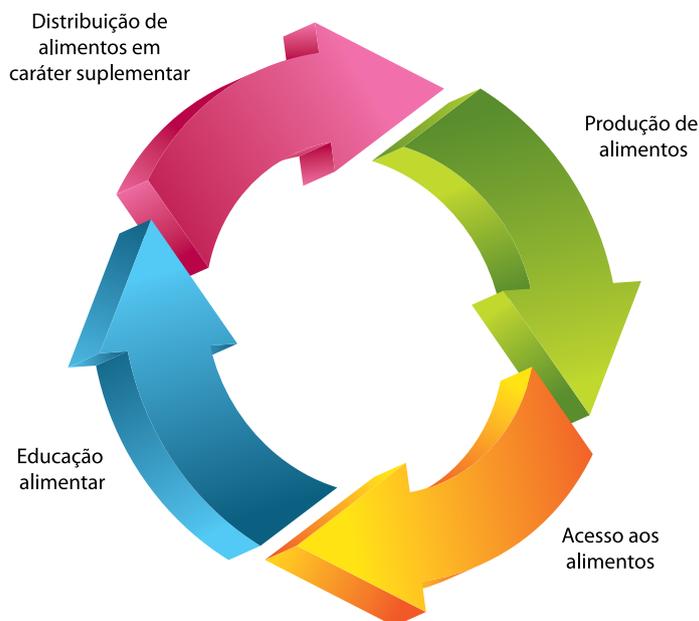
continua em evidência, envolvendo as diferenças de cada segmento da sociedade contemporânea, e apoiando-se nas raízes históricas de cada grupo. Hoje o conceito engloba que cada nação tem o direito de garantir a Segurança Alimentar e Nutricional de seu povo, assegurando práticas de produção e alimentares tradicionais de cada cultura. Este conceito foi reafirmado na 2ª Conferência Nacional de SAN, em Olinda, Pernambuco. E, de acordo com a Lei Orgânica de SAN (2006):

(...) a Segurança Alimentar e Nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis.

Política Social de Alimentação e Nutrição: PNAE

O conceito de SAN está embasado em diferentes elementos que se complementam:

Gráfico 1: Elementos de sustentabilidade de SAN.



Avanços no Brasil

Desde 2003, quando lançada a Estratégia Fome Zero, o Brasil fortaleceu e criou políticas públicas que se mostraram efetivas para a melhoria das condições sociais e de alimentação dos grupos sociais mais vulneráveis. E, nesse sentido, tem realizado grandes avanços no campo de SAN. Dentre os destaques das ações e dos programas sociais podemos citar:

- Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF;
- Aquisição de alimentos da Agricultura Familiar, povos e comunidades tradicionais – PAA;
- Reforma Agrária e regularização fundiária;
- Mecanismos de garantia de preços mínimos – PGPM;
- Medidas frente às crises alimentares;
- Transferências de renda – Bolsa Família;
- Acesso à água – Programas Cisternas;
- Programa Luz para todos;
- Alimentação e nutrição para a saúde – SISVAN;

- Educação para Segurança Alimentar e Nutricional - SAN e o Direito Humano à Alimentação Adequada – DHAA;
- Oferta de alimentos a trabalhadores e pessoas em vulnerabilidade alimentar- PAT;
- Oferta universal de alimentos aos estudantes – PNAE.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar

O Programa Nacional de Alimentação Escolar instituído pelo Governo Federal desde 1955, e alterado por diversas legislações, foi novamente regulamentado pela Lei nº 11.947/2009, construída de forma intersetorial, envolvendo diversos ministérios do Governo (Ministério da Educação, da Saúde, do Desenvolvimento

Gráfico 2: Intersetorialidade do PNAE



Agrário, do Planejamento e Fazenda, do Desenvolvimento Social, da Agricultura, entre outros setores) e a sociedade civil, por meio do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA.

Para que a Política de Alimentação Escolar seja eficiente, deve

conter ações que contemplem a disponibilidade, a produção, a comercialização, o acesso aos alimentos, bem como o aspecto nutricional, que está relacionado a práticas alimentares e a utilização dos alimentos, baseado na conceituação de SAN. Dessa forma, a interação e

articulação de diversos setores do Governo e da sociedade civil se fazem necessários.

Baseado no conceito de Segurança Alimentar e Nutricional e da política educacional vigente, o PNAE passa a ter como objetivo contribuir para o crescimento e o desenvolvimentos biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante sua permanência em sala de aula.

Baseia-se nos eixos da (i) iniciativas educacionais em alimentação e nutrição; (ii) participação social (iii) alimento de qualidade e em quantidade suficiente e (iv) compra de gêneros alimentícios que promovam a economia local. E, pautado pelos princípios da universalidade, da equidade, do Direito Humano à Alimentação Adequada, da responsabilização dos Entes Federados, do respeito aos hábitos alimentares saudáveis e da sustentabilidade.

O Programa atende 165 mil escolas públicas, em todo o Brasil, contemplando a pré-escola, a creche, o ensino fundamental e médio, e a educação de jovens e adultos,

atingindo cerca de 46 milhões de estudantes (2011).

A participação da sociedade no acompanhamento da execução da política pública é organizada por meio do Conselho de Alimentação Escolar, composto por dois pais de alunos, dois integrantes da sociedade civil, dois trabalhadores da educação, docentes ou discentes e um membro do executivo.

O atendimento do PNAE tem valores diferenciados para indígenas e quilombolas – R\$ 0,60 por dia letivo, com vistas a assegurar que este grupo esteja protegido da insegurança alimentar. Isso ocorre devido a fatos históricos demonstrarem que estes grupos estiveram expostos por muitos anos a tal fenômeno, além das creches – R\$ 1,00 real e dos alunos que aderem ao Programa Mais Educação.

Outro fator sustentável e inclusivo da Política do PNAE é que do total de recursos repassados para a alimentação escolar pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, no mínimo, 30% desse valor deve ser utilizado para a compra direta de gêneros alimentícios oriundos da agricultura familiar ou empreendedor familiar rural ou suas organizações, com prioridade para os assentamentos

da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas. Incluem-se nestes grupos as mulheres camponesas, reconhecidas por desempenharem papel essencial na produção agrícola e na alimentação, de acordo com a Via Campesina (2003).

A compra pode ser feita de forma direta, ou seja, dispensando-se a o procedimento licitatório, desde que atendidas às exigências que dispõe a Lei 11.947/2009.

Em 2010, foi realizada pelo FNDE uma pesquisa que discorre sobre a aquisição de gêneros da agricultura familiar por parte das Entidades Executoras do Programa Nacional de Alimentação Escolar, ou seja, pelas Secretarias estaduais e municipais de educação do país. Por meio desta, foi revelado que primeiro ano de implantação da Lei, cerca de 54% dos Estados, municípios e DF compraram da Agricultura Familiar. Os que não adquiriram relatam as seguintes dificuldades: organização dos agricultores familiares, regularidade na entrega e falta de documentos fiscais.

Já em 2011, de acordo com a pesquisa realizada nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Goiás, relata que 84% dos municípios compraram da Agricultura Familiar.

O PNAE estabelece ações estratégicas

para a disponibilidade da alimentação escolar, que estão alinhadas com as recomendações do Guia Alimentar para a População Brasileira e com a Estratégia Global para a Alimentação Saudável, Atividade Física e Saúde, quais sejam:

Oferta mínima obrigatória de três porções de frutas e hortaliças por semana (200g/semana);

Proibição da aquisição de bebidas com baixo teor nutricional, tais como refrigerantes, refrescos artificiais e outras bebidas similares;

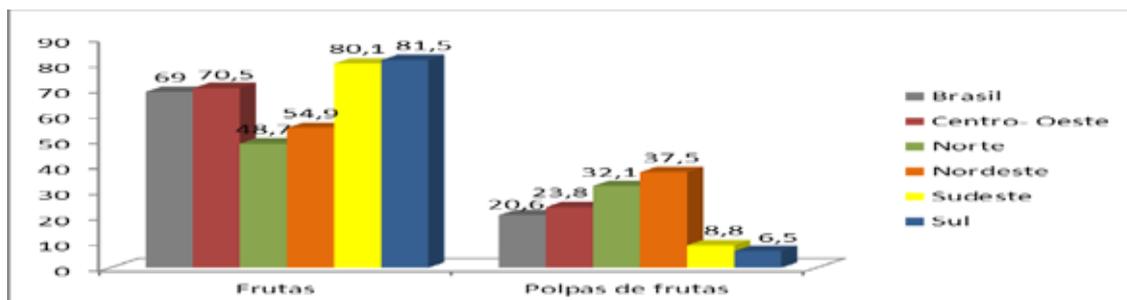
Restrição a alimentos com elevado teor de açúcar, gorduras e sal;

Em 2011, de acordo com a pesquisa realizada pelo FNDE, foram avaliados 1064 cardápios de escolas do Brasil, com vistas a avaliar a composição nutricional da alimentação oferecida aos alunos nas escolas públicas. A pesquisa ressaltou a importância do estímulo à melhoria da qualidade dos cardápios por meio da do aumento da oferta de produtos saudáveis, como frutas, hortaliças, cereais integrais e peixes, por conseguinte a melhora do panorama adequado de nutrientes e o incentivo ideal à compra de produtos da Agricultura Familiar.

No campo da Educação Alimentar e Nutricional, o Programa propõe ações educativas que perpassem pelo currículo escolar, abordando o tema alimentação e nutrição e o desenvolvimento de práticas

Política Social de Alimentação e Nutrição: PNAE

Gráfico 3: Percentual de Municípios que apresentaram no cardápio escolar, pelo menos uma vez por semana, frutas e polpas de frutas. Brasil e regiões, 2011.



Fonte: CECANE UFRGS, 2011

saudáveis de vida, na perspectiva da segurança alimentar e nutricional. O Projeto Educando com a Horta Escolar foi uma dessas ações, que prevê a aproximação do estudante a terra, à produção e aos alimentos saudáveis, por meio de estratégias pedagógicas abordadas de forma interdisciplinar.

Como forma de integração e disseminação das ações de segurança alimentar o PNAE utiliza a Rede Brasileira de Alimentação e Nutrição do Escolar – REBRAE.

Tendo em vista o êxito do Programa, seu atendimento universal, sua intersetorialidade, a aquisição de gêneros da agricultura familiar e seus aspectos educacionais, o PNAE tem sido demandado por cooperação internacional. Atuando por meio da Coordenação-Geral de Ações Internacionais de Combate à Fome (CGFOME) e da Agência Brasileira de Cooperação – ABC do Ministério das Relações Exteriores, junto ao Programa Mundial Alimentar - PMA e a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura – FAO, em atividades de troca de experiências em programas de alimentação escolar sustentáveis

(PAES), auxiliando na construção de marco legal, estruturação da política e capacitação para a implementação, execução e monitoramento de PAES.

Colabora com o Centro de Excelência contra a Fome, do Programa Mundial de Alimento das Nações Unidas, que mantém cooperação com países da África, Ásia e Oceania. E também, com a execução do Projeto GCP/RLA/180/BRA, da FAO, que atua no fortalecimento de políticas de alimentação escolar na América Latina. Além dos projetos de ação bilaterais, envolvendo apenas o Brasil e o Estado que recebe a cooperação.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Lei nº 11346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, n. 179, 18 de setembro de 2006. Seção I, p.1 – 2.

BRASIL. Lei nº 11.947, de 16 de junho

de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do programa dinheiro direto na escola aos alunos da educação básica; altera as leis 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da medida provisória 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a lei 8.913, de 12 de julho de 1994; e da outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, n. 113, 17 de junho de 2009. Seção I, p.2 – 4.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Fome Zero: Uma História Brasileira. Brasília, DF: MDS, Assessoria Fome Zero, V. 1, 2 e 3, 2010. 190 p.

FORO DE EXPERTOS DE ALTO NIVEL SOBRE CÓMO ALIMENTAR AL MUNDO EN 2050. 2009, Roma, Itália.

FÓRUM MUNDIAL DE SOBERANIA ALIMENTAR. 2007, Sélingué, Mali.

MAGALHÃES, Thamires. O reconhecimento das mulheres trabalhadoras rurais. Edição 387. Rio Grande do Sul: 2012. Disponível em: < http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4319&secao=387> Acesso em: 20/05/2012.



A participação social e políticas para o desenvolvimento sustentável e igualdade de gênero: as experiências do CONSEA e do CNDM



Participação social: a experiência do CONSEA¹ Francisco Menezes²

Antecedentes

A chegada do Presidente Lula à Presidência da República, em 2003, da mesma forma que o processo anterior de construção e consolidação de uma proposta de Governo democrático-popular não se deu pelo mero acaso. Foi fruto da mobilização e organização da sociedade brasileira na direção de transformações indispensáveis para um Brasil mais justo e soberano. Da mesma forma, a elaboração e aplicação da proposta do Projeto Fome Zero, representou a culminância de todo um processo anterior, de formulações e práticas na luta contra a fome e pela segurança alimentar e nutricional no Brasil, experimentadas por Governos (nos níveis municipal e estadual) e organizações sociais. O Projeto Fome Zero, que foi elaborado pelo Instituto da Cidadania a partir de 2001, visando oferecer ao Presidente da República que seria eleito no final de 2002 uma

proposta de enfrentamento da fome e um programa de segurança alimentar para o país, contou com a participação de alguns daqueles que estiveram mais engajados no processo antes descrito de formulação e ação incidente sobre as políticas públicas relacionadas com a Segurança Alimentar e Nutricional. Representantes de ONGs, acadêmicos, pesquisadores e integrantes de movimentos sociais, entre outros, empenharam-se desde 2001 em um rigoroso esforço de pesquisa, debates e construção de propostas para o enfrentamento da fome e o estabelecimento de uma política de segurança alimentar e nutricional.

Ficou claro na proposta então engendrada que a preocupação com a participação social constituiu-se em elemento importante em sua constituição. Assinale-se que no documento que apresentava a proposta, a recriação do CONSEA está mencionada, o que soa natural

1. Este texto é parte do artigo “Mobilização Social e Participação da Sociedade Civil” publicado no livro “Fome Zero: Uma história brasileira” - Brasília, DF; MDS, Assessoria Fome Zero, v. 1, 2010.

2. Francisco Menezes é diretor do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) e foi presidente do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) de 2004 a 2007.

na medida em que vários integrantes do Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar, formado por diferentes organizações da sociedade civil, participavam do grupo que elaborou o Projeto Fome Zero.

Participação Social no Governo Lula

Eleito presidente, Luís Inácio Lula da Silva não apenas assumiu a disposição de aplicar aquilo que estava proposto no Programa Fome Zero, como declarou o combate à fome como uma grande prioridade de seu Governo. E, no primeiro ato expedido após sua posse, junto a diversas medidas estabelecidas, criou o

Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. O Conselho foi instalado em 30 de janeiro de 2003, sendo formado por 59 conselheiros, sendo 17 ministros de Estado e 42 representantes da sociedade civil. Manteve-se, a proporção de no mínimo dois terços da composição oriunda da sociedade, tal como já houvera sido no primeiro CONSEA. Da mesma maneira, seu presidente como um representante da sociedade civil e o Conselho situado na Presidência da República serviram para demonstrar o significado do espaço de participação conferido à sociedade, junto a um programa da importância já referida.

O Conselho Nacional de Segurança Alimentar - CONSEA

O Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) é um instrumento de articulação entre Governo e sociedade civil na proposição de diretrizes para as ações na área da alimentação e nutrição.

Instalado em 30 de janeiro de 2003, o Conselho tem caráter consultivo e assessoria a Presidenta da República na formulação de políticas e na definição de orientações para que o país garanta o direito humano à alimentação.

Pela sua natureza consultiva e de assessoramento, o Conselho não é, nem pode ser, gestor nem executor de programas, projetos, políticas ou sistemas.

Inspirado nas resoluções da Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, o Consea acompanha e propõe diferentes programas, como Bolsa Família, Alimentação Escolar, Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar e Vigilância Alimentar e Nutricional, entre muitos outros.

O Consea estimula a participação da sociedade na formulação, execução e acompanhamento de políticas de segurança alimentar e nutricional. Considera que a organização da sociedade é uma condição essencial para as conquistas sociais e para a superação definitiva da exclusão.

Fonte: <http://www4.planalto.gov.br/consea/consea-2>. Acesso em 04/06/2012.

Observe-se que isto refletiu a disposição do novo Governo dentro de seu projeto “Democrático-Participativo”, criando não apenas o CONSEA, mas outros tantos conselhos nacionais de direitos e políticas públicas, bem como o apoio à realização de conferências nacionais correspondentes a diferentes temas e setores.

No caso do CONSEA, vale examinar e discutir sua trajetória a partir da retomada em 2003. Um aspecto preliminar a ser considerado é sua própria definição, enquanto um instrumento de articulação entre Governo e sociedade civil na proposição de diretrizes para as ações na área da alimentação e nutrição. A compreensão desta definição é importante, pois ela enfrenta um debate polêmico sobre o caráter do conselho, se consultivo ou deliberativo. O CONSEA foi definido no decreto que detalhou sua criação como consultivo, devendo assessorar o Presidente da República na formulação de políticas e na definição de orientações para a garantia do direito à alimentação. Isto em contraposição a outros conselhos, como o Conselho Nacional de Saúde, de caráter deliberativo. Duas razões principais são apresentadas para que o CONSEA seja consultivo. A primeira é que a temática da segurança alimentar e nutricional, sendo intersetorial, terá as políticas a ela relacionadas referentes a diferentes setores, dizendo respeito a diferentes ministérios e secretarias e, também, sendo muitas das vezes campo de análise

e proposição de outros conselhos, em seus aspectos específicos. Dessa maneira, se o CONSEA delibera e faz executar determinadas decisões, estas podem estar gerando áreas de atrito e sobreposição nas decisões de instâncias setoriais. A segunda considera o fato de que o CONSEA é um órgão de aconselhamento do Presidente da República, não podendo ser impositivo sobre ele em suas resoluções. Ou seja, ele emite pareceres ou opiniões sobre determinada ação do Governo, mas não têm poder de decisão sobre a diretriz da política em questão. A argumentação daqueles que criticam seu caráter deliberativo é que sendo consultivo, seu poder político fica muito diminuído. O contra-argumento é de que aquilo que define realmente sua capacidade de fazer valer suas resoluções é a força política que respalda seus posicionamentos e a consistência de suas propostas, como foi demonstrada na trajetória do CONSEA. Para outros conselhos, que são deliberativos, por diversas vezes suas posições não são aplicadas, se não estão respaldadas por uma mobilização maior da sociedade.

Esclarecido este ponto, cabe examinar a efetividade do CONSEA na construção e monitoramento de algumas das políticas públicas a ele afetas, procurando atentar para os processos de participação social que eles ensejaram e outros que desencadearam. Nada mais próprio do que iniciar este exame com o resgate

do processo que gerou o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) pelo Governo Federal.

Na primeira reunião do CONSEA, logo após a posse dos conselheiros e quando o Programa Fome Zero também era iniciado, foi argumentado que com o maior acesso à alimentação por parte de um contingente da população que até então se alimentava precariamente, havia que se garantir uma capacidade de oferta adicional de alimentos, de forma a prevenir uma potencial escassez e ainda a decorrente elevação de preços.

Além dessa preocupação, trabalhou-se com o fato de que parte da pobreza, na área rural, é de agricultores familiares com dificuldades severas de acesso ao crédito e à assistência técnica, bem como não tendo capacidade de assegurar mercado para sua produção. Ou seja, a oferta adicional a ser gerada, frente ao aumento da demanda provocada pelo Fome Zero, deveria vir da agricultura familiar, apoiada por políticas públicas que enfrentassem as dificuldades desses agricultores, de forma a superá-las. Daí criou-se um Grupo de Trabalho no CONSEA, com representantes do Governo e da sociedade civil, que construiu a proposta do Plano de Safra da Agricultura Familiar, abrigoando o crédito para essa modalidade de produtores, fortalecendo a assistência técnica e a extensão rural, bem como o seguro da produção e, por fim, criando o PAA.

O PPA é considerado pelos especialistas que o estudam, o melhor exemplo de política pública que exercita a intersetorialidade, tão recomendada na segurança alimentar, pois vai da ponta da produção até a outra ponta do consumo daquelas populações mais carentes. O CONSEA não foi apenas a instância aonde foi gerado o programa, mas permanente espaço de acompanhamento e formulação de propostas para seu aperfeiçoamento.

Outro programa sobre o qual o CONSEA teve um papel protagonista nos avanços conquistados foi o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Em 2004, após debate em plenária do Conselho sobre medidas necessárias para a recuperação do programa, foi levada ao Presidente da República a reivindicação da correção do per capita da alimentação escolar do ensino básico, que não sofria qualquer reajuste há dez anos e que representou uma recuperação ao longo dos anos seguintes de 130%. Na mesma medida, os outros níveis de ensino (creche, pré-escola, educação para jovens e adultos, educação indígena e para populações quilombolas) também foram beneficiados por gradativas correções do valor repassado. Considerando, ainda, a necessidade de medidas para que fossem efetuadas outras melhorias no PNAE, o Conselho apresentou a proposta de projeto de Lei para a Alimentação Escolar, propondo entre vários pontos inovadores, a extensão do programa para o ensino

médio, ampliando o público de 36 para 46 milhões de alunos; a obrigatoriedade de que a agricultura familiar forneça no mínimo 30% dos alimentos adquiridos em cada município, abrindo considerável mercado para esses agricultores; exigência de alimentos saudáveis e nutritivos na composição da alimentação, entre outras. A mobilização coordenada pelo CONSEA foi decisiva para que a nova lei fosse aprovada, em 2009, embora tenham ocorrido modificações na proposta inicial, face à resistência de alguns setores do Congresso Nacional, reduzindo os ganhos que o Programa obteria.

Também importante foi a contribuição do CONSEA ao programa Bolsa Família. Diversas propostas foram encaminhadas, sempre no sentido do seu aprimoramento. Destaquem-se aquelas concernentes ao programa junto à indígenas e quilombolas.

Mais uma iniciativa que demonstra a integração experimentada entre o Governo Federal e as organizações da sociedade civil, está no forte impulsionamento do Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC), a partir do Fome Zero. Este programa foi uma construção absolutamente própria da sociedade civil, por meio da Articulação do Semi-Árido (ASA), rede de mais de setecentas organizações do semi-árido. A proposta do projeto consiste na construção de cisternas para captação de água da chuva, a baixo custo e na educação, para o bom uso da água, das famílias que têm as cisternas construídas.

O Governo reconheceu a importância do Programa e passou a promover um apoio mais substantivo, acelerando sua implantação. O CONSEA foi um espaço importante na legitimação desta parceria, entre Governo e ASA, demonstrando sua capacidade de fortalecer iniciativas dessa modalidade.

Mas não foram apenas através da construção, fortalecimento ou aperfeiçoamento de programas que o CONSEA demonstrou sua efetividade no estabelecimento de um novo patamar para a participação social. Foi também no desenvolvimento de ações estratégicas fundamentais para a própria constituição do sistema e da política nacional de segurança alimentar e nutricional.

Nesse sentido, um processo que já foi aqui mencionado e que deve anteceder as demais análises, diz respeito à realização da segunda, da terceira e da quarta conferências nacionais. A II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, que ocorreu em março de 2004, em Olinda, antes de tudo, teve o significado do resgate de um processo que foi interrompido por dez anos, após a realização da Conferência.

Com a retomada do ciclo de conferências, desencadeia-se um processo em todo o Brasil, com conferências municipais e estaduais, até seu ápice na Conferência Nacional, em que o exercício da democracia

participativa expressou-se, deixando claras as contradições existentes, mas revelando também a capacidade de geração e legitimação de propostas, por uma maioria. Assim foi com a resolução principal, que apontou para a consolidação do marco legal da segurança alimentar e nutricional. Esta proposta surgiu no processo de conferências estaduais, vindo a tomar forma definitiva na Conferência Nacional. Seus desdobramentos serão discutidos adiante, na descrição do processo que resultou na Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN). Outras diretrizes, apontadas na II Conferência, serviram de base para o trabalho que seria realizado na gestão 2004-07 do CONSEA.

A III Conferência Nacional realizou-se em julho de 2007, em Fortaleza, como uma continuidade natural do processo participativo desencadeado pela proposta do Fome Zero. Seu tema central foi “Por um desenvolvimento sustentável com soberania e segurança alimentar e nutricional”.

A escolha desse tema seguiu a lógica de que uma primeira etapa fora cumprida, a do estabelecimento do marco legal da segurança alimentar, e que a disputa deveria ser travada com a discussão do modelo. No entanto, o processo da III Conferência mostrou uma ênfase maior nas questões relacionadas com a construção do sistema nos planos local e

estadual. Ocorreu-se uma dissintonia entre os temas planejados e demandados, a III Conferência notabilizou-se pela força de participação que ela desencadeou desde os estados. Estados que estavam no limiar de sua mobilização se surpreenderam com a resposta da sociedade, ao chamado para a Conferência. O evento nacional da III Conferência refletiu toda essa diversidade e a força que dela emana. E deu a oportunidade de aprendizado para se saber extrair de um vivo processo de participação os conteúdos que expressam essa vontade coletiva.

A IV Conferência realizada em Salvador, em novembro de 2011, repetiu o vigor das anteriores, agora experimentando uma metodologia em que no processo desencadeado desde os municípios já iniciou o estabelecimento das bases das propostas a serem definidas no evento nacional.

Outro processo que demonstra a presença da participação social, enquanto elemento decisivo para sua realização foi aquele que gerou a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN). Foi a primeira experiência do CONSEA na geração, negociação e aprovação de um projeto de lei. Também neste caso, a participação da sociedade civil foi decisiva e realizada das mais diversas formas, seja por abaixo-assinados, teleconferências, eventos no Congresso Nacional e audiências públicas.

Três anos depois, no segundo semestre de 2009 e início de 2010, ocorreu outro importante processo para o CONSEA, de aprovação da Proposta de Emenda Constitucional da alimentação como direito humano. A questão do direito humano à alimentação já se consolidara para todo o movimento da segurança alimentar e o apelo à mobilização para a aprovação da PEC, evidentemente, não encontrou resistência. Novamente, ocorreu uma série de iniciativas dentro do campo da participação social, para pressionar e convencer os deputados a votarem por essa alteração constitucional, como abaixo-assinados, ruidosas manifestações, publicidade na televisão com artistas de grande reconhecimento popular e participação em audiências públicas.

Evidentemente, é no plano local que se realizam os programas e ações de segurança alimentar e nutricional. Assim, a relação do CONSEA nacional com os CONSEAs estaduais e municipais, quando existem, é fundamental. Esta relação, por vezes é difícil, dada a diversidade de situações em que se encontram aqueles CONSEAs, alguns com razoável grau de atuação e outros bastante desmobilizados. O terceiro mandato do CONSEA nacional tomou a iniciativa de implantar uma comissão, composta pelos presidentes dos CONSEAs estaduais, que se reúne a cada dois meses e discute questões e encaminhamentos referentes ao sistema

de segurança alimentar e nutricional. Assinale-se, também, a importância de encontros promovidos pelo CONSEA nacional, trazendo conselheiros estaduais, como foi aquele que avaliou o cumprimento das diretrizes indicadas pela III Conferência, dois anos depois.

Também devem ser mencionadas situações em que as posições majoritárias do Conselho não conseguiram prevalecer nas decisões tomadas no âmbito governamental. As indicações do CONSEA quanto aos cuidados que julgou necessários em relação à produção e consumo de alimentos transgênicos, ao uso de agrotóxicos na agricultura e às restrições ao uso de agrotóxicos ou ainda contrário aos estímulos concedidos ao agronegócio, não lograram medidas ou novas políticas que reorientassem o modelo hegemônico na agricultura. Teria faltado pressão social respaldando esses posicionamentos? Ou tratava-se de questões já decididas, que não permitiam espaço para a interferência da participação social?

Limites e desafios

O processo que está sendo vivido, de construção do sistema e da política de segurança alimentar e nutricional, relaciona-se diretamente com um processo maior, ao mesmo tempo em que o reforça, com a experiência forjada por ganhos e conquistas, mas também com o conhecimento dos limites e grandes desafios que precisa enfrentar e que

também podem significar possibilidades para novos avanços.

As carências nas políticas sociais, sobretudo as insuficiências orçamentárias para seus programas e ações, geram continuamente uma sensação de insatisfação nas organizações sociais representadas no CONSEA, que pode se transformar rapidamente em tensão entre elas e o Governo. De alguma maneira, essa situação é inevitável, dados os papéis diferentes exercidos por cada parte. A experiência do CONSEA mostrou que situações como essas devem ser enfrentadas com transparência por parte do Governo e capacidade de avaliação do contexto, por parte das representações da sociedade, que vai além do foco sobre a segurança alimentar.

Outra questão colocada é que a segurança alimentar e nutricional, em sua essência, é um tema intersetorial. No entanto, a cultura política prevalecente no Brasil é setorial. A estrutura de Governo divide-se por setores e o orçamento é disputado por setores. A sociedade, por sua vez, organiza-se por setores. No amplo espectro da segurança alimentar e nutricional apresentam-se os representantes da produção e dos produtores rurais, da saúde e de seus profissionais, da educação e de seus profissionais, do consumo e dos consumidores, dos grupos populacionais e de outros tantos empenhados na defesa de seus interesses específicos. Acontece

que a política de segurança alimentar e nutricional tem que ser pensada em toda sua abrangência, para ser conseqüente e poder se realizar. Trata-se, assim, de que todos compreendam e sejam convencidos da importância desta abrangência e, mais ainda, consigam articular iniciativas, ações e programas em prol desse sentido. É a natureza intersetorial do tema que justifica o fato de que o CONSEA deve localizar-se, obrigatoriamente, na Presidência da República. Porém, a atuação dos conselheiros, quer da sociedade civil, quer do Governo, com uma perspectiva intersetorial não é algo que se obtém intempestivamente. É um lento processo, cujo acerto é demonstrado com resultados. Certamente, os avanços do CONSEA nessa perspectiva significam e significarão uma contribuição relevante para o exercício das políticas públicas no país.

A atuação em conselhos dessa natureza requer capacidades políticas que não se apresentam prontas em cada conselheiro. Enfatiza-se, nesse caso, o fato de que a própria vivência no Conselho é um aprendizado gradativo, que também ocorre no Governo e na sociedade. Para o primeiro, a sensação mais imediata pode ser a de que os conselhos apresentam-se como um obstáculo a mais a ser superado na implementação da política, obrigando Governos genuinamente eleitos a negociarem. Para a sociedade, que no largo período anterior pouco conheceu sobre a oportunidade de participação

Participação social: a experiência do CONSEA

em instâncias de formulação e controle social e concentrou suas práticas nas denúncias e nos protestos, sofre agora da dificuldade em conseguir formular com consistência e viabilidade suas propostas. E mais, vê-se obrigada a ter capacidade de negociação, para a conquista de ganhos para aqueles que ela representa. É mais um processo longo e inovador, que desafia os participantes a renovarem suas antigas práticas e a experimentarem o que realmente significa o exercício da democracia participativa.

Por fim, como a proposta vigente no Brasil é a de construção de um sistema nacional de segurança alimentar e nutricional há que se conseguir criar vasos comunicantes entre os diferentes entes, nos planos federal, estadual e municipal e, mais ainda, impulsionar aqueles que se tornam mais lentos e fracos. O problema é que, na medida em que a proposta parte do Governo Federal – e não poderia deixar de ser assim – o ritmo acelera-se na parte superior da pirâmide e não responde, ou responde pouco na base. No sistema dos Consea's federal, estaduais, do Distrito Federal e municipais o mesmo acontece. Neste caso, o mais freqüente é a dissonância entre Governos estaduais ou municipais que rejeitam a idéia da existência do CONSEA e a disposição da sociedade em tê-los. Mas também acontece, sobretudo nos municípios, a incipiência da organização da sociedade, ainda incapaz de dar conta do que o

conselho exige. O esforço das iniciativas de criação de espaços entre os CONSEAs nos três níveis, na forma como já está ocorrendo, parece o caminho melhor para a correção dessas disparidades.

Não há quem possa afirmar que se trata de uma construção simples a participação social nas políticas públicas. Fala-se aqui de um processo que é dinâmico, mas que carrega consigo contradições, na medida em que é formado por sujeitos e interesses diversos, de uma sociedade complexa e com problemas complexos. A experiência do CONSEA é muito estimulante, apesar de todas as dificuldades aqui relatadas. Contribui para a construção de uma democracia com participação. E prova que o processo de busca de uma proposta comum, embora árdua, é sempre mais efetivo em seus resultados e mais próximo das demandas sociais.



Depoimento

Igualdade de gênero e agroecologia

Por Maria Emília Lisboa Pacheco¹

Maria Emília Pacheco (Presidente do CONSEA e membra da Articulação Nacional de Agroecologia - ANA) concedeu depoimento à Equipe Técnica do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero no dia 24/05/2012, acerca da experiência do CONSEA e da ANA em discutir a questão da agroecologia e a particular ênfase na análise feminista sobre esse tema.

O Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), em 2011, criou um Grupo de Trabalho (GT) para contribuir com o avanço da perspectiva da segurança alimentar e nutricional sob o ponto de vista das mulheres. Um fator decisivo para a criação do GT foram indicadores sociais que demonstram que as mulheres, em muitos contextos, ainda vivem uma situação de insegurança alimentar maior do que os homens. Em face às desigualdades entre homens e mulheres na sociedade, nem sempre observadas nas políticas públicas, uma das responsabilidades desse Grupo foi fomentar a discussão sobre a interseção entre gênero e segurança alimentar e nutricional na 3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres e na 4ª Conferência de Segurança Alimentar e Nutricional. Como produto desse grupo, foi elaborada a Carta Política Mulheres Construindo a Soberania e a Segurança

Alimentar e Nutricional, no decorrer da 4ª Conferência de SAN. A Carta integra o relatório final da Conferência.

Nossa perspectiva é de dar continuidade a esse GT, a partir do acúmulo já alcançado, e avançar ainda mais no debate sobre as relações de gênero e segurança alimentar e nutricional. Uma das estratégias firmemente defendida na Carta é justamente o aperfeiçoamento do monitoramento de programas e políticas públicas de segurança alimentar e nutricional que tenham impactos diretos na vida das mulheres. Uma reivindicação importante é o acesso às políticas públicas por meio de instrumentos adequados às mulheres, uma vez que alguns instrumentos excluem ou dificultam sua participação.

A Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Agricultura Familiar (DAP/PRONAF), por exemplo, um instrumento criado para o acesso a crédito e que passou a ser utilizado quase como uma carteira de acesso a diversas políticas, incluindo as políticas de aquisição de alimento, não contempla a participação ativa das mulheres, já que a Declaração é registrada por família.

Essa necessidade de revisão da DAP para se adequar às demandas das mulheres já vinha sendo apontada pela Articulação Nacional

1. Antropóloga possui formação em Serviço Social e mestrado em Antropologia Social. É Presidenta do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) para o biênio 2012-2013.

Depoimento Igualdade de gênero e agroecologia

de Agroecologia – ANA, organização de que faço parte, que apoia a luta pela autonomia econômica e a auto-organização das mulheres. No CONSEA, nós temos acompanhado de perto essa demanda. Nós fomos co-organizadores de seminários nacionais de avaliação do Programa de Produção de Alimentos (PAA), nos quais pautamos o debate das mulheres sobre o acesso ao Programa.

Outro tema importante, destacado na Conferência de SAN por uma Conselheira indígena, foi o fato de que situações de insegurança alimentar vêm comprometendo a saúde das mulheres, especialmente das mulheres indígenas, que vêm apresentando alta prevalência de obesidade, diabetes, pressão alta e outras doenças relacionadas. Nós estaremos atentos ao monitoramento das políticas de seguranças alimentar em interface com a saúde.

Queremos também, cada vez mais, associar o debate da soberania e segurança alimentar e nutricional e das mulheres à questão da sustentabilidade ambiental. É nossa preocupação a crescente apropriação privada da natureza, que vai na contramão da sustentabilidade. Na última plenária do CONSEA (em 23 de maio de 2012), discutimos uma proposta de política de agroecologia. Falar de agroecologia e de sistemas agrícolas sustentáveis é afirmar que nesse lugar as mulheres têm um papel fundamental.

Historicamente, as mulheres têm sido guardiãs da produção, e, mais do que isso, são

muitas vezes as domesticadoras das espécies. Elas têm se responsabilizado por manter a variedade das espécies, especialmente aquelas destinadas à alimentação. A sociedade atribuiu às mulheres essa função, no entanto, lamentavelmente, elas não têm sido reconhecidas nesse papel.

Embora em algumas situações, o trabalho doméstico seja distribuído de forma mais equânime, no geral, são as mulheres as responsáveis pela gestão dos alimentos, conservação da biodiversidade.

Em nossa proposta de política de agroecologia - eu digo nossa porque a proposta dessa política vem sendo negociada pela ANA - nós temos como uma das metas a garantia de, no mínimo, 30% de mulheres no acesso às ações previstas. Além disso, propomos um programa específico de “Mulheres e Agroecologia”, considerando a importância de meios necessários para a sua participação ativa e seu reconhecimento como sujeitos dessa política.

No contexto da RIO + 20, o CONSEA espera trazer à tona esse debate sobre a visibilidade do trabalho das mulheres e também dos direitos das mulheres e explicitar algumas iniciativas e propostas políticas que fazem essa relação entre o desenvolvimento sustentável e o reconhecimento do papel das mulheres. Embora se saiba que as mulheres representam 47,8% da população do campo, apenas 16% tem o título da terra. A titulação conjunta instituída em 2003 foi um avanço, assim como a ampliação do

acesso à documentação civil pelas mulheres, embora permaneçam desafios imensos para a igualdade entre homens e mulheres no campo.

No âmbito da Rio+20, a associação entre a soberania alimentar, segurança alimentar e nutricional e agroecologia, em diálogo com o debate da plataforma feminista é crucial, e nos desafia a encontrar novos caminhos. Não queremos repetir os mesmos caminhos e as falsas soluções, em que o mercado continua como princípio organizador da produção e do consumo. Como proposta, defendemos ativamente a atuação regulatória do Estado, incorporando a perspectiva da sustentabilidade socioambiental.

Essa é uma proposta, no âmbito da agroecologia, da pauta feminista. Nós realizamos uma agenda de diálogos e convergências no ano passado em que

os movimentos de mulheres estiveram presentes, também o movimento de justiça ambiental, da agroecologia, da economia solidária, da soberania e segurança alimentar e nutricional, da saúde, e foi muito importante perceber isso. Uma nova economia, do nosso ponto de vista, deve relacionar uma visão de sustentabilidade humana em que as mulheres sejam reconhecidas como sujeito político, com sua auto-organização, e questionando a divisão sexual do trabalho que desvaloriza e separa trabalho das mulheres em relação ao dos homens, assim negando a contribuição econômica da atividade doméstica de cuidados e a produção para o autoconsumo. Essa é a perspectiva que nos move para a construção de novo paradigma para a agricultura baseado nos princípios da agroecologia, em diálogo com a plataforma feminista. Esse é o exercício político, de cidadania, que nós estamos e vamos continuar fazendo.

Mais informações, vide publicação da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN): Caderno SISAN 01/2012 - Agroecologia e o Direito Humano à Alimentação Adequada: Tradução do Relatório de Olivier de Schutter, Relator Especial para o direito à Alimentação da ONU.

Para visualizar o Relatório:
http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/noticias/2012/maio/arquivos/LIVRO_SISAN2_web.pdf



Depoimento

“Desenvolvimento sustentável, igualdade de gênero e participação social: a experiência do CNDM”

Por Justina Cima¹

A Equipe Técnica do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero esteve em contato com Justina Cima, que, em depoimento, nos falou sobre sua participação no Conselho Nacional de Direitos da Mulher e no Movimento de Mulheres Camponesas de Santa Catarina, elucidando aspectos da agenda feminista e da luta no campo.

O Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) é um dos poucos no Brasil que, além de ser um movimento social, popular, autônomo, tem como missão a emancipação das mulheres de toda forma de opressão e de discriminação. Como é um movimento camponês, é sua missão também o projeto de agricultura agroecológica. Além disso, o MMC se assume também como um movimento que luta pela transformação da sociedade; ele vai além das políticas públicas. O movimento existe no Brasil desde 1983, tendo se iniciado de diversas maneiras em todo o país. Eu, por exemplo, sou de Santa Catarina, e lá ele surge forte a partir de 83. O MMC foi se consolidando a partir dessa missão desde o seu início, e teve, desde então, um olhar muito forte sobre o gênero e a classe, pois as duas questões se entrelaçam.

O MMC teve lutas históricas importantíssimas no sentido da

participação política das mulheres na sociedade, nos mais diferentes espaços. Uma luta importante também pela ampliação da Previdência Social, já que não havia para as trabalhadoras rurais direitos previdenciários garantidos, até porque elas eram vistas como dependentes. O MMC, na época de seu surgimento, acompanhou as lutas pela redemocratização do país, com a aprovação da Constituição Federal de 1988 e, após sua aprovação, as lutas foram no sentido de regulamentar os direitos assegurados pela Constituição. Assim, a partir daí, iniciou-se um período de regulamentação de diversos direitos às mulheres. O salário maternidade, por exemplo, foi regulamentado, o que eu acredito que é um dos passos mais importantes, porque junto com ele veio o reconhecimento da profissão de trabalhadora rural. E junto com ele veio também a conquista da aposentadoria para as mulheres, o que dá uma certa segurança para as mulheres a partir de 55 anos, e 60 anos para os homens. Inclusive esse é um ponto bem interessante da luta das mulheres: as mulheres fazem a luta, mas elas fazem para a transformação da sociedade e também para a luta pelos direitos de modo geral, na verdade. E isso identifica o movimento feminista, principalmente no campo.

1. É Conselheira do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) e integrante do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC).

Depoimento “Desenvolvimento sustentável, igualdade de gênero e participação social: a experiência do CNDM”

O MMC também teve uma contribuição importante no sentido de fazer o debate da valorização do trabalho das mulheres, não só do trabalho na agricultura, mas também do trabalho doméstico. E, nesse sentido, teve todo um trabalho para criar uma proposta de crédito para a mulher, independente do PRONAF, para que ele fosse direcionado para as mulheres. Essa bandeira de luta ainda está de pé até hoje, porque ela não avançou totalmente, já que temos o PRONAF-MULHER, mas ele ainda é atrelado ao núcleo familiar. Então na verdade ele não está cumprindo totalmente o papel de dar autonomia para as mulheres.

O CNDM acaba sendo um espaço de debate de todas essas questões. Porém, o Conselho é um espaço composto por representações do Governo e da sociedade civil. E é necessário entender o espaço da sociedade civil como bastante amplo, em que a sociedade civil também tem enfrentamentos entre si, porque diferentes interesses são apresentados. Por exemplo, a questão da agricultura envolve o interesse do agronegócio, em oposição ao debate de alguns movimentos ligados ao ecofeminismo. É necessário entender esse espaço como democrático, e reconhecer as contradições inerentes a ele, já que existem diversos e divergentes interesses. Mas é um espaço em que a gente consegue colocar o debate e que ajuda a construir oposições.

Na nossa avaliação, o Conselho precisa avançar para o debate das questões estratégicas e estruturais da sociedade, inclusive de forma que apareçam as diferentes posições. Por exemplo, da questão da Reforma Agrária. O que é o modelo de sociedade? O modelo agrícola? O Conselho teve um papel bastante importante na luta contra a violência, na discussão da descriminalização do aborto e do papel da mulher na sociedade como um todo. Mas é necessário que esse debate seja relacionado ao debate estrutural da sociedade, pois, caso contrário, nós corremos o risco de fazer o debate, por exemplo, da violência, e não fazer o debate da concentração da renda, da concentração da terra, da não valorização do trabalho das mulheres, de não diferenciar o projeto da agricultura do agronegócio da agricultura camponesa, o debate da alimentação saudável, enfim, são essas grandes questões que o CNDM precisa com urgência avançar.

E eu acho que o Conselho precisa reconhecer as diferenças presentes no guarda-chuva que é a sociedade civil, para trabalhá-las de forma tranquila, gerando debates e proposições. Afinal, nós estamos num momento em que temos uma presidente mulher, e não é por acaso que ela se elege. Ela se elege por toda uma luta popular pela redemocratização do Brasil. Que se elege com todo o avanço do movimento feminista no campo e na cidade. E, paralela a essa luta, a sociedade

Depoimento “Desenvolvimento sustentável, igualdade de gênero e participação social: a experiência do CNDM”

espera uma resposta. E com isso eu não pretendo negar as conquistas que tiveram. Porém é necessário que a gente mantenha uma análise crítica em relação a tudo aquilo que seja necessário, tendo a tranquilidade de reconhecer aquilo que não se conseguiu avançar ainda. Nesse contexto, faz-se urgente discutir a violência que acontece nos grandes projetos no país, vide, por exemplo, a construção da hidrelétrica de Belo Monte, que resulta na violência e prostituição de indígenas, mulheres e crianças.

Na verdade eu acho que aí entra o papel que tiveram as três Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres. Foi no debate das conferências e na incorporação das mulheres na construção do Plano de Políticas para as Mulheres que essas questões começaram a avançar.

Em relação a minha participação como Conselheira no Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), o que posso dizer em relação à temática específica da perspectiva feminista e a Conferência Rio+20, tema desta Revista, é que ela está em debate no Conselho e na Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM)

No entanto, enquanto participante do MMC, é importante dizer que uma das nossas principais preocupações é se a Rio+20 vai cumprir o seu papel. Para nós, qual seria esse papel? Tivemos a Eco-92, onde foram estabelecidos acordos e

responsabilidades para os países ricos, para todos os países, na verdade. E para nós a Rio+20 é o espaço de cobrança da execução real desses acordos. Até que ponto os países cumpriram, que medidas tomaram em prol do desenvolvimento sustentável. E nós temos uma preocupação muito grande em relação ao Brasil, pois, ainda que se faça muitas coisas pelo meio-ambiente, é necessário prestar contas sobre ser o maior consumidor de veneno agrotóxico do mundo. Que qualidade de vida isso vai garantir? Que saúde será garantida para nós e para as futuras gerações?

Outro ponto de preocupação para nós diz respeito à agricultura camponesa. Quando comparamos os números, percebemos que 74% das melhores terras brasileiras estão nas mãos do agronegócio, entretanto o agronegócio só produz 30% do alimento que vai para a mesa do brasileiro e da brasileira, o restante da produção é exportado. Invertendo, nós da agricultura camponesa é que produzimos 70% do consumo interno do país. E se for analisado o montante de crédito, ele ainda vai à mesma lógica da desigual distribuição, favorecendo o agronegócio. E tem um último detalhe: 50% desse veneno é utilizado pelo agronegócio na produção de soja que é dita como biocombustível, mas que para nós é agrocombustível. Não é nada de bio porque bio é vida.

Para além dos questionamentos sobre o agronegócio, é necessário que se faça o

Depoimento “Desenvolvimento sustentável, igualdade de gênero e participação social: a experiência do CNDM”

debate do ponto de vista da perspectiva feminista, de análise e de enfrentamento da cultura patriarcal e da organização das instituições, seja família, banco, Governo. Na roça a cultura patriarcal ainda é muito forte, e por mais que se tenha avançado no discurso, na prática ainda não ocorre na mesma medida. Então eu acho que é um grande desafio nosso, enquanto movimentos de mulheres e movimentos feministas, avançar no enfrentamento da cultura patriarcal. E trabalhar em cima de quatro pilares centrais: autonomia econômica - pois as mulheres continuam sendo as mais pobres, e continuam

ganhando menos, quando trabalham; o direito de mandar e decidir sobre seu corpo, porque (homens) continuam mandando no seu corpo; a participação nos espaços de poder e de decisão; e, por último a luta contra a violência.

Por fim, é importante ressaltar a importância de potencializar e fortalecer a organização, a formação e a capacitação das mulheres, e não só as mulheres rurais, mas principalmente das mulheres mais pobres, para construir a plena cidadania para as mulheres e para toda a sociedade.

O Conselho Nacional de Direitos da Mulher – CNDM

O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher – CNDM foi criado pela Lei nº 7.353/ 1985, inicialmente vinculado ao Ministério da Justiça. Em 2003, com a criação da SPM/PR, o CNDM passou a fazer parte da sua estrutura básica, com a finalidade de formular e propor diretrizes para as ações governamentais de promoção de direitos das mulheres, além de se constituir em importante instância de participação e controle social, estabelecendo-se como um imprescindível canal de diálogo do Governo com os movimentos feministas e de mulheres.

O CNDM é um órgão colegiado, de natureza consultiva e deliberativa, composto de 40 conselheiras, sendo que 21 representam a sociedade civil, 16 representam o Governo e 3 são conselheiras de notório conhecimento.

Cabe ao CNDM o papel fundamental de articulação com órgãos e entidades públicas e privadas, visando a incentivar e aperfeiçoar o relacionamento e o intercâmbio sistemático sobre a promoção dos direitos da mulher, além de promover o diálogo com os movimentos de mulheres e feministas, conselhos estaduais e municipais dos direitos da mulher e outros conselhos setoriais. Apoiando a SPM/PR na articulação com outros órgãos da administração pública federal e os Governos estaduais, municipais e do Distrito Federal, o CNDM assegura o estabelecimento de estratégias comuns de implementação de ações para a igualdade de gênero.



Feminismo e soberania alimentar

Miriam Nobre¹



Foto Joane Mc Dermott

O feminismo é um movimento político e um marco teórico que questiona as bases da opressão das mulheres e da desigualdade entre mulheres e homens e o funcionamento de nossas sociedades organizadas pelo patriarcado, capitalismo, racismo e colonialismo. Denuncia que o corpo, o trabalho e os desejos das mulheres são considerados apenas em função do outro, os homens.

A divisão sexual do trabalho estrutura nossas sociedades e como descreve Danièle Kergoat², mesmo que suas formas sejam instáveis no tempo e no espaço, permanecem os princípios da separação (o trabalho do homem é distinto do da mulher) e da hierarquia (o trabalho do homem “vale” mais do que o da mulher). Estes princípios se reproduzem na separação entre as esferas da produção (a produção de mercadorias, esfera

relacionada ao masculino) e da reprodução (a produção material e afetiva das pessoas e das relações entre elas, esfera associada ao feminino).

Em tempos de hegemonia neoliberal oscilamos entre a negação da reprodução – como a parte da vida inválida de ser vivida³ - ou que esta seja absorvida pela intensificação e/ou extensão do tempo de trabalho realizado pelas mulheres. A reprodução como responsabilidade das mulheres está naturalizada porque se associa à gestação, à identidade das mulheres como cuidadoras do outro e da natureza, ou como uma manifestação concreta do amor que a mulher sente pelos seus próximos.

A economia feminista já demonstrou que esta separação é mais ideológica do que real e que os nexos entre produção

1. Militante feminista. Integra a equipe de SOF-Sempreviva Organização Feminista desde 1993 e atualmente coordena o Secretariado Internacional da Marcha Mundial das Mulheres. Agrônoma e mestre pelo Programa de Estudos em Integração da América Latina da USP.

2. Danièle Kergoat: Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. In: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-33002010000100005&script=sci_arttext consultado em 01 de junho de 2012.

3. Robert Kurz: Não rentáveis do mundo uni-vos! in <http://obeco.planetaclix.pt/rkurz134.htm>, consultado em 01 de junho de 2012.

e reprodução são cuidadosamente ocultados e são sempre uma variável de ajuste na relação capital-trabalho. Por exemplo, as mulheres trabalham em suas casas para que as e os trabalhadores estejam alimentados ou vistam roupas limpas sem que isto seja um custo para seus empregadores. Ou mesmo o fato de que muitas trabalhadoras assumem tarefas extras de limpar seus locais de trabalho (a oficina, o ônibus,...) sem remuneração extra por ser considerado natural que as mulheres o façam.

A economia feminista amplia a noção de trabalho incluindo a reprodução biológica e social, quer dizer o trabalho doméstico, comunitário e de cuidado. Há que se inventar novos conceitos para se referir ao conjunto de atividades e à disponibilidade permanente das mulheres que mantém nossas sociedades em funcionamento. Ana Bosch, Cristina Carrasco e Elena Grau⁴ propõem o conceito de sustentabilidade da vida humana e o definem como uma “relação dinâmica e harmônica entre humanidade, natureza e entre humanas e humanos”. É importante notar que o termo “sustentabilidade da vida humana”

foi proposto pela economia feminista em diálogo com o ecofeminismo. Amaia Pérez Orozco⁵ propõe o conceito de *cuidadania* para reunir o direito de todas e todas a serem cuidados, o reconhecimento e a valorização do trabalho de cuidado bem como sua distribuição entre mulheres e homens, e a cidadania como voz política na organização da sociedade.

Os paradigmas da sustentabilidade da vida humana e da *cuidadania* tornam evidente a maneira insustentável de organização de nossa sociedade. No feminismo há vertentes radicalmente críticas ao modelo de desenvolvimento hegemônico. Este tem como referência as sociedades industriais do norte, que assim se constituíram devido a relações de exploração com o sul, ao colonialismo, e a um pensamento esquizofrênico: “a obcecada esperança do Norte, mesmo uma convicção, de que poderia ter tudo sem renunciar a nada, mais comida rápida e alimentos industrializados, mais alimentos exóticos importados e ao mesmo tempo poderia gozar de boa saúde e conseguir resolver o problema do lixo”⁶ Esta ilusão encontra-se agora a toda prova com a crise financeira e econômica que se

4. Ana Bosch, Cristina Carrasco e Elena Grau: Verde que te quiero violeta. Encuentros y desencuentros entre feminismo y ecologismo, in Enric Tello (org): La historia cuenta. El Viejo Topo, Barcelona, 2005.

5. Amaia Pérez Orozco: Amenaza Tormenta: La crisis de los cuidados y la reorganización del sistema económico, in Revista de Economía Crítica nº 5, 2006.

6. Maria Mies: El mito de la recuperación del retraso en el desarrollo. In Maria Mies y Vandana Shiva: Ecofeminismo. Icaria, Antrazyt, Barcelona, 1997.

articulam à crise de cuidados, ambiental e de legitimidade das instituições políticas.

Ainda assim, o desenvolvimento das forças produtivas habita o imaginário de parte significativa da esquerda. O aumento da produtividade do trabalho pela tecnologia – maquinário e gestão desenhados no capitalismo – seriam prévios às demandas para sua repartição na forma de salário ou políticas de bem estar. Esquecem que as tecnologias, formas de gestão e mesmo novas mercadorias são concebidas no capitalismo patriarcal e racista com objetivos de controle, obsolescência e acumulação. Um exemplo disto é o modelo de produção e reprodução social do agronegócio.

O agronegócio como modelo

O agronegócio é uma forma de produção e comercialização corporativa que se organiza pela busca da maximização dos lucros. O modelo tecnológico de produção, conhecido como “revolução verde” tem no pacote sementes modificadas geneticamente para responder a aditivos químicos – os transgênicos, mecanização e monocultura. A comercialização se dá, sobretudo, em circuitos longos de exportação e os preços se definem nas bolsas de valores e em mercados futuros sujeito a especulações. Os insumos de produção (sementes, adubos, venenos) e os produtos finais comercializados estão concentrados em poucas empresas,

corporações transnacionais que atuam no setor agrícola, de alimentos e farmacêutico. O acesso aos alimentos para os que não têm recursos se dá por mecanismos de ajuda alimentar que reforçam o controle sobre Estados e povos.

Este projeto tem custos ambientais, sociais e econômicos. A destruição ambiental se dá pela contaminação da água e do solo ou pela emissão de gases de efeito estufa, já que este modelo é dependente do petróleo devido à mecanização, aos aditivos químicos e às grandes distâncias que percorrem seus produtos. O uso intensivo de agrotóxicos tem graves conseqüências para a saúde das mulheres, mas são muitas vezes negligenciadas. As mulheres têm contato com o veneno porque lavam as roupas dos trabalhadores que os aplicaram, nas pulverizações aéreas que afetam toda a comunidade ou em resíduos nos alimentos, todas formas que se tenta ocultar. As pesquisas sobre os riscos têm o corpo dos homens como referência acrescido daqueles relativos à má-formação fetal e amamentação, o que não responde à complexidade dos efeitos no sistema hormonal ou dos efeitos acumulativos no corpo das mulheres⁷.

Este modelo de produção gera um grande desperdício e só se mantém porque conta com altos subsídios do

7. The Boston Women's Health Book Collective: *Our Bodies, Ourselves*. Touchstone, 1998.

Estado. Subsídios diretos, como a anistia de dívidas de financiamento, ou indiretos com a construção de infra-estruturas que os favorece. Isto significa que a riqueza produzida pelo trabalho humano é transferida para a manutenção de um modelo que contribui para a concentração de renda e do território.

A expansão do agronegócio desloca comunidades camponesas, indígenas e de pastores, ou seja, aqueles que produzem alimentos. Assim, diminui a produção local e se produzem grandes migrações. A compra de grandes extensões de terras por empresas e Governos para produção de agrocombustível ou alimento para exportação foi denominada pelas moçambicanas como um açambarcamento de terras. Na África é cada vez mais comum a expulsão das mulheres camponesas viúvas ou separadas e a pressão para que casem com o cunhado. Comunidades que já haviam abandonado a prática do levirato voltam a fazê-lo, assim como a caça às feiticeiras, o que não deixa de ser uma maneira de expulsar mulheres, muitas idosas e consideradas não produtivas, de suas comunidades e liberar terras para especulação.

O agronegócio se baseia em uma exploração intensiva do trabalho das pessoas e se caracteriza por baixos salários, ausência de direitos trabalhistas, além de que muitas vezes se utiliza trabalho escravo. O trabalho se organiza a partir de uma divisão sexual. Nos setores intensamente mecanizados como a soja ou a cana de açúcar os homens

estão nos postos mais qualificados, como motorista ou mecânico, enquanto que as mulheres se encarregam dos serviços de apoio, como limpeza e cozinha. Em compensação nos setores que demandam intensivamente força de trabalho (frutas, flores, hortaliças) as mulheres, em especial as jovens, são contratadas por baixos salários, sem direitos, e sua habilidade para o manejo delicado (como a embalagem de frutas) é naturalizada sem o proporcional reconhecimento econômico.

Poucas empresas concentram e controlam desde a produção até a comercialização. E pior ainda, reforçam modelos autoritários de sociedade. Seus interesses se refletem na política, na estrutura do Estado e na forma de ocupação do território, seja pelas grandes áreas de monocultivo no campo ou pelas cidades que se organizam em função do abastecimento por hipermercados. Na alimentação também se expressa a polarização da sociedade. Alimentos industrializados e produzidos em massa para os pobres – que são tratados como máquinas que devem repor suas necessidades biológicas calculadas – e alimentos carregados de experiência e cultura para os ricos – como produtos orgânicos e com denominação de origem. É um modelo autoritário que favorece o monopólio e se mantém graças a uma ofensiva ideológica e repressiva. Um exemplo trágico disto foram os conflitos em torno ao aumento dos preços dos alimentos nos anos 2008 (food riots). Entre janeiro e abril de 2008 18 países da África, América Latina e Caribe, Ásia e Meio

Oriente conheceram grandes mobilizações contra o aumento de preços que foram duramente reprimidas com várias prisões e assassinatos por forças policiais. Pelo menos em Burkina Faso, Peru e Zimbábue o protagonismo das mulheres nestas ações foi reconhecido, mas pode se imaginar sua forte presença nas mobilizações dos trabalhadores têxteis de Bangladesh e do Egito, estas últimas já anunciando a primavera árabe de 2011.

Os mecanismos de ajuda alimentar reforçam esta estrutura autoritária e destroem a economia local pela entrada massiva de alimentos, em sua maioria, estranhos aos costumes alimentares e muitas vezes transgênicos. As instituições multilaterais como a ONU e o Banco Mundial na distribuição dos alimentos instrumentalizam o trabalho das mulheres e seu esforço para manter as comunidades coesas frente a situações de conflito armado ou emergências sócio-climáticas.

Depois das emergências as políticas se seguem restritas a como inserir os pobres no mercado global. E como melhorar seus rendimentos partindo de níveis muito baixos (1US\$ por dia) e sem reverter os termos de distribuição da renda, do poder e do controle sobre o território.

As mulheres em resistência

A resistência a este processo concentrador e autoritário vem se dando concretamente através das lutas contra as transnacionais, um ponto de convergência cada vez maior entre feminismo e luta por

soberania alimentar. Mulheres na Turquia se mobilizaram contra a Cargill, mulheres da Índia denunciaram a Syngenta pela contaminação que provoca em pequenas comunidades, nos Estados Unidos triunfaram contra acordos que permitiam à Nestlé bombear água para venda em garrafas.

As transnacionais do agro (sementes, venenos) são também farmacêuticas, ou têm com elas acordos de pesquisa, produção, comercialização. O movimento feminista questiona estas empresas e sua promoção de contraceptivos que fogem do controle das mulheres (doses hormonais subcutâneas ou por injeção) e da adição de hormônios sintéticos indiscriminadamente prescrita a mulheres na menopausa. Nos anos 1990 muitas campanhas de denúncia foram feitas, especialmente na Ásia, associando este uso ao controle de populações. Há muitas semelhanças entre a medicalização e industrialização do corpo das mulheres e a industrialização da agricultura.

Outra expressão da resistência são as experiências coletivas de mulheres na preparação e distribuição de alimentos. A maioria delas é intermitente e associada a momentos de crise, mas outras tantas permanecem no tempo, como os comedores populares do Peru, e mobilizam a muitas mulheres.

São mulheres em situações limite que buscam resolver a reprodução de maneira coletiva, mas que muitas vezes não são considerados movimentos políticos. Parte das feministas as considera prisioneiras de seu papel de mães, de reprodutoras. Os homens as vêem como símbolo da impotência masculina, da super exploração da

Feminismo e soberania alimentar

classe operária que não consegue nem mesmo sustentar sua família.

No entanto, mesmo que existam poucos registros, muitas greves de trabalhadores se mantiveram graças ao trabalho de mulheres nas cozinhas coletivas. Na história do movimento operário há uma história paralela de mulheres organizadas em cooperativas de consumo e mobilizadas contra a carestia e alta no preço dos alimentos. As mulheres reuniram alimentos e os preparam em mutirões que alimentaram longas jornadas do movimento *piquetero* da Argentina no início dos anos 2000 ou no rechaço ao golpe de Estado em Honduras em 2009. Esta economia política da resistência se sustenta e se recria nas ocupações das praças no Estado Espanhol e nos Estados Unidos. Estas ocupações denunciam as causas das crises financeira e econômica, as péssimas soluções propostas por seus Governos e se propõem a vivenciar na prática as alternativas dos povos. A Soberania Alimentar é uma delas.

Soberania alimentar

A Soberania Alimentar é um princípio construído pela Via Campesina na luta contra os tratados de livre comércio na agricultura e pela afirmação dos modos camponeses de organizar a produção e a vida. É o direito dos povos, países ou união de Estados de definir suas políticas

agrícolas e alimentares e proteger sua produção e sua cultura alimentar.

Este princípio articula lutas pelo acesso à terra, água, sementes e condições de produção, usando práticas agroecológicas. Amplia-se no diálogo com povos indígenas que aportam a noção de território, com pescadores e ribeirinhos que defendem mares, rios e mangues, e tantas outras. Para nós da Marcha Mundial das Mulheres, a Soberania Alimentar nos instiga a construir uma agenda política em torno ao tema da reprodução, concebida como um assunto de todos, não somente das mulheres⁸. Amplia nossas perspectivas no debate sobre estratégias para mudar a situação das mulheres no mundo.

Algumas feministas pensam que o centro da estratégia é reconhecer o que é próprio das mulheres e, portanto invisibilizado e/ou considerado inferior por uma sociedade machista e patriarcal. Outras dizem que a luta prioritária é a redistribuição da riqueza entre mulheres e homens, superando as bases de sua desigualdade que resulta de uma divisão sexual do trabalho e do poder. Em longo prazo, superar a divisão sexual do trabalho implicaria em dissolver o que é trabalho das mulheres e a identidade de gênero construída na experiência de realizá-lo. No entanto, há que se articular as ações aparentemente

8. Marcha Mundial das Mulheres: El bien común y los servicios públicos in <http://www.marchemondiale.org/actions/2010action/text/biencomun/ese> MMM, Via Campesina e FOEI: Construyendo alianzas en torno a la Soberanía Alimentaria y en contra a la violencia hacia las mujeres. Carta abierta a nuestros movimientos, in <http://www.marchemondiale.org/themes/biencommun/vcatmmm072010/es> consultada em 01 de junho de 2012.

contraditórias de reconhecimento e redistribuição como estratégia para seguir adiante e conquistar justiça⁹.

O princípio da Soberania Alimentar cada vez mais reconhece a contribuição das mulheres na produção de alimentos desde a agricultura até seu preparo e conservação em cada casa mas também em grupos comunitários e cantinas escolares. E não só o trabalho realizado, mas o conhecimento que este implica, desde a conservação e troca de sementes até experimentações de receitas e uso da alimentação para garantir saúde e bem estar. Ao mesmo tempo contempla a necessidade da redistribuição de terras e condições de produção e comercialização de maneira igualitária entre mulheres e homens, superando tradições culturais excludentes e as novas formas de exclusão criadas pelo agronegócio.

É necessário dar um passo a mais e incluir com peso na agenda política a redistribuição do tempo realizado pelas mulheres no cuidado de toda a família – inclusive a preparação das refeições – entre todos os que convivem. Em todo o mundo, seja no campo ou na cidade, as mulheres e as meninas realizam jornadas de trabalho mais extensas do que os homens quando se consideram as horas que dedicam ao trabalho remunerado ou o trabalho para produção vendida no mercado e o trabalho doméstico. Elas são as primeiras a acordar e as últimas a irem dormir.

A Soberania Alimentar implica mudar não só o modelo de produção, mas também o modelo de consumo. Isto implica ter tempo para preparar o alimento, compartilhar as refeições, mas também para que as mulheres façam o que quiserem ou não façam nada. Esta mudança não pode ter como base o aumento do trabalho das mulheres que já estão mais do que sobrecarregadas. Para ter mais tempo o caminho não é nem *fast-food*, nem enlatados, mas políticas públicas de apoio à reprodução social com alimentação de qualidade nas escolas, restaurantes populares e compartilhar o trabalho de cuidado entre todas e todos.

Mudar o modelo de produção e consumo é uma tarefa não só daqueles que produzem alimentos, mas de toda a sociedade. Isto implica considerar as pessoas que vivem nas cidades não só como consumidoras, mas ter em conta suas identidades políticas como trabalhadoras, participantes de movimentos que lutam por moradia digna, feministas, entre outras.

Há uma série de lutas emergentes nas cidades e com elas podemos construir outras formas de organizar a vida, a economia, a sociedade. Partindo do feminismo podemos fortalecer os vínculos, relacionar as experiências e a vontade de transformação que move mulheres do campo, da floresta e da cidade.

9. Nancy Fraser: *Iustitia Interrupta. Reflexiones críticas desde la posición post-socialista*. Uniandes, Siglo de los hombres ed., 1997.

Bate-papo

A mobilização feminista para a Cúpula dos Povos



Com Schuma Schumacher¹ e Joluzia Batista²

O Observatório Brasil da Igualdade de Gênero recebeu na tarde do dia 28/05, as integrantes da Articulação de Mulheres Brasileiras: Schuma Schumacher (REDEH- Rede de Desenvolvimento Humano), e Joluzia Batista (Coletivo Leila Diniz). Durante o bate-papo, elas nos contaram sobre a organização das Caravanas que percorrerão o país até a Cúpula dos Povos no Rio de Janeiro em junho de 2012. Falaram sobre os desafios que estão enfrentando nesse processo, e sobre as contribuições das Caravanas para a implementação das pautas feministas e o desenvolvimento justo e sustentável.

Observatório: *Vocês podem contar um pouco para a gente como está sendo a organização das Caravanas para a Cúpula dos Povos?*

Schuma Schumacher: Toda essa mobilização nacional da AMB está sendo construída em parceria com a Articulação de Mulheres Negras Brasileiras – AMNB – que se uniram para pensar uma estratégia que possibilite juntar muitas mulheres - mulheres de outras realidades, de outros territórios, mulheres que a partir de suas vivências tem outras perspectivas do que significa a questão socioambiental. Se pensarmos no processo de 20 anos atrás,

nós dos movimentos sociais estivemos durante dois anos nos preparando para nossas atividades no aterro do Flamengo, que foi aquele grande Fórum da Sociedade Civil. A movimentação e a diversidade de pessoas influenciaram os Governos embora eles tivessem em outro espaço. Mas o eco era tão grande, tão uníssono, e tão diverso que bateu lá, reverberou. E desta vez queremos estar de novo organizadas, fortes, representativas de várias regiões brasileiras. E assim construímos a estratégia das Caravanas de Mulheres que sairão de vários Estados para a Cúpula dos Povos que acontecerá entre os dia 15 e 23 de Junho, no Aterro do Flamengo.

Joluzia Batista: A idéia da Caravana é justamente criar um processo de mobilização que parta mesmo da realidade dos grupos que vivem algumas situações de conflitos socioambientais. E desse processo está se constituindo num processo de problematizar o seu território e consoar com essa agenda, com esse debate da Cúpula dos Povos, que tem a ver com uma agenda global. Então toda a mobilização é feita para isso. E eu acho que tem sido uma experiência muito interessante porque, na verdade, já foi

1. Pedagoga, Coordenadora Executiva do Projeto “Mulher: 500 Anos Atrás dos Panos” e da ONG Rede de Desenvolvimento Humano (Redeh).

2. É representante da Articulação de Mulheres Brasileiras e do Coletivo Leila Diniz.

um trabalho de organização e mobilização de mulheres, de lideranças, as mulheres negras, pescadoras, as mulheres do norte, ribeirinhas, indígenas, e mulheres também em situação urbana, vivendo também a questão dos conflitos - os mega eventos, como a Copa 2014-, direito à moradia etc. Então a caravana tem toda essa característica ampliada hoje do que são conflitos socioambientais. E essa demanda por justiça socioambiental, que é o que a gente insere e coloca no debate da Cúpula, porque na verdade a grande questão dentro dessa Conferência é a questão da igualdade. E discutir o enfrentamento às desigualdades, sobretudo de gênero e raça. Em relação às Caravanas, têm uma vindo do Norte, que cobre uma parte do que é o Norte: algumas mulheres vêm do conflito de Xingu Vivo e Belo Monte. Têm as quebradeiras de coco do Maranhão. Têm mulheres do Amapá. Há outras vindo do Nordeste, com essa perspectiva de quebradeiras, mulheres pescadoras, marisqueiras, mulheres negras, dos conflitos dos mega projetos, que é uma realidade em Pernambuco e no Rio Grande do Norte, e especulação imobiliária pro turismo. Tem uma questão muito interessante que a gente colocou e que faz muita consonância com aquele primeiro descaminho, vamos dizer assim, da Rio+20, em relação a não incorporar a agenda de direitos. A gente já tinha pensado numa caravana a partir de Mato Grosso, justamente pelo foco na

criminalização das mulheres em relação ao aborto.

Schuma Schumacher: Essa Caravana vai sair de Cuiabá/MT, com mulheres urbanas, quilombolas e indígenas, a partir de um trabalho de mobilização feito pelas integrantes da AMB da região e passará por Campo Grande/MS, cidade palco de perseguição das mulheres em relação aos direitos sexuais e reprodutivos.

Joluzia Batista: A idéia é fazer atos políticos em cada passagem dessa Caravana. No entanto, talvez o ato político dessa Caravana é intitulado “*Nosso Corpo, nossa história*”, não acontecerá em Campo Grande, e sim no Distrito Federal, justamente por esse processo de criminalização e pela dificuldade de se incorporar direitos no contexto de Mato Grosso e Campo Grande, até pelo peso das forças conservadoras que estão presentes nessa região. Então eu acho que essa é uma pauta muito importante, e a gente está visibilizando. Ou seja, a Conferência, que traz essa idéia de meio-ambiente, mas que na verdade é uma conferência ampliada, porque tem a perspectiva do desenvolvimento. E pensar o desenvolvimento sem a possibilidade da realização dos direitos é, para nós do movimento feminista, impossível. Também porque a gente faz uma crítica. Por isso que a nossa Caravana é por justiça sócio-ambiental. Justamente para a ampliação dessa perspectiva. Então você

não pode enxergar as pessoas afastadas dos territórios, das suas realidades, sendo necessário ver a luta por direitos na sua integralidade. E isso está expresso em todos os nossos documentos, como, por exemplo, na nota que vai sair dia 18/06, que é o dia da passeata das mulheres. E também é necessário desvendar um pouco o que é essa conversa sobre economia verde. Obviamente que eu não vou descartar o debate sobre o consumo, porque essa é uma questão séria, dentro do processo de acumulação do capitalismo como a gente vive. Mas a discussão é muito maior do que isso. O que está embutido é a desigualdade no mundo, que começa pelos Governos e pelos processos multilaterais. Então eu acho que não se pode cair nas armadilhas ambientalistas, os grandes jargões. É importante desenvolver uma consciência crítica de que existe uma disputa entre Governos, entre países, e que a gente, na Cúpula dos Povos, quer colocar isso a vista.

Schuma Schumacher: Uma questão importante para o feminismo é a luta contra o racismo ambiental, presente no processo de desenvolvimento (moradia, saneamento, água potável, desastres ambientais). Quando você olha para as pessoas que estão gritando por moradia digna, que estão lutando por direito a terra/território, que estão sendo removidas pelos mega-eventos, que são vítimas dos desastres ambientais elas tem cor e tem sexo. São, na sua maioria, as mulheres negras. Essa é uma questão muito delicada e precisa ser visibilizada.

Observatório: *Na verdade, não existe a pauta feminista para a cúpula dos povos, mas sim várias pautas e temas, que são abordados dentro da grande pauta que é incluir o debate sobre todas as desigualdades, certo?*

Schuma Schumacher: Exatamente. Porque nós da AMB estamos batendo muito firme na defesa dos direitos. Não só os direitos sexuais e reprodutivos e o direito a não violência contra as mulheres. Nós estamos falando, também, da não violação dos direitos das pessoas e de seus territórios, estamos falando do direito à água. Está na centralidade da nossa ação, neste momento, nosso olhar feminista contra a mercantilização da vida e dos bens comuns, contra a chamada economia verde, as verdadeiras causas da crise socioambiental e o que nós entendemos por modelo de desenvolvimento.

Joluzia Batista: Porque, na verdade, a nossa pauta é sobre a manutenção da vida; da manutenção dos modos de viver. Até porque a centralidade disso tudo está no sistema capitalista, que a gente vivência hoje em seu extremo. Então, como a lógica da economia capitalista atinge diretamente a todos/as esses sujeitos que a gente defende - as mulheres, sejam elas quilombolas, ribeirinhas, dentre outras mulheres que estão nesse grande cenário da biodiversidade. E por isso que a pauta feminista é hoje ampliada, é que ela vai na raiz do que é hoje a vida das mulheres, com todas as suas dificuldades e seus

enfrentamentos, além de tudo aquilo que tem de bom. Porque uma parte da Cúpula dos Povos vai ser para a gente visibilizar e debater as alternativas e soluções. A gente falou antes dos modos de viver. E os diferentes modos de viver dentro dessas comunidades apontam soluções e alternativas, modos de viver muito equilibrados, sustentáveis, ainda que ameaçados pelo que a gente chama de “arquitetura econômica mundial”. E dentro desse contexto há as ameaças que vão, digamos, a uma segunda camada, como os direitos sexuais e reprodutivos, que é uma pauta mais clássica do feminismo. E que tem tudo a ver com a vida também, e a capacidade de gerar a vida e de cuidar. Então eu acho que a centralidade do nosso debate é pela manutenção da vida em toda a sua dimensão, o que inclui o que estamos chamando de ancestralidade, de espiritualidade, e que tem a ver com comunidades negras, indígenas, quilombolas. E que está ameaçada por uma idéia, digamos, hegemônica, do que é religiosidade. Acho que isso também é muito sério. Veja, essa conferência é emblemática, porque ela está falando do conjunto de tudo, da nossa vida, da nossa existência.

Observatório: *E tem algum debate que seja específico para a crítica e diálogo com a Rio+20, e que esteja em pauta na Cúpula dos Povos? Porque a Conferência e a Cúpula serão no mesmo período, na mesma cidade.*

Joluzia Batista: Na verdade, todos os processos dentro da Cúpula dos Povos são para incidir sobre os debates que não vão ser realizados, que não vão estar pautados na Rio+20.

Schuma Schumacher: Quando foi proposto a realização da Rio+20, a ideia era que fosse feito uma avaliação dos Governos e da sociedade civil sobre o que foi implementado nesses vinte anos que se passaram. Infelizmente essa possibilidade foi completamente descartada e não está na pauta oficial. Nesse sentido a metodologia da Cúpula dos Povos vai investir no entendimento das causas estruturais e nas nossas propostas e soluções para enfrentar o capitalismo e reverter essa situação. E por fim, é importante destacar que nem a Rio+20 e nem a Cúpula dos Povos são o fim desse processo. Na verdade queremos sair unidas e mais fortes desse processo para juntas com outros segmentos continuarmos nossa luta.

Na Cúpula dos Povos nós temos um espaço chamado “Território Global das Mulheres”, onde várias redes nacionais e internacionais vão discutir suas propostas e estabelecer convergências e, certamente, pactuar questões importantes para chegarmos nas plenárias empoderadas, com propostas coletivas.

Observatório: *E há um desafio que vocês identificam como central? Como é que vocês encaram a questão de apresentar*

o debate feminista dentro dessa grande Conferência, considerando o conjunto do desenvolvimento sustentável, para além do feminismo?

Schuma Schumacher: Na Conferência quem estará são os Governos, porque a Cúpula dos Povos não participará desse espaço oficial. Cada organização ou rede têm completa autonomia para acompanhar e incidir nesse processo. Acreditamos que um dos temas mais polêmicos que vamos enfrentar será o da economia verde. Embora ainda seja um conceito em construção, tem sido usado pelas grandes corporações como uma saída para o capitalismo em crise que precisa se renovar e continuar acumulando recursos. E tem muita gente iludida com isso, como se fosse a salvação do planeta. Outra questão é o modelo de desenvolvimento e seus modos de produção e consumo. Lutamos por um modelo de desenvolvimento que respeite as pessoas, os territórios, a natureza que supere as desigualdades, o racismo, o patriarcalismo e a homofobia. São poucos os países - como há alguns na América Latina-, que conseguem se posicionar de forma mais crítica. O Brasil tem se comportado bem nas conferências internacionais, assumindo posturas mais avançada do que outros países. Esperamos que desta vez o Governo brasileiro possa liderar algum processo que faça a diferença e não aceitar que o encontro do G20, no

México, dois dias antes da Rio + 20, seja palco de decisões longe da sociedade.

Joluzia Batista:...É, lá estarão reunidos os países que dão as cartas do negócio.

Schuma Schumacher: A questão da governabilidade mundial está na mão desses 20 países. E alguns presidentes/as que estarão lá não virão para a Conferência. E a gente tem medo de que a discussão quando chegar aqui já tenha um “pacote” acertado, dois dias antes.

Joluzia Batista: Esse é um grande risco. Contudo, já vai ser uma grande movimentação termos movimentos sociais do mundo inteiro discutindo essas pautas nesse momento de crise, de retomada de Governos socialistas, de uma outra tentativa de redesenhar o poder e, assim, de discutir o próprio capitalismo. Vai ser um momento interessante. O G20 vai discutir a crise no México, mas a gente também vai falar disso aqui, de como o cenário mundial está impactando na vida da gente. E a gente já está vivendo a economia verde. Ela vem se instalando aos pouquinhos, por meio dos créditos de carbono, dos mecanismos de redução do desmatamento. Nas caravanas, as mulheres que vem do norte já vêm com todo esse depoimento para colocar essas questões nas plenárias. Vai ser um momento muito importante, muito bacana, mesmo com todas as dificuldades que estamos enfrentando.

Mulheres Negras por Justiça Socioambiental

Por Lúcia Xavier¹



De 15 a 23 de junho de 2012, diferentes movimentos sociais estarão reunidos na Cúpula dos Povos na Rio+20 por Justiça Social e Ambiental para avaliar as injustiças socioambientais e propor outros instrumentos em defesa da humanidade e do meio ambiente. Além de marcar os 20 anos de injustiça socioambiental e de falsas soluções desde a realização pela ONU da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 1992 (Eco 92).

Nós mulheres negras da cidade e do campo e de todas as partes estaremos presentes nesse processo para dar um basta às desigualdades promovidas pelo modelo de desenvolvimento vigente, baseado na exploração e expropriação da natureza e das mulheres. Modelo que tem promovido para as mulheres violência e violação dos seus direitos. Fome, sede, falta de acesso a água potável, não reconhecimento dos territórios quilombolas, intolerância às religiões de matrizes africanas, depósito de lixo nas áreas onde estão assentadas a população negra, pobreza, são alguns dos exemplos da degradação humana e ambiental que vivemos.

Chamamos de racismo ambiental² essa situação de iniquidade vivida pela população negra em diferentes lugares do Brasil e do mundo, produzidas pelas catástrofes naturais ou pelas deliberadas ações de violência e violação dos direitos da população negra.

1. Coordenadora da Criola, assistente social e membro do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial representando a Articulação de ONGs de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB) da qual é secretária-executiva.

2. O conceito racismo ambiental se refere a qualquer política, prática ou diretiva que afete ou prejudique, de formas diferentes, voluntária ou involuntariamente, a pessoas, grupos ou comunidades por motivos de raça ou cor.(...) Este conceito institucionaliza a aplicação desigual da legislação; explora a saúde humana para obter benefícios; impõe a exigência da prova às “vítimas” em lugar de às empresas poluentes; legitima a exposição humana a produtos químicos nocivos, agrotóxicos e substâncias perigosas; favorece o desenvolvimento de tecnologias “perigosas”; explora a vulnerabilidade das comunidades que são privadas de seus direitos econômicos e políticos; subvenciona a destruição ecológica; cria uma indústria especializada na avaliação de riscos ambientais; atrasa as ações de eliminação de resíduos e não desenvolve processos de prevenção contra a poluição como estratégia principal e predominante. A tomada de decisões ambientais e o planejamento do uso da terra em nível local acontecem dentro de interesses científicos, econômicos, políticos e especiais, de tal forma que expõem às comunidades de cor a uma situação perigosa.

Em outras palavras, racismo ambiental é a degradação da vida da população negra, a partir da falta do acesso às oportunidades e riqueza de um país. Os benefícios produzidos por todos são apropriados por um grupo enquanto o fardo vai para outro. Determinadas áreas recebem investimentos públicos que melhora a condição de vida de um grupo social e outras não. Queremos dizer com isso, que a principal ação contra o racismo ambiental é o respeito aos direitos humanos econômicos, sociais, culturais e ambientais; a valorização da diferenças expressas nas culturas, práticas sociais, nos meios de vida e convivência que também morrem quando o meio ambiente é degradado.

A Cúpula dos Povos na Rio+20 por Justiça Social e Ambiental pretende ser um espaço de convergência sobre as ações que visem garantir os direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais para os diferentes grupos sociais que enfrentam de modo desigual as injustiças socioambientais.

Nós mulheres negras queremos definir novos rumos para o nosso país e para o mundo.

Referência Bibliográfica:

BULLARD, Robert. Ética e racismo ambiental. Revista Eco 21, ano XV, Nº 98, janeiro/2005.



As trabalhadoras rurais e o desenvolvimento sustentável



Com Carmen Foro¹

A Secretária da Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais da CONTAG e conselheira do CNDM, Carmen Foro, recebeu a equipe técnica do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero em sua sala em Brasília e nos contou sobre sua inserção no movimento de mulheres do campo e da floresta e quais são as proposições feministas em relação ao desenvolvimento sustentável.

Observatório: Conte-nos um pouco sobre a sua história de vida e a sua inserção na luta das mulheres rurais. De que forma a sua vida, a luta sindical e a pauta feminista se cruzaram?

Carmen Foro: Eu sou agricultora familiar do Estado do Pará, do município de Igarapé-Miri, na Amazônia. A história é comprida, mas resumindo: desde o início da década de 90 que eu sou militante sindical, começando pela igreja. Como a grande maioria das lideranças, passei pela Pastoral da Juventude; depois, fui para o Sindicato, mais influenciada pelo meu pai. Naquele momento, sem uma visão feminista porque o sindicato era um lugar importante para gente. Mas naquela época do meu pai, o Sindicato era importante para arrancar dente e pra fazer consulta médica. Não tínhamos o entendimento tão claro de que era para fazer luta.

Já em 88/89 nós tivemos uma luta no município – o Sindicato era dirigido por gente da Prefeitura. Em 88, os trabalhadores se organizaram em uma disputa bem pesada com pessoas da Prefeitura e nós ganhamos o Sindicato. Então, eu acompanhei e participei muito de leve, e era, verdadeiramente, uma tomada do Sindicato da mão da Prefeitura, porque ele era um braço da Prefeitura. Ele servia exatamente para fazer convênio para médico, dentista, creche escolar, e foi nessa época que eu passei a participar mais da vida do Sindicato e participava com a carteirinha amarela do meu pai, de dependente.

Depois que comecei a participar um pouco mais, eu fui me interessando. E foi em 91 que eu comecei a fazer parte da direção do Sindicato.

Em 1996, eu vim para a direção da Federação. Então, naquele momento, final da década de 80 e início da década de 90, tinha todo um processo de mobilização social no país e, nessa época, a CUT era a grande referência para nós – e continua sendo uma grande referência. Então, tudo que a gente tinha de leitura sobre as questões das mulheres era o que vinha da CUT. Então, nesse momento, nós começamos a organizar as mulheres.

1. É Secretária de Meio Ambiente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), coordenadora da Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Confederação Nacional de Trabalhadoras da Agricultura (CONTAG) e conselheira do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM).

As trabalhadoras rurais e o desenvolvimento sustentável

A CUT foi pioneira no debate de cotas, da participação das mulheres. Logo em seguida, teve um processo importante de mobilização na CONTAG, pela aprovação da cota de mulheres na direção da Confederação. Isso foi em 96/97/98, quando nós tivemos uma campanha nacional. Então, eu comecei a participar dessa questão.

Eu vim a Brasília, pela primeira vez, em 1995. Já era nesse ambiente de participação, de cota das mulheres e também de mobilização nacional, que ocorreu no final da década de 80 e início de 90. A minha participação começou assim.

Então eu fui pro Sindicato, fui a primeira mulher presidenta, em 1991. Em 1992, por uma série de questões do município – lideranças saíram candidatos/as a prefeitos/as e vereador/a por região no município -, aí eu virei presidenta. E virei presidenta em um período difícil, porque nós tínhamos um Sindicato que era totalmente governado como um braço da Prefeitura.

Quando a gente ganhou em 1988, o Sindicato caiu porque ele não tinha mais essa oferta que a Prefeitura fazia. Começamos a discutir com os/as trabalhadores/as outra agenda. Estávamos vivendo um momento muito difícil porque havia, na cabeça dos/as trabalhadores/as, a idéia de que o Sindicato seria para isso. Mudar isso foi uma crise. Eu assumi interinamente por 8 meses, em um período muito crítico, em que a gente não tinha dinheiro porque os associados não queriam mais pagar o Sindicato, porque ele

não oferecia mais os benefícios que eles/as queriam: creche, dentista, médico.

Daí, em outro momento, eu já estava envolvida em um processo da minha região, que se chama Região Tocantina, uma região com sete municípios onde a gente, naquela época, teve uma luta grande por crédito, por audiências públicas nos municípios – que era uma situação bem mais difícil do que agora.

Então, fiquei na Região Tocantina coordenando um movimento chamado MODERT, chamado Movimento em Defesa da Região Tocantina e, em 1996, eu vim para a Federação.

Naquele momento de discussão das mulheres, nós fomos para a Federação para fazer essa discussão e criamos, em 1996, uma secretaria, e eu fui a primeira pessoa a assumir a Secretaria de Mulheres da minha Federação no Pará. Mas eu não sabia o que fazer porque era algo absolutamente novo.

Por um lado, alguns movimentos tentaram me puxar para somar a eles, mas eu sabia que tinha uma tarefa política de organizar as mulheres do campo e da floresta. Até este momento, a gente não as denominava como mulheres da floresta, apenas como mulheres rurais. Então, construímos alguns caminhos: um, de garantir a presença de mulheres nas coordenações regionais; o outro foi de aprovar a cota porque, em 1996, nós não a aprovamos, porque o Congresso foi contra.

E fomos construindo a estruturação da Secretaria de Mulheres no Sindicato.

Nesse processo eu saí, fui para outra secretaria da Federação e voltei. E quando voltei, já tinha mais clareza do que precisava ser feito. Foi na época da Marcha das Margaridas, em que eu já me envolvi a partir do meu estado, quando fizemos o debate sobre a cota. Eu tenho certeza que as mulheres estão no movimento sindical do campo há muito tempo, mesmo antes de termos uma organização política bem consolidada. Mas era uma luta do tipo: “*A gente quer terra, quer crédito*” junto com o conjunto da pauta geral. Não havia uma pauta específica.

Eu acho que não havia um grau de consciência, uma leitura com viés feminista. Era algo da necessidade de viver – “*terra pra viver. A gente quer terra pra viver*”, mas a gente sabe fazer o recorte de por que as mulheres estão na terra; o que é preciso; o papel das mulheres. Então, a gente fazia, anteriormente, uma discussão mais geral. Quando nós construímos uma organização específica é que nós conseguimos ter consciência de o porquê termos essa organização específica. A década de 90 foi muito forte nisso. A gente marcava a diferenciação da organização específica.

Hoje, eu acredito que temos uma plataforma feminista que tem como base uma crítica profunda à sociedade

atual, uma crítica profunda ao modelo de desenvolvimento, uma crítica profunda ao lugar em que as mulheres estão, e uma crítica profunda – quando eu falo da plataforma da Marcha das Margaridas – às políticas públicas que acabam retratando toda a sociedade brasileira e os seus diversos espaços.

Eu vim para a CONTAG em 2005, dez anos após eu ter vindo para Brasília pela primeira vez, e a CONTAG já tinha um trabalho: a luta pela cota, a realização de duas Marchas das Margaridas, uma plataforma que a cada dia se amplia, que tem uma capacidade maior de crítica e de proposição. Em 2007, se realizou a 3ª Marcha e, agora, em 2011, realizamos a 4ª Marcha.

Eu posso dizer que a reflexão política das mulheres do campo e da floresta ampliou bastante. Ampliou e nós realizamos a Marcha com um leque grande de organizações feministas e do movimento de mulheres, regionais e nacionais – isso, obviamente, qualifica muito e coloca outros olhares sobre a pauta. Acredito que nós temos uma das pautas mais bem consolidadas.

O nosso tema da Marcha é na perspectiva do desenvolvimento sustentável, com justiça, com autonomia, com igualdade e com liberdade, que são elementos fundamentais para se construir qualquer plataforma de desenvolvimento. Se não estiver colocada a perspectiva da autonomia das mulheres nesse ambiente e

As trabalhadoras rurais e o desenvolvimento sustentável

todas as políticas públicas que fortaleçam isso – creche, direitos à aposentadoria, crédito, previdência, educação –, não haverá autonomia para as mulheres. A gente pode ter o melhor modelo, mas se as mulheres não tiverem onde deixar os filhos para trabalhar e estudar, a autonomia das mulheres não estará fortalecida.

Nós vivemos, infelizmente, em um país absolutamente desigual. Nós comemoramos bastante ter uma mulher Presidenta, mas não mudaram as desigualdades. É preciso muito ainda para que a gente possa não inverter, mas ter um patamar de igualdade.

Observatório: *Em relação à Marcha das Margaridas, como a pauta do desenvolvimento sustentável e a agenda feminista rural se cruzaram? O que é o Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável Solidário?*

Carmen Foro: Nossa plataforma é o nosso eixo de mobilização; nós nos mobilizamos em torno dela e temos feito isso há um bom tempo. É importante dizer que a estamos qualificando porque não é nossa idéia termos uma nova pauta a cada Marcha. A cada Marcha, nós temos uma pauta mais qualificada, com muito mais reflexão, com muito mais proposição e com o desejo de transformar o país, um país em que tenhamos uma nação de iguais.

As políticas públicas são muito importantes nesse contexto. Nós não olhamos a vida somente a partir das políticas públicas, a

gente olha a partir de outras mudanças que precisam ser feitas.

Acredito que a CONTAG é uma das organizações, no Brasil, que tem uma plataforma clara voltada para o enfrentamento das desigualdades de um público que, se a gente olhar o campo, nós vivemos por muito tempo fora de qualquer política do Estado.

Eu posso afirmar que nos últimos 10, 12 anos é que a gente tem uma luta. Quando falamos do nosso Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável, ele nasce em um momento na década de 90 de um aprofundamento do projeto neoliberal, onde a desgraça total é implementada. É o momento que os trabalhadores fizeram uma reflexão, uma pesquisa nacional, um projeto que nós chamamos até hoje de Projeto CUT-CONTAG, que foi uma pesquisa em todas as regiões do Brasil sobre a situação rural: como enfrentar esse momento diante da situação caótica de pobreza e ausência do Estado.

Temos certeza de que só um novo modelo nos coloca em condição de enfrentar a atual realidade. E não é só uma realidade de pobreza, é uma realidade de enfrentar o capitalismo na sua versão do campo: o agronegócio, o trabalho escravo, a degradação ambiental. Enfrentar tudo isso, além de ter que enfrentar a pobreza extrema – infelizmente, ¼ dela está no campo. Quando fazemos a estratificação disso, você olha para as mulheres e as

jovens e negras estão no topo da pirâmide. A gente reconhece várias conquistas como fruto de nossa pressão social, da sociedade civil, mas ainda precisamos caminhar bastante.

Esta plataforma da Marcha das Margaridas 2011 é atual e é ela que nós queremos apresentar no debate internacional da Rio+20. A nossa plataforma tem 30% dela voltada para questões ambientais e não é possível discutir um projeto de desenvolvimento se não estiverem tratando das questões ambientais, sociais, econômicas, culturais e tantas outras. Então, nossa plataforma dialoga sobre todas essas questões de forma articulada e não de forma segmentada. E a gente dá bastante trabalho ao Governo porque, quando queremos falar sobre um tema, chamamos outros dois para conversar junto. É uma crítica que sempre fazemos porque o Governo, às vezes, faz políticas absolutamente segmentadas. E tem de ser integrada, articulada, em uma perspectiva transversal, numa perspectiva de interface, porque, se assim não for, você vai construir caminhos que se sobrepõem ou não funcionam.

Observatório: Carmen, como tem sido discutir e apresentar as pautas feministas dentro do âmbito institucional? Há divergências?

Carmen Foro: O tema do feminismo, em todos os lugares, gera tensão. E uma tensão natural. Aqui não é diferente. A

própria construção da pauta da Marcha das Margaridas, no movimento sindical como um todo dentro da CONTAG, é um momento de muito tensionamento. Tensionamento do jeito de fazer, tensionamento com o nosso olhar, com as críticas que nós fazemos, com a percepção nossa ao olhar para o projeto de desenvolvimento e para uma organização que é mista, composta majoritariamente de homens. Então, ela é feita, desde a sua construção, com um nível de tensionamento.

Eu não considero esse tensionamento ruim. Acho que ele é absolutamente positivo, porque as mulheres acabam, com esse tensionamento, colocando questões que, na maioria das vezes, estão invisibilizadas. A nossa pauta sempre teve e sempre terá questionamentos, tensionamento interno.

Todas as construções cotidianas e de uma plataforma política são duras, mas as mulheres têm uma visão e a gente acaba tensionando e colocando. O desafio é esse.

Outras grandes questões não têm tensionamento. Nós temos um posicionamento contra transgênicos; temos feito uma crítica profunda sobre o uso dos agrotóxicos; nesse debate da construção da Política Nacional de Agroecologia, nós achamos que não dá para criar um programinha para os reclamantes do atual modelo. É necessário um programa arrojado que redirecione

As trabalhadoras rurais e o desenvolvimento sustentável

a política de produção agrícola no país e, não só de produção agrícola, mas também da produção de comida, pois as mulheres cumprem um papel estratégico, reconhecido pelo mundo, da produção de alimentos e a gente tem feito um tensionamento da produção de alimentos com agroecológicos ou de produção orgânica. Não dá para ter esse modelo que está aí. Aliás, esse modelo, infelizmente, é hegemônico. Nós estamos sempre em um movimento de contraposição a esse modelo, e não só de contraposição, mas também de apresentar alternativas, experiências concretas de resistência, de preservação das sementes e uma série de questões que as mulheres cumprem com essa tarefa aqui e no mundo inteiro.

Nós temos um conjunto de preocupações com o documento que está sendo construído pela ONU porque ele não consegue chegar a essa perspectiva das mulheres e não se reconhece o papel que as mulheres têm na produção de alimentos. Só se fala, mas não se assumem compromissos. E esse tensionamento nós faremos na Rio+20. Primeiro, pela idéia da ONU de que a economia verde resolve o problema do mundo – e se sabe que a Revolução Verde, que estava colocada na década de 70, não resolveu o problema da fome no mundo e fez os mais ricos ficarem mais ricos, e muita gente não ter o que comer.

Será que uma economia verde vai resolver o problema dos pobres do planeta? Em uma lógica das grandes empresas de se pintarem

de verde e não mudarem suas práticas e continuarem contaminando. Ou em uma lógica de ter pequenos pacotes verdes no Governo ou nas próprias grandes empresas. Ou, ainda, em uma lógica de maior apropriação dos bens comuns da humanidade.

Aqui na nossa região da América Latina e Caribe, está concentrado o maior número de terras boas para produzir, água, ar, floresta, então a gente vai ter de fazer o nosso trabalho de crítica e de proposição. Eu não acredito que, na construção dos debates internacionais, haverá grandes compromissos na Rio+20 – compromissos arrojados, sociais, ambientais e econômicos. Estão falando em processo. Vinte anos depois, ainda vamos fazer um processo.

Eu tenho acompanhado a trilha da discussão da Conferência das Partes sobre o Clima (COP) e, nas três últimas, há uma decadência de avanços. Os compromissos dos Governos vêm decaindo e os impactos disso não podem ser tratados só como impacto. O impacto é o desabamento dos morros e a política emergencial trabalha na lógica de resolver o impacto e não trabalha na lógica estrutural, de prevenção.

Países desenvolvidos não assumem os compromissos. Querem que países em desenvolvimento assumam compromissos de países desenvolvidos. Não há possibilidade.

Nós temos muitos desafios na Rio+20, e também pós Rio+20, para pressionar os Governos. Os Governos podem ter linhas de

As trabalhadoras rurais e o desenvolvimento sustentável

compromisso vinculados nacionalmente, e internacionalmente, em que todos têm que assumir, mas, do ponto de vista das nações, os países têm que assumir compromisso com suas populações.

se dissolvendo no trabalho rural, de forma a nos colocar ainda uma jornada de trabalho muito maior e uma invisibilidade do reprodutivo nesse aspecto.

Pesquisa do IPEA que será lançada esse ano traça o perfil das Margaridas

Uma parceria entre o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores (CONTAG) traz um estudo sobre o perfil socioeconômico das trabalhadoras do campo e da floresta, realizada no contexto da 4ª Marcha das Margaridas (2011).

A pesquisa teve como objetivo levantar informações sobre o que pensam, o que demandam e qual é a vivências das mulheres que integram o movimento. A apresentação dos resultados foi realizada no dia 14 de junho de 2012 em Brasília (Brasil). O lançamento oficial do relatório ocorrerá ainda este ano.

Fonte: www.ipea.gov.br

Observatório: O desenvolvimento sustentável rural incorpora o trabalho reprodutivo e o cuidado? De que forma? Qual é a realidade das mulheres rurais em relação às combinações entre os trabalhos ditos produtivos e reprodutivos?

Carmen Foro: Isso é bem complexo porque, no meio rural, há uma dificuldade em separar o produtivo e reprodutivo. Então, as mulheres acabam levantando às cinco, seis horas da manhã e incorporando o que é externo, de produção, e o que é da reprodução. E isso tem sido um grande desafio para nós – a perspectiva do produtivo e do reprodutivo que acaba

A divisão do trabalho doméstico no meio rural é algo ainda mais gritante. Todo esse caminho que a gente tem trilhado tem sido para dar visibilidade às coisas boas e também ao que é ruim, para poder enfrentar enquanto mudança e não naturalização.

O IPEA realizou uma pesquisa muito interessante, ainda não publicada, na Marcha das Margaridas, sobre vários assuntos que das mulheres. Havia uma pergunta sobre a caracterização de cor e é interessante de ver o quanto as nossas companheiras se identificaram como negras (77%); além de afirmarem viver situações de violência, muitas vezes desde crianças. Falaram ainda

As trabalhadoras rurais e o desenvolvimento sustentável

sobre o fato de que o tamanho da terra que as mulheres têm para produzir é muito pequeno em nosso país. Essa pesquisa foi a voz das mulheres.

Observatório: *Nós sabemos que uma das pautas de reivindicação da Marcha das Margaridas, em 2011, foi à demanda por creches e pré-escolas para o meio rural. De que forma vocês compreendem essa demanda na agenda feminista e de garantia de direitos das trabalhadoras rurais? O que se espera do Grupo Interministerial para as creches da zona rural, que surge no Grito da Terra? Quais são as prioridades?*

Carmen Foro: A Presidenta Dilma anunciou algumas questões, por exemplo, em relação a creches, que será constituído um grupo de trabalho interministerial, para pensar o que seria uma creche em um assentamento. No PAC o Governo Federal anunciou a construção de 6.000 creches para o Brasil.

Nós sempre falamos que gostaríamos de ter uma cota dessas creches para as mulheres que moram nos assentamentos, em áreas distantes dos meios urbanos.

O grupo de trabalho não aconteceu até agora, e foi assunto de nossa conversa com a ministra Eleonora Menicucci na semana passada. As regras estabelecidas pelo MEC indicam vários critérios para implementar uma creche e, dentre elas, a creche deve ter população residente em um raio de 500 metros. Em um assentamento essa não é a realidade.

Ou mudam esses instrumentos ou não teremos creches nunca, pois os critérios estabelecidos não nos incluem. São voltados para os meios urbanos.

As mulheres não têm como deixar os filhos, os assentamentos ficam amontoados de crianças. A ministra Eleonora se comprometeu a dialogar com o Governo para que o grupo de trabalho seja instituído, incluindo Governo e sociedade civil, para que se possa estudar o que seria a creche adequada para a realidade do campo.

Nós continuamos insistindo nessa lógica porque esse é um instrumento estratégico muito importante, da luta histórica feminista, que é importante para fortalecer a autonomia, para garantir o direito das crianças e para garantir e fortalecer a possibilidade das mulheres se deslocarem, estudarem, trabalharem e poderem deixar os filhos em um local seguro.

Observatório: *De que forma os espaços institucionalizados de participação social, como o CNDM e o CONDRAF, nos quais você é conselheira, tem permitido vocalizar as demandas sobre o desenvolvimento rural sustentável e a igualdade de gênero?*

Carmen Foro: O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher vem evoluindo. Em um primeiro momento, quando eu comecei a participar, eram bastante

fluidos os debates. Mas o Conselho veio consolidando entendimento sobre um conjunto de temas sobre a realidade das mulheres brasileiras, como creche, como a questão das trabalhadoras domésticas e seus direitos, como o tema do aborto. Nas duas últimas reuniões, muito movidas também pela questão da sustentabilidade, nós fizemos um debate e está previsto outro essa semana sobre a Rio+20 e o desenvolvimento sustentável.

Fazer esse debate no CNDM, que é um ambiente representativo possibilita que as mulheres possam cercar todas as possibilidades, tanto no Conselho quanto em outros espaços de atuação, como o Governo e a sociedade civil.

Nós estamos construindo a nossa participação enquanto conselheiras na Rio+20, mas também enquanto movimento de mulheres, como CONTAG, como CUT, como Marcha Mundial de Mulheres, AMB, dentre outros movimentos de mulheres nacionais e regionais. Nós também estamos construindo um debate mais voltado para uma reflexão política e crítica.

Observatório: Como você avalia a Conferência da Rio+20, em relação ao debate do desenvolvimento sustentável e a igualdade de gênero?

Carmen Foro: Eu penso que a Rio+20 é um momento muito importante. Tenho dito que é um momento para darmos visibilidade àquilo que a gente acredita. Mas eu também

não acredito que será um momento que vá resolver todas as coisas. Naquele momento, nós vamos precisar pressionar os/as Chefes/as de Estado para que eles/as saibam que a sociedade não vai ficar calada, que vamos apresentar nossas plataformas, que vamos criticar o modelo que nós achamos que é um modelo fracassado, já que a crise está instalada no mundo inteiro. Eu acho que nós temos essa oportunidade.

Pós-Rio+20, nós não temos outra alternativa a não ser continuar fortalecendo as lutas sociais, as lutas feministas, as lutas dos povos que sofrem muito mais do que qualquer outro com as decisões nacionais e internacionais. Eu acho que é a nossa tarefa: pressionar, mobilizar, dar visibilidade à nossa plataforma. As mulheres, os trabalhadores e as trabalhadoras rurais e todos os setores da economia, do nosso país. Eu acho que a gente precisa dar visibilidade à nossa plataforma. Essa é uma tarefa para apresentar aos/as Chefes/as de Estado.

Após isso, nós vamos continuar. Nós, por exemplo, da Marcha das Margaridas estamos construindo a possibilidade de ter um Observatório – talvez não usemos esse mesmo nome, mas já estamos em debate. Em agosto, nós estaremos de volta com várias mulheres para recomeçar, recolocar no Grito da Terra vários pontos que estavam na pauta da Marcha que a Presidenta Dilma anunciou e que ainda não implementou. O que for implementando, nós estaremos acompanhando, o que não for implementando, nós estamos

As trabalhadoras rurais e o desenvolvimento sustentável

pressionando no Grito da Terra para que seja implementado.

Passado o Grito da Terra, entraremos em um processo de eleição e isso é muito importante para nós e vamos nos dedicar a

estudar, propor, fazer plataforma e recolocar a nossa plataforma. É permanente essa nossa pauta porque seguiremos em Marcha até que todas sejamos livres.

Grito da Terra apresenta pauta de reivindicação ao Governo Federal

Principal evento da agenda do movimento sindical do campo, o Grito da Terra reúne milhares de trabalhadores e trabalhadoras rurais de todo o país em Brasília. Neste ano, o evento foi realizado em 30 de maio.

O Grito da Terra é uma mobilização promovida pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e apoiada pelas Federações dos Trabalhadores na Agricultura (Fetags) e pelos Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STRs) e possui um caráter reivindicatório. É por essa razão que a manifestação pode ser considerada como uma espécie de data-base dos agricultores familiares, dos/as trabalhadores/as sem-terra e dos assalariados e das assalariadas rurais brasileiras.

A pauta do Grito da Terra Brasil é ampla e reúne reivindicações relativas às políticas agrícolas (assistência técnica, crédito), à reforma agrária (desapropriação de terras e criação e manutenção de assentamentos), às questões salariais (cumprimento e ampliação das leis trabalhistas) e às políticas sociais (saúde, previdência, educação e assistência social). A mobilização também defende os interesses das mulheres trabalhadoras rurais e da juventude rural.

O Grito da Terra Brasil se transformou em instrumento de fundamental importância para a implementação do projeto alternativo de desenvolvimento rural sustentado (PA-DRS), desde sua formulação e após sua aprovação, em 1998.

Fonte: www.contag.org.br



Mulheres Indígenas e a Rio+20

Tânia Mara Almeida¹

Às vésperas da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a “Rio +20”, a reflexão sobre mulheres indígenas e a gestão ambiental e territorial de suas comunidades se faz premente. Afinal, a abundância de recursos naturais encontradas em muitas dessas localidades e o profundo conhecimento milenar, fortemente presente nas práticas cotidianas das mulheres indígenas, em relação ao seu manejo e a proteção são fatores que chamam a atenção de todo o planeta quando se busca a sua sustentabilidade.

Atentos à questão de gênero entre grupos sociais, comunidades e povos aos quais se dirigem suas ações, as Nações Unidas, demais Organismos de Cooperação Internacional e o Governo Brasileiro geralmente recomendam requisitos básicos para se realizar análises sobre o assunto, tendo especificidades para o olhar sobre as relações entre homens e mulheres. As análises de gênero serviriam para se fazer um diagnóstico dessas relações em diferentes níveis (específicos do setor, do país/da região, das organizações e localidades em foco), constituindo a base para uma participação equitativa de mulheres e homens nos processos de desenvolvimento. A partir dessas análises, que devem iniciar-se já na

etapa preliminar ou no marco de preparação das ações e dos projetos, podem-se identificar problemas concretos, objetivos esperados e recursos de mulheres e homens para empreenderem novas situações de igualdade de direitos entre si.

Contudo, várias dessas ações de desenvolvimento, em especial aquelas voltadas à preservação, manejo e gestão de recursos naturais, ao redistribuírem papéis, responsabilidades e novas formas de trabalho, obtêm um tipo de impacto não antecipado no momento de sua concepção, pois acabam por romper – nas comunidades indígenas, com as modalidades tradicionais de interação e convivência entre os gêneros e, por conseguinte, desestruturam as relações tradicionais e fragilizam certa unidade em que os grupos sociais indígenas se encontravam. Logo, é também importante refletir sobre os pressupostos do dito desenvolvimento e os seus reais benefícios para os povos indígenas, tanto para as relações de gênero como para outras estruturas sociais. Nesse contexto de sustentabilidade do meio ambiente, são as mulheres indígenas, com suas tradições, suas próprias linguagens, dinâmicas e estratégias de organização e participação na vida comunitária das aldeias, que têm

1. É pesquisadora e professora adjunta da Universidade de Brasília (UnB), atuando no Departamento de Sociologia, bem como é membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher (NEPeM) da mesma universidade.

Mulheres Indígenas e a Rio+20

legitimidade para avaliar, em cada caso e em um longo e complexo processo, o que vale a pena preservar da estrutura tradicional e quais aspectos que podem mudar sem colocar em risco seu povo.

A questão de gênero pode ser pensada como posta de modo espontâneo no decorrer das políticas de gestão ambiental e territorial indígena, uma vez que é comum haver a indicação explícita em documentos e projetos do reconhecimento, respeito, garantia e valorização das crenças, usos, costumes, tradições, organizações sociais e políticas, bem como das expressões particulares a cada povo. Isso, para leitores/as não participantes das reflexões de gênero, pode parecer suficiente para contemplar as mulheres indígenas. Em uma primeira leitura, acaba-se por pensar que não há como negar a inclusão de qualquer integrante ou visão de mundo particular das populações indígenas nessas afirmações, o que indiretamente está se referindo ao fundamento existencial e de sociabilidade de cada grupo internamente e, também, com a sociedade envolvente. Conclui-se, apressadamente, que está se referindo a gênero no entendimento anteriormente apresentado.

Infelizmente, a partir de leituras mais atentas e sensíveis à questão, chega-se a perceber que as mulheres indígenas acabam por se diluir no contingente geral dos povos indígenas representados. Por inércia da linguagem e vício do hábito, as mulheres tornam-se silenciadas pelos homens indígenas, sendo estes os que

têm o discurso mais prestigiado fora de seus grupos, ao terem ampliado seu papel mediador em relação ao Estado Nacional, à sociedade local e às agências internacionais. Essa forma genérica não dá visibilidade ao coletivo de mulheres, uma vez que este tem sido invisibilizado por de trás dos marcos legais e dos direitos preconizados de modo amplo e irrestrito aos povos indígenas, do mesmo modo que tem sido praticamente inexistente sob o olhar de agentes públicos e órgãos externos nas ações de intervenção ou nos diálogos interculturais.

Observa-se, nos discursos e nas políticas a respeito do meio ambiente e em específico da gestão ambiental e territorial em terras indígenas brasileiras, brechas para se entremear ações voltadas à promoção da equidade entre homens e mulheres indígenas, uma vez que a presença das mulheres está em suas entrelinhas. Cabe, por fim, explicitá-las em programas, projetos e planos de atividades, realizando a sua apropriação por uma perspectiva transversal de gênero.

Embora a preocupação com o tema gênero e sua transversalidade no que se refere à gestão territorial e ambiental em terras indígenas sejam um marco bastante relevante para o reconhecimento, a garantia e o avanço da participação das mulheres indígenas nessa questão, deve-se ter atenção com alguns pressupostos. Ou seja, um tipo de orientação integrada e universal das Nações Unidas e Organismos de Cooperação Internacional para a questão

de gênero deve ser relativizado a partir da realidade dos coletivos das mulheres indígenas brasileiras, uma vez que há uma profunda particularidade em cada uma das centenas de etnias e, delas, para os demais grupos de mulheres na sociedade brasileira (por exemplo, de zonas rurais, urbanas, negras e de diferentes classes sociais) e, por conseguinte, para as demais mulheres do globo terrestre. Logo, orientações integradas e universais precisam ser permanentemente revisadas e mesmo autocriticadas, para se possibilitar a elaboração de referências que abordem e apoiem os diferentes coletivos de mulheres indígenas dentro de suas respectivas alteridades. Na mesma direção, se faz necessário nominar cada grupo étnico de mulheres indígenas, não apenas pela sua inclusão genérica no discurso, mas, sobretudo, pelo reconhecimento de sua presença e alteridade.

Do mesmo modo, deve-se ter atenção à operacionalização de ações particularmente voltadas para a questão de gênero, quando orientadas por diretrizes e padrões ditos internacionalmente reconhecidos. Afinal, tais padrões podem não ser adequados para se acompanhar e avaliar processos que envolvam os diversos grupos de mulheres indígenas brasileiras. Haja vista que são poucas as etnografias sobre o tema gênero em terras indígenas no país, assim como poucos os relatórios e documentos que tratam desse tema. Portanto, tais projetos devem se pautar por identificar e monitorar impactos positivos verificáveis sobre a igualdade de gênero dentro do contexto cultural em que se encontram e a

partir das posições próprias de cada coletivo de mulheres indígenas.

De modo paralelo, a definição de planos de gestão baseados em diagnósticos dos recursos naturais, da produção local e das relações socioculturais pode apresentar-se como uma mudança de paradigma nas relações entre Estado e povos indígenas, para que o protagonismo seja exercido pelos indígenas e as ações considerem a concepção cultural de cada povo. Logo, essas ações concretizar-se-iam em interface com a saúde, a formação de recursos humanos em diversas esferas governamentais e indígenas, a conservação e o uso sustentável dos recursos, a fiscalização e vigilância das terras, o fortalecimento cultural das comunidades e da sua autonomia.

Por outro lado, obstáculos para a elaboração e execução dos referidos planos de gestão são reconhecidos de antemão. Dois deles seriam: a) o fato da categoria “gestão”, acrescida dos adjetivos “ambiental e territorial”, ainda estar em processo de apropriação pelos povos indígenas e mesmo a sociedade nacional; b) o fato de estar envolvida nesse processo a realização de várias ações conjuntas e articuladas entre instituições governamentais, sociedade regional e povos indígenas.

Diante do grau de complexidade e de abrangência que envolve os planos em todas as suas fases e em todos os seus possíveis resultados, que interferirão forte e incisivamente na vida cotidiana

Mulheres Indígenas e a Rio+20

e no futuro dos povos indígenas, a participação intensa e ativa das mulheres indígenas de cada terra nesse assunto faz-se imprescindível. Contudo, mal se tem investido sobre o tema gênero ou mulheres indígenas brasileiras no seu conjunto ou em experiências específicas. A referência a essas questões são secundárias, não havendo uma centralidade delas nas premissas e não se evidenciando se houve tratamento específico a seu respeito na empiria. Essas indicações são insuficientes para o propósito de se conhecer como e em que grau se deu a participação das mulheres indígenas na elaboração e definição dos já existentes planos ambientais e territoriais de algumas terras, até mesmo se elas eram uníssonas, ou não, em relação a eles.

Além disso, é importante pensar em formas de proteger os conhecimentos milenares sobre o meio ambiente desses povos e de suas mulheres da apropriação ilegal e indevida por parte de terceiros, bem como a autoria dos mesmos e o fato de não se voltarem necessariamente para o mercado, para a produção em larga escala ou para o comércio. A autoria desse tipo de saber, em especial, deve ser considerada em sua longa tradição

coletiva, não individual nem esporádica.

Não se pode apontar para as mulheres indígenas como indivíduos isolados, unos, resultado do processo moderno de individuação, o qual se atrela ao dimorfismo sexual² e à ideologia do individualismo dominante. Trata-se de mulheres enquanto coletividades, enquanto conjuntos de pessoas intrínseca e fundamentalmente ligadas ao seu povo particular. Vê-las apenas do mesmo modo que as ditas mulheres modernas se apresentam é posicionar-se em uma nova forma de discriminação frente à sua alteridade, invisibilizando-as nas diversas esferas de contato a que estão submetidas e em suas interseccionalidade étnica e de gênero.

Por isso, trazer explícita a expressão “mulheres indígenas” é um dos primeiros passos para se definir o perfil desses sujeitos de direito, assim como se reconhecer a identidade política para quem se volta uma ação ou se pretende participação, desenvolvendo mecanismos de inibição de discriminações essencializadas e de medidas afirmativas de promoção da igualdade, a iniciar-se pela letra dos textos e das falas referentes aos povos indígenas na Rio +20 e dela decorrentes.

2. Esse processo ocidental, material e simbólico, de classificação e definição da realidade, baseia-se em dois polos hierarquicamente definidos em termos de poder e prestígio, o “masculino” e o “feminino”, bem como se associa a eles, respectivamente, corpos com genitália de macho e corpos com genitália de fêmea. A essa bipolaridade é dado o nome de dimorfismo sexual, o qual se projeta sobre outros povos e outras experiências sociais devido a seu empreendimento colonizador e imperialista.

Mural: o que está acontecendo e o que acontecerá...

O Prêmio Almirante Álvaro Alberto foi criado em 1981, como parte das comemorações dos 30 anos do CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, com o primeiro título de Prêmio Nacional de Ciência e Tecnologia. Este Prêmio foi concedido 42 vezes e apenas duas mulheres foram laureadas. A primeira laureada pelo Prêmio foi Maria Isaura Pereira de Queiroz em 1997, e a segunda, a economista Maria da Conceição Tavares agraciada na última edição, em 2011. A cerimônia de entrega do Prêmio Almirante Álvaro Alberto para Ciência e Tecnologia à professora Maria da Conceição Tavares, ocorreu no dia 17 de maio de 2012, no Palácio do Planalto, e teve a presença da Presidenta Dilma Rousseff. Os discursos proferidos ressaltaram a crise econômica mundial, e as repercussões desta para o Brasil, com especial atenção ao fato de que a crise não acarretou interrupção do desenvolvimento brasileiro.

Fonte: <http://www2.planalto.gov.br/imprensa/discursos/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-na-cerimonia-de-entrega-do-premio-almirante-alvaro-alberto-para-ciencia-e-tecnologia-a-professora-maria-da-conceicao-tavares-brasilia-df>

Aconteceu, no dia 30 de maio, em Brasília, a Mesa “Autonomia das Mulheres e Desenvolvimento Sustentável na Rio + 20” no Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. O debate foi organizado pela SPM com a ministra Eleonora Menicucci (SPM-PR), a ministra Izabella Teixeira (Meio Ambiente), o ministro Antonio Patriota (Relações Exteriores) e as conselheiras do CNDM: Graciela Rodríguez (Equit), Justina Cima (MMC) e Carmem Foro (Contag).

Fonte: www.spm.gov.br/rio-20/programacao-rio-20

Mural: o que está acontecendo e o que acontecerá...

A Rede Brasileira de Mulheres Líderes pela Sustentabilidade, organizada pelo Ministério do Meio Ambiente, reuniu-se no dia 31 de maio no Auditório Tom Jobim/Jardim Botânico – Rio de Janeiro/RJ e contou com as presenças, na mesa de abertura, da Ministra Eleonora Menicucci (SPM-PR) e da Ministra Izabella Teixeira (Meio Ambiente).

Fonte: <http://www.spm.gov.br/rio-20/programacao-rio-20>

A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, será realizada de 13 a 22 de junho de 2012, na cidade do Rio de Janeiro. Será composta por três momentos. Nos primeiros dias, de 13 a 15 de junho, está prevista a III Reunião do Comitê Preparatório, no qual se reunirão representantes governamentais para negociações dos documentos a serem adotados na Conferência. Em seguida, entre 16 e 19 de junho, serão programados eventos com a sociedade civil. De 20 a 22 de junho, ocorrerá o Segmento de Alto Nível da Conferência, para o qual é esperada a presença de diversos Chefes de Estado e de Governo dos países-membros das Nações Unidas.

Fonte: www.rio20.gov.br/sobre_a_rio_mais_20

A Cúpula dos Povos na Rio+20 por Justiça Social e Ambiental é um evento organizado pela sociedade civil global que acontecerá entre os dias 15 e 23 de junho no Aterro do Flamengo, no Rio de Janeiro – paralelamente à Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (UNCSD), a Rio+20.

Fonte: www.cupuladospovos.org.br

Mural: o que está acontecendo e o que acontecerá...

Feministas, trabalhadoras da economia solidária, lideranças afro-religiosas e do movimento negro, além de outras mulheres militantes do Brasil e do exterior vão promover a Passeata Unificada das Redes Nacionais de Mulheres na Cúpula dos Povos, uma marcha de protesto, no dia 18 de junho, saindo às 12h do Aterro do Flamengo, em direção ao Centro da cidade. O ato integra as atividades da Cúpula dos Povos, encontro da sociedade civil autônomo e paralelo à Rio+20, que deverá levar 30 mil pessoas ao Aterro.

Fonte: www.cupuladospovos.org.br

No dia 20 de junho, às 14h, acontece o Encontro Global: Autonomia das Mulheres e Desenvolvimento Sustentável, evento organizado pela SPM e pela CEPAL, a ser realizado na Arena Socioambiental – Aterro do Flamengo – Rio de Janeiro/RJ, em que participarão a Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Políticas para as Mulheres, Eleonora Menicucci, Alicia Bárcena (Secretária Executiva da CEPAL), Rocio Gaytan (Ministra do Instituto Nacional das Mulheres do México e Presidenta da Comissão Interamericana de Mulheres) e Sueli Carneiro (Coordenadora-Executiva do Geledés – Instituto da Mulher Negra).

Fonte: www.spm.gov.br/rio-20/programacao-rio-20

A Arena Socioambiental será montada nos pilotis e jardins do Museu de Arte Moderna (MAM) do Rio de Janeiro, será palco, entre os dias 16 e 22 de junho, de debates, exposições e atividades culturais.

Fonte: www.spm.gov.br/rio-20/programacao-rio-20

Curso Formação em Políticas Públicas para a Igualdade de Gênero com ênfase em Políticas para as Mulheres Rurais e Segurança Alimentar

Organização: Parceria entre SPM/PR, CONSEA, MDA e ABC-MRE.

Período: 27 de fevereiro a 09 de março de 2012

Local: Brasília | Brasil

Módulo I - Conceitos e contextualização sobre igualdade de gênero e segurança alimentar e nutricional no Brasil

Dia 27/02

MESA 1 - O Brasil hoje: aspectos demográficos, geopolíticos e socioeconômicos.

Painelista: Luana Simões Pinheiro (IPEA)

MESA 2 - A economia brasileira numa perspectiva histórica: principais aspectos do processo produtivo do país e as relações entre o Brasil rural e o Brasil urbano.

Painelista: Jorge Abrahão (IPEA)

MESA 3 - A Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e a Política Nacional para as Mulheres no Brasil.

Painelistas: Maya Takagi - Secretária Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (MDS) e Mariana Mazzini Marcondes (SPM).

Dia 28/02

MESA 1 – A construção da igualdade de gênero nas políticas para as mulheres rurais: uma visão conceitual e histórica.

Painelista: Isolda Dantas - Coordenação Geral de Cidadania e Acesso à Terra (MDA)

MESA 2 - A experiência brasileira de segurança alimentar e nutricional e as políticas para as mulheres.

Painelista: Emma Siliprandi (UNICAMP)

Dinâmica de Grupo: 1) Organização Produtiva

Expositora: Claremita Souza Santos

2) Programa de Aquisição de Alimentos.

Expositoras: Selma Maria Gondim Cardoso Rodrigues

Cilene Conceição de Souza Queiroz

MESA 3 - Programa Nacional de Alimentação Escolar: Segurança Alimentar e avanços e desafios para a Política para as Mulheres.

Painelista: Albaneide Peixinho - Coordenadora geral do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE/FNDE/MEC).

Módulo II – Políticas Públicas para as mulheres e sua interface com as políticas de segurança alimentar

Dia 29/02

MESA 1 - Políticas específicas para as mulheres, para a promoção da igualdade de gênero: documentação, assistência técnica, organização produtiva.

Painelista: Analine Specht – Coordenadora do Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais (MDA)

MESA 2 - Políticas para a promoção da segurança alimentar e nutricional com recorte de gênero : Programa de Aquisição de Alimentos (PAA); Plano Brasil sem Miséria (PBSM); Programa de Cisternas.

Painelista: Carmem Priscila Bochi (Assessora Sesan - MDS)

MESA 3 - Contextualização histórica do movimento de mulheres no Brasil.

Painelistas: Sílvia Camurça (SOS Corpo) e Mírian Nobre (SOF).

Módulo III - Visita de campo ao Projeto “Promessas de Futuro” em Caxambu, zona rural de Pirenópolis - GO - Dia 01/03

Módulo IV - Modelos de produção de alimentos - contradições e desafios

Dia 02/03

MESA 1

1.a) Desenvolvimento sustentável e produção de alimentos.

Painelista: Márcia Quadrado – Secretária Executiva (MDA).

1.b) Desenvolvimento sustentável e a proposta para a Rio + 20.

Painelista: Samyra Crespo – Secretária de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental (MMA).

MESA 2 - A autonomia das mulheres e a produção de alimentos no modelo de desenvolvimento sustentável

Painelista: Conceição Dantas (Centro Feminista 8 de março).

Dia 05/03

MESA 1 - O consumo de alimentos e o combate à pobreza: um olhar na perspectiva de segurança alimentar e gênero.

Painelista: Ana Maria Segall Correia (CONSEA).

MESA 2 - Políticas de crédito para a agricultura familiar e a autonomia econômica das mulheres.

Painelista: Laudemir Miller – Secretário Nacional de Agricultura Familiar (MDA).

MESA 3

3.a) O protagonismo das mulheres na produção de alimentos : mulher e agroecologia.

Painelista: Emma Siliprandi (UNICAMP).

3.b) A contribuição da Economia Solidária para a autonomia das mulheres e a produção de alimentos no Brasil.

Painelista: Paul Singer – Secretário Nacional de Economia Solidária (MTE).

Módulo V - A participação social na construção e implementação das políticas de Segurança Alimentar e Nutricional e para as mulheres no Brasil

Dia 06/03

MESA 1 - Arcabouço legal - institucional das políticas de Segurança Alimentar e Nutricional.

Painelistas: Valéria Burity (CONSEA) e Célia Varela (CONSEA).

MESA 2 – Controle Social: A experiência do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) na construção do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

Painelista: Chico Menezes (CONSEA).

MESA 3 - Arcabouço legal-institucional das políticas para a igualdade de gênero nos meios rural e urbano.

Painelistas: Lourdes Bandeira (SPM) e Andrea Butto (MDA).

MESA 4 - Controle Social: a experiência do Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres (CNDM) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf) na construção das políticas para as mulheres.

Painelista: Andrea Butto – Diretora de Políticas para Mulheres Rurais (MDA).

Módulo VI - Experiências internacionais de políticas públicas para a igualdade de gênero

Dia 07/03

MESA 1 - Do local para o global – experiências internacionais de políticas públicas para a igualdade de gênero e segurança alimentar as alianças para a superação do problema da fome e a inserção das mulheres na América Latina e Caribe.

Painelista: Andrea Butto – Diretora de Políticas para Mulheres Rurais (MDA).

MESA 2 - Do local para o global – experiências internacionais de políticas públicas para a igualdade de gênero e segurança alimentar as alianças para a superação do problema da fome e a inserção das mulheres na América Latina e Caribe.

Painelista: Tatau Godinho – Secretária de Planejamento e Gestão Interna (SPM)

Módulo VII – Dia Internacional da Mulher - 08/03

Módulo VIII – Avaliação e Cooperação Futura - 09/03

PAÍSES PARTICIPANTES

Curso Formação em Políticas Públicas para a Igualdade de Gênero com ênfase em Políticas para as Mulheres Rurais e Segurança Alimentar:

Afeganistão	Argélia	Botsuana	Cabo Verde
Camboja	Colômbia	Cuba	Egito
Gana	Guiné	Guiné-Bissau	Indonésia
Líbano	Madagascar	Moçambique	Paquistão
Quênia	Quirguistão	República dos Camarões	Saint-Kitts e Nevis
São Tomé e Príncipe	Sri-Lanka	Sudão	Tanzânia
Tonga	Tunísia	Uganda	Zâmbia

Glossário

de instituições

ABC: Agência Brasileira de Cooperação
www.abc.gov.br

AMB: Articulação de Mulheres Brasileiras
www.articulacaodemulheres.org.br

AMNB: Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras
www.amnb.org.br

ANA: Articulação Nacional de Agroecologia
www.agroecologia.org.br

ASA: Articulação do Semi-Árido Brasileiro
www.asabrasil.org.br

ASBRAN: Associação Brasileira de Nutrição
www.asbran.org.br

ASC: Aliança Social Continental
www.asc-hsa.org

CLADEM: Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos das Mulheres
www.cladem.org

CNPIR: Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial
<http://www.seppir.gov.br/apoiproj>

CNDM: Conselho Nacional dos Direitos da Mulher
www.sepm.gov.br/conselho

Coletivo Leila Diniz: Ações de Cidadania e Estudos Feministas
coletivoleiladiniz.org

CONSEA: Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
<http://www4.planalto.gov.br/consea>

CONTAG: Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
www.contag.org.br

ONG Criola:
www.criola.org.br

CUT: Central Única dos Trabalhadores
www.cut.org.br

FNDE: Fundo Nacional de desenvolvimento da Educação
www.fnde.gov.br

Instituto EQUIT: Gênero, Economia e Cidadania Global
www.equit.org.br

IBASE: Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
www.ibase.br

IGTN: Rede Internacional de Gênero e Comércio
www.igtn.org

IPEA: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
www.ipea.gov.br

Glossário

de instituições

MDA: Ministério do Desenvolvimento Agrário

www.mda.gov.br

MEC: Ministério da Educação

www.mec.gov.br

MMC: Movimento de Mulheres Camponesas

www.mmcbrazil.com.br

MMM: Marcha Mundial de Mulheres

<http://sof.org.br/marcha>

MTE: Ministério do Trabalho e Emprego

www.mte.gov.br

NEPA: Núcleo de Estudos e Pesquisas em Alimentação da Unicamp

www.unicamp.br/nepa

NEPEM: Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher

www.vsites.unb.br/ceam/nepem

ONU: Organização das Nações Unidas

www.onu-brasil.org.br

FAO: Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação

<https://www.fao.org.br>

PR: Presidência da República

www.planalto.gov.br

REBRIP: Rede Brasileira pela Integração dos Povos

www.rebrip.org.br

REF: Rede Economia e Feminismo

www.sof.org.br/rede-economia-e-feminismo

REDEH: Rede de Desenvolvimento Humano

<http://www.redeh.org.br>

SOF: Sempre Viva Organização Feminista

www.sof.org.br

SPM: Secretaria de Políticas para as Mulheres

www.sepm.gov.br

UFPR: Universidade Federal do Paraná

www.ufpr.br

UNB: Universidade de Brasília

www.unb.br

USP: Universidade de São Paulo

www.usp.br

Observatório
Brasil da
Igualdade
de gênero



Secretaria de
Políticas para as Mulheres

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA